

ANO 2021
NÚMERO

45

Faces de Eva

Estudos sobre a Mulher



LETRAS

Faces de Eva

Estudos sobre a Mulher



h&h

FACES DE EVA
Revista de Estudos sobre a Mulher
N.º 45 – 2021

Fundadora/Primeira Directora: Zília Osório de Castro

Direcção: Isabel Henriques de Jesus • Helena Pereira de Melo

Editoras Executivas: Maria do Céu Borrêcho • Mariana de Oliveira Rodrigues • Zamira de Assis

Coordenação deste número: Rita Mira / Zamira de Assis

Conselho Editorial: Agnieszka Fal-Dutra Santos (Directora de Programas da Global Network of Women Peacebuilders), Ana Guil Bozal (Universidade de Sevilha), Ana Isabel Buescu (Universidade NOVA de Lisboa), Ana Paiva Morais (Universidade NOVA de Lisboa), Ana Pires Pessoa (Instituto Politécnico de Setúbal), Anne Cova (Universidade de Lisboa), Bernardo Vasconcelos e Sousa (Universidade NOVA de Lisboa), Carla Cibebe de Figueiredo (Instituto Politécnico de Setúbal), Dalila Cerejo (Universidade NOVA de Lisboa), Deolinda Adão (Universidade da Califórnia - Berkeley), Elza Pais (Perita em Igualdade de Género), Eugénia Vasques (Instituto Politécnico de Lisboa), Filipa Vicente (Universidade de Lisboa), Gonçalo Plácido Cordeiro (Universidade Paris Nanterre), Graça Dos Santos (Universidade Paris Nanterre), Irene Vaquinhas (Universidade de Coimbra), José Luís Garcia (Universidade de Lisboa), José Manuel da Costa Esteves (Universidade Paris Nanterre), Krassimira Daskalova (Universidade de Sófia), Magda Guadalupe dos Santos (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), Mara Montanaro (Universidade de Paris 8), Marcella Corsi (Sapienza Universidade de Roma), Margarida Queirós (Universidade de Lisboa), Maria da Conceição Nogueira (Universidade do Porto), Maria de Belém Roseira (Primeira Ministra para a Igualdade), Maria de la Paz Pando Ballesteros (Universidade de Salamanca), Maria do Mar Pereira (Universidade de Warwick), Maria José Rosado Costa (Universidade de Lisboa), Maria Luisa Feménias (Universidade Nacional de La Plata), Maria Luísa Ribeiro Ferreira (Universidade de Lisboa), Mary Garcia Castro (Universidade Federal da Bahia), Maria Reynolds de Souza (Perita em Igualdade de Género), Paula Gomes Ribeiro (Universidade NOVA de Lisboa), Paula Pinto Costa (Universidade do Porto), Paulo Ribeiro Baptista (Museu Nacional do Teatro e da Dança), Rada Iveković (Perita em Género e Filosofia Indiana), Regina Tavares da Silva (Perita em Igualdade de Género), Susan Buckingham (Perita em Género e Ambiente), Teresa Joaquim (Universidade Aberta), Teresa Sousa de Almeida (Universidade NOVA de Lisboa), Teresa Pizarro Beleza (Universidade NOVA de Lisboa), Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti (Universidade Católica do Salvador).

Direcção gráfica e capa: António Pedro

Revisão: Margarida Baldaia

Edição: Faces de Eva/CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa; Húmus • Apartado 7081, 4764-908 Ribeirão – Vila Nova de Famalicão

Execução gráfica: Papelmunde

Sede: Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa.

Avenida de Berna, 26 C · 1069-061 Lisboa www.facesdeeva.fcsh.unl.pt · email: facesdeeva@fcsh.unl.pt

ISSN 0874-6885 DOI: <https://doi.org/10.34619/acg6-ebj> Depósito legal n.º 145 434/99

Periodicidade semestral Ano 2021: grátis Tiragem: 300 exemplares

Solicita-se permuta/ Exchange requested /On demande l'échange/Man bittet um Austausch

A revista *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* está indexada na plataforma SciELO, no SciELO Citation Index, no Catálogo LATINDEX, no índice ERIH PLUS, CIRC, ClassifICS, ERA, MIAR, MLA, QUALIS/CAPES. É membro da rede EIGE sobre a Igualdade de Género – EuroGender (www.eurogender.eige.europe.eu).

Apoios: Edição co-financiada e apoiada pela Roche Farmacêutica Química, Lda.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto UIDB/04647/2020 do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade NOVA de Lisboa.

SUMÁRIO

NOTA DE ABERTURA

- 7 Romper com o “masculino por defeito”
Isabel Henriques de Jesus

POEMA

- 12 Love letter in a viral pandemic
Maria de Sousa

HOMENAGEM

- 17 Professora Odette Santos Ferreira
Maria de Belém Roseira
- 33 Maria Odette Santos Ferreira:
Uma mulher da Ciência que a Saúde Pública imortalizou
Ana Paula Martins
- 41 Maria Odette Santos Ferreira
Dulce Salzedas

ESTUDOS

- 47 Figurações do feminino e da paisagem em Raul Brandão:
Outras formas de habitar o mundo
Anabela Galhardo Couto
- 61 Opinión del profesorado sobre el clima de género en la Universidad de Évora
y la Universidad de Sevilla
Concepción Mimbrero | Ana Guil Bozal | Susana Cámara | Clarinda Pomar
- 85 Corpos para casar: Ginástica, beleza e sedução em uma revista
para as mulheres brasileiras (1930 a 1950)
Lígia Antunes de Siqueira | Jussara Mannes | Carolina Fernandes da Silva
- 103 As portas abertas: O que sabemos sobre o serviço doméstico em Portugal?
Manuel Abrantes

- 125 Mulher, o poder da sua voz como contestação ao poder estabelecido:
Uma leitura de *O meu amante de domingo* (2014) de Alexandra Lucas Coelho
Margarida Rendeiro

ESTADO DA QUESTÃO

- 145 Instituto Patrícia Galvão: Duas décadas de ações de comunicação
em defesa dos direitos das mulheres brasileiras
Marisa Sanematsu

DIÁLOGOS

- 155 A determinação que faz acontecer
Ana | Bernardo

ENTREVISTAS

- 169 Maria José Rosado Costa
Rita Mira
- 179 Maria Soromenho (Callaz): Música, moda e feminismo nos três “l” de Callaz
Maria Luísa Moreira

PIONEIRA

- 191 Margarida Medina Martins: Uma “cidadã do mundo”
Rita Mira

RETRATO

- 201 Maria de Sousa e a luminosidade do esperado
Teresa Summavielle

LEITURAS

- 207 Artistas, artesãs, pioneiras: Conversas singulares com mulheres extraordinárias
Virgínia Baptista
- 211 Terceiro género: Possibilidade de reconhecimento legal em Portugal
Zamira de Assis

LINHA EDITORIAL. NORMAS DE PUBLICAÇÃO

- 217 Procedimento de arbitragem/Peer reviewing process
- 219 Normas de publicação/Publication norms

Nota: A regra ortográfica de cada artigo respeita a opção de autoras e autores.

Nota de
abertura

Romper com o “masculino por defeito”

ISABEL HENRIQUES DE JESUS*

A História das Mulheres comporta um elemento desconcertante e que tantas vezes legitimou comportamentos de exclusão, mascarados de boas intenções: a presença ausente das mulheres num percurso dominado pelo masculino. Eles representavam-nas e assim diziam que as protegiam. Em nome delas, eles decidiam, votavam e votavam-nas a uma existência diluída na vontade deles.

Não restam dúvidas de que, quando se tem em conta a perspectiva feminina, o real é vislumbrado de um modo mais completo e a organização social responde mais eficazmente às vivências e às necessidades humanas. Negligenciar esta evidência, em nome de um universal neutro, acarreta elevados custos económicos, sociais e individuais. E as mulheres são aqui duplamente prejudicadas. Não apenas a sua experiência não é tida em conta, como o seu dia a dia fica mais complicado, porque têm de se ajustar a um modelo que não considerou as suas necessidades.

..... DOI: <https://doi.org/10.34619/wtoi-km61>

* Isabel Henriques de Jesus, <https://orcid.org/0000-0002-8172-4224>
Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher, 1069-061 Lisboa, Portugal
misabeljesus@fcsh.unl.pt

Esta é a tese de um livro recente, em que a autora, Caroline Criado Perez⁽¹⁾, ilustra, com imensos exemplos, caricatos uns, surpreendentes outros, como o mundo reflecte maioritariamente a perspectiva masculina e como quase tudo é construído à sua imagem e semelhança. As mulheres, ausentes das representações, porque incluídas numa norma pretensamente imparcial mas poderosa e eficazmente masculina, não são tomadas em conta na tomada de decisões que afectam a sua vida concreta. A autora fala de um “masculino por defeito” que enviesa a percepção do mundo. Ainda que as mulheres estejam cada vez mais presentes na vida real, principalmente na que pulula fora dos espaços íntimos das casas e dos cuidados, essa realidade não ecoa na estrutura social e é abafada por um sistema que pressupõe o masculino como universal. A grande curiosidade deste livro é oferecer-nos múltiplos casos exemplificativos da forma como é afectada, no dia a dia, a vida das mulheres porque as decisões são tomadas como se elas não tivessem as suas especificidades, que as demarcam do universo masculino, autor e usufrutuário da organização do espaço e dos bens. Desde a saúde aos transportes, à segurança e a tantos outros aspectos da vida comunitária, podem ser identificados inúmeros desequilíbrios, contanto que o olhar esteja interessado em ver; e tal não tem sido apanágio de quem detém o poder. Mesmo um/a leitor/a avisado/a e consciente das questões de género se espanta e se revolta com a proliferação de evidências que constituem a assimetria das condições vivenciais de homens e de mulheres.

Isto é válido para níveis muito diferentes de análise, quer no que se refere à observação dos quotidianos das mulheres – observação transversal a culturas e a classes sociais, embora atingindo mais dramaticamente as que menos recursos têm –, quer quando falamos no plano das imagens ou das percepções.

É célebre a atribuição maioritária do masculino à palavra “cientista”. A partir de um simples teste em que se pede para representar graficamente esta ideia, a tendência é atribuir-lhe um sexo masculino, embora se saiba que esta inclinação tem vindo a sofrer alterações significativas, porventura cedendo à realidade das mulheres nas instituições científicas e ao seu empenho no desenvolvimento da ciência. A percepção é alterada a partir

1 Perez, C. C. (2020). *Mulheres Invisíveis*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

dos contributos das próprias mulheres cientistas, não apenas numéricos mas também de divulgação da sua imagem e afirmação. Trata-se de um outro enfoque, de uma outra abordagem, documentada, entre outros, no livro *O Feminismo Mudou a Ciência?*⁽²⁾ que assinala como a variável género pode influenciar a maneira de fazer ciência. Os tópicos tendem a ser outros quando há uma intervenção feminina no seu planeamento e gestão. Isto é, a ciência não é de modo algum neutra em relação às questões de género e, se isso é verdade em relação a uma abordagem masculino/feminino, poderá também incorporar outros elementos identitários que condicionam formas de poder, temas, posicionamentos ou prioridades. O que está, mais uma vez, em jogo é desmontar uma forma única, dominante e exclusiva de pensar e de agir, que deixa de parte toda a riqueza da multiplicidade de olhar o mundo e de nele actuar.

Assiste-se frequentemente ao apagar da memória de obras artísticas, literárias ou científicas de muitas mulheres que, apesar de celebradas no seu tempo, são esquecidas depois de mortas. Ficam fora do cânone porque este é institucionalizado pelos detentores do poder que maioritariamente ainda é branco e masculino. Não deixar que os seus nomes sejam esquecidos é um dos desafios permanentes da revista *Faces de Eva*. Esta sua persistência tem recebido aceitação crescente na sociedade em geral e na comunidade científica, em particular, verificável não apenas pela adesão às iniciativas da equipa de investigação como pela enorme quantidade de artigos submetidos que, infelizmente, excedem a capacidade de publicação.

A presente edição (a 45.^a) traz à capa uma cientista portuguesa, Odette Ferreira. Muito sobre ela é dito no separador “Homenagem” por mulheres que a conheceram e que com ela privaram, trabalharam ou aprenderam. Leiga como sou nos assuntos científicos que muito merecidamente a notabilizaram, é também enquanto cidadã empenhada na erradicação do preconceito e da exclusão social que admiro esta mulher, que interveio frontalmente, sem tabus nem moralidades caducas, num assunto de saúde pública que estava a flagelar milhares de pessoas, hipotecando relacionamentos e marginalizando grupos. Não terão sido apenas mulheres as grandes obreiras da luta contra a sida em Portugal, mas elas estiveram

2 Schiebinger, L. (2001). *O Feminismo Mudou a Ciência?*. Bauru, SP: EDUSC.

seguramente na linha da frente, enquanto promotoras ou facilitadoras, como é patente nos textos aqui publicados e que ajudam a compreender o percurso ímpar, científico, social e humano de Odette Ferreira. *Faces de Eva* nunca poderia ficar-lhe indiferente!

Isabel Almeida de Gus

Poema

LOVE LETTER IN A VIRAL PANDEMIC

Love letter in a viral pandemic
Bagpipes played in Scotland
Tenors sing from balconies in Italy
The dead will not hear them
And the living wants to mourn their dead in silence
Who do you want to animate?
The children?
But children are also dying

In my circumstance
I can die
Wondering if I will see you again
But before I die
I want you to know
How much I like you
How much I care about you
How much I remember the moments shared and
dear ones
Moments then
Eternities now
Poetry
Laughter
The sunset
at sea
The pity that the seagull took to our table
Breakfast
Gold cufflinks
The magnolia
The hospital
Pajama socks and other cautionary things
All moments then
Eternities now
Because I can die and you will have to live
In your life the hope of my life

Maria de Sousa

April 3, 2020

.....

<https://doi.org/10.34619/nrwh-kco1>

CARTA DE AMOR NUMA PANDEMIA VÍRICA

Carta de amor numa pandemia vírica
Gaitas-de-fole tocadas na Escócia
Tenores cantam das varandas em Itália
Os mortos não os ouvirão
E os vivos querem chorar os seus mortos em silêncio
Quem pretendem animar?
As crianças?
Mas as crianças também estão a morrer

Na minha circunstância
Posso morrer
Perguntando-me se vos irei ver de novo
Mas antes de morrer
Quero que saibam
O quanto gosto de vós
O quanto me preocupo convosco
O quanto recordo os momentos partilhados e
queridos
Momentos então
Eternidades agora
Poesia
Riso
O sol-pôr
no mar
A pena que a gaivota levou à nossa mesa
Pequeno-almoço
Botões de punho de oiro
A magnólia
O hospital
Meias pijamas e outras coisas acauteladas
Tudo momentos então
Eternidades agora
Porque posso morrer e vós tereis de viver
Na vossa vida a esperança da minha duração

*Maria de Sousa
3 de Abril, 2020*

Homenagem

Professora Odette Santos Ferreira

MARIA DE BELÉM ROSEIRA

A Ciência ensina que nós somos mais influenciados pelo meio em que nos desenvolvemos, crescemos, trabalhamos ou vivemos do que pela determinação genética de que somos portadores.

Senti bem como essa realidade pode ser positiva no convívio que ao longo de muitos anos tive o privilégio de manter com a Professora Odette Ferreira pelo que com ela aprendi.

A epidemia da sida que eclodiu no mundo nos princípios dos anos 80 do século passado teve uma expansão relativamente lenta, comparada com o que aconteceu com a COVID-19.

Os tempos eram outros, a globalização não tinha os contornos que hoje são conhecidos, a deslocação de pessoas fazia-se a um ritmo completamente diferente e, em consequência, o conhecimento alargado de que existia essa ameaça demorou algum tempo a acontecer. A crescer a isso, a doença era rodeada por algum secretismo na medida em que a sua transmissão era atribuída a comportamentos sexuais criminalizados em muitos países ou, mesmo naqueles onde isso não acontecia, condenados socialmente.

Neste contexto, a identificação dos pacientes tinha de ser salvaguardada sob pena de risco efectivo de discriminação em várias dimensões da sua vida, desde o acesso ao trabalho, ou sua manutenção, à possibilidade de circulação ou convívio social sem serem apontados a dedo.

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/921f-okbh>

O que verdadeiramente estava em causa era a capacidade de exercício de direitos fundamentais.

Sendo, à época, uma doença fatal e existindo um enorme desconhecimento sobre a mesma, no que se referia, designadamente, às suas formas de transmissão e de tratamento, havia uma enorme insegurança sobre quais as medidas a tomar, mesmo em termos de políticas de saúde.

Acompanhei bem este processo logo no seu início em Portugal pois, à época, era Chefe de Gabinete do Ministro da Saúde Maldonado Gonelha. O primeiro caso de morte oficialmente diagnosticada em Portugal como tendo sido causada por sida ocorreu em 1985.

Estava, então, já em formação um Grupo de Trabalho que reunia os responsáveis máximos das Instituições do Ministério que tinham competência sobre a matéria, bem como os peritos médicos identificados como tendo maior conhecimento sobre a doença. Por força das funções que desempenhava, dada a sensibilidade política e social da doença, e a insegurança e incerteza que a rodeavam em termos provisionais de expansão e conhecimento científico sobre a mesma, fui eu a pessoa designada para a coordenação desse Grupo.

Fiquei, naturalmente, sempre muito ligada a esta problemática e com uma sensibilidade especial em relação a ela porque o olhar da área da Saúde sobre qualquer doente só pode/deve ser o de o tratar, de tentar cuidar dele aplicando o melhor conhecimento científico disponível, de o proteger e minorar o seu sofrimento, sem fazer qualquer tipo de juízo de valor sobre o que determinou a situação. E essa obrigação é ainda mais premente se se estiver, como se estava naquela altura, perante uma doença fatal e, para além disso, estigmatizante de acordo com os padrões vigentes na sociedade de então.

Recordo-me, com saudade, do Doutor Luís Champalimaud, médico do Hospital Egas Moniz, precoce e abruptamente desaparecido, com quem foram inúmeras as conversas e os pedidos de aconselhamento que troquei, personalidade com quem a Professora Odette Ferreira desenvolvia uma intensa investigação precisamente sobre o VIH, e com quem já não pôde partilhar a descoberta do VIH2, pela qual ficou internacionalmente conhecida e respeitada. Foi, aliás, homenageada por França antes de ser reconhecida em Portugal, como tão frequentemente acontece em circunstâncias semelhantes.

O gabinete ministerial que integrei terminou em Novembro de 1985 e, com ele, a oportunidade de, até então, ter conhecido a Professora Odette Ferreira.

Para presidir à Comissão, cujo desaparecimento seria impensável, foi nomeada a também saudosa Professora Laura Ayres. Neste contexto, não posso deixar de assinalar que candidatos – homens – ao lugar, havia vários, pelo que a escolha de Laura Ayres não foi isenta de críticas. Mas o prestígio de que gozava obrigou a que fosse respeitada. Só não era costume nomear mulheres para funções desta natureza que davam um enorme protagonismo mediático.

Nos cargos públicos que posteriormente vim a ocupar em Portugal, quer como Vice-Provedora da Misericórdia de Lisboa, quer como Administradora-Delegada do IPO de Lisboa, fui sempre acompanhando a evolução da epidemia da sida e desenvolvendo as acções que considerava adequadas e necessárias.

Na Misericórdia, promovi a introdução dos procedimentos de segurança na prevenção da infecção nos seus estabelecimentos e a segurança dos profissionais. Convidei o Professor Machado Caetano, ao tempo membro da Comissão Nacional de Luta Contra a Sida, para nos apoiar nesse objectivo, o que fez graciosamente.

Promovi também a abertura de um estabelecimento inovador em instalações cedidas pela Câmara Municipal de Lisboa com as condições óptimas, a “Casa Amarela”, magistralmente gerida pela Enfermeira Campos Reis e colegas, para acolhimento de doentes desinseridos de contexto familiar e que só esporadicamente necessitavam de tratamento ou internamento hospitalar.

A ligação ao Hospital de Santa Maria e ao então Director do Serviço de Doenças Infecciosas, Professor Francisco Antunes, era facilitada pela vontade e sensibilidade do mesmo e pela proximidade geográfica ao local onde se situava.

Mais tarde, a Professora Odette Santos Ferreira, já como Presidente da Comissão Nacional de Luta Contra a Sida (CNLCS), veio a ser uma grande apoiante deste estabelecimento e mantinha, quer com as pessoas que o habitavam, quer com os profissionais que o geriam, uma relação de enorme proximidade, diria mesmo, de amizade e interesse demonstrado que todos lhe retribuía com enorme consideração, respeito e carinho. Era verdadeiramente uma “Madrinha” da instituição.

Para além destas acções, foram acolhidas nos estabelecimentos adequados da Santa Casa as crianças portadoras da doença que tinham sido abandonadas na Maternidade Alfredo da Costa (MAC).

Maria José Nogueira Pinto tinha sido minha colega na Mesa Administrativa da Santa Casa; seguidamente, em funções à frente da Administração da MAC, deparou-se com essa situação trágica de abandono de crianças que viviam, há anos, num estabelecimento hospitalar porque aí tinham sido deixadas, ninguém as queria nem sabia como acolhê-las.

Imediatamente abri as portas da Santa Casa para que essas crianças pudessem ter um ambiente mais adequado ao seu seguimento e crescimento em segurança.

Também no IPO de Lisboa entendi avaliar os procedimentos de segurança a adoptar para protecção dos profissionais e dos doentes nas intervenções aí realizadas, novamente com a colaboração generosa do Professor Machado Caetano.

Compreendemos bem, na situação pandémica que estamos a viver, como a ameaça de uma doença infecciosa, à época inexoravelmente fatal, em relação à qual quase tudo se desconhecia, se transforma num problema altamente perturbador e gerador de insegurança, designadamente para os profissionais de saúde, os mais expostos a riscos em circunstâncias desta natureza.

E foi já quando me encontrava em funções no IPO que tomei conhecimento de que a Professora Odette Ferreira tinha sido nomeada Presidente da CNLCS pelo Ministro da Saúde Arlindo de Carvalho. Não a conhecendo pessoalmente nem ao seu percurso, confesso que estranhei. Na verdade, num ambiente e em funções até aí sempre liderados por médicos – com excepção apenas para o seu período inicial de vida –, não deixava de ser contra a corrente a nomeação de uma Professora/Investigadora da Faculdade de Farmácia.

Mas não podia ter sido mais certa a nomeação!

A Professora Odette, como mais afectivamente lhe chamávamos, agarrou a missão com ambas as mãos, com uma dedicação empenhada e desinteressada, pois não recebia qualquer remuneração, e trabalhava 24 sobre 24 horas com um afincamento incedível e cansando todos os seus colaboradores.

Para além das múltiplas acções que empreendeu, merece especial destaque o pioneiro e arrojado Programa de “Troca de Seringas – Diz Não

a uma Seringa em Segunda Mão”. Iniciado em 1993 e muito avançado para a época, teve um sucesso estrondoso e foi internacionalmente elogiado e distinguido. E a realidade é que só poderia ter sido concebido por ela, enquanto farmacêutica.

Este programa de âmbito nacional, desenvolvido através de uma parceria entre o Ministério da Saúde e a Associação Nacional de Farmácias e, mais tarde, alargado à participação de outras estruturas, permitia que de forma discreta e segura as pessoas dependentes de drogas injectáveis trocassem nas farmácias comunitárias com total discrição as seringas usadas por um *kit* que continha material de desinfeção e seringas novas. Deixava-se de partilhar seringas por falta de dinheiro para as comprar, interrompendo-se, assim a transmissão de doenças infecciosas de que fossem portadoras.

Dava-se, então, início a uma profunda transformação na abordagem na luta contra a epidemia, investindo corajosamente numa política de redução de riscos e de minimização de danos que veio a ter um impacto muito positivo, quer na diminuição da transmissão da infecção de VIH e de outras doenças oportunistas como as hepatites, quer na abordagem da toxicod dependência como doença.

É preciso recordar que até ao fim dos anos 90 o número anual de novas infecções rondava ainda os dois milhares e, cerca de duas décadas depois, passou a ser de escassas duas dezenas.

Isto sustenta a constatação de que este Programa, depois do Programa Nacional de Vacinação, foi das mais estruturadas e eficazes intervenções em Saúde Pública no país. E de como é importante não interromper programas consolidados neste domínio – o da Saúde Pública – porque os seus efeitos só podem ter impacto a prazo muito longo que está muito para além dos ciclos eleitorais.

E este de que falo não foi fácil!

Fazer intervenções disruptivas em Portugal é sempre visto com muito maus olhos e condenado a violentas críticas sociais, as mais das vezes assentes no preconceito e na ignorância.

Era mais fácil olhar para os toxicod dependentes e para as pessoas portadoras de doenças transmitidas por comportamentos de risco como anti-sociais e tratá-las como párias. Olhar para elas como seres humanos vulneráveis, como pessoas doentes que precisavam de ajuda, não cabia nos cânones da época.

Para conseguir uma alteração cultural no sentido da abordagem deste problema como uma questão de Saúde Pública, a Professora Odette Ferreira não se poupou a esforços.

Perseverança, coragem e determinação foram as suas palavras de ordem.

Sabia o que estava a fazer e qual o objectivo que pretendia atingir. Sabia que o caminho só poderia ser aquele. Sabia que para o percorrer encontraria muitas pedras .

Mas afinal o que é que ela tinha encontrado ao longo da sua vida senão pedras duras e difíceis de contornar? Sempre! Na vida pessoal, assim foi; no desenvolvimento de uma carreira científica, assim foi também.

E, portanto, o que havia a fazer seria o que sempre tinha feito: ir em frente sem esmorecer e conquistar para a causa todos os que poderiam ser seus aliados. O espírito científico de que era dotada tinha-lhe incutido a importância da perseverança e da não-desistência.

Como por vezes confidenciava, teve de realizar acções impensáveis para a educação social de que era portadora como, por exemplo, uma senhora falar em público sobre comportamentos sexuais ou apelar à distribuição gratuita de preservativos. Mas fê-lo porque tinha de ser feito e, com isso, foi conquistando cada vez mais adesões à sua batalha, bem como o respeito e admiração dos vários agentes de saúde e dos doentes e suas famílias.

A própria Igreja foi aos poucos abandonando a sua intransigência relativamente ao uso de preservativo. Odette Ferreira era profundamente crente, mas tinha a sua própria forma de pensar e de agir assente em convicções que aliavam a razão à emoção, e desafiava qualquer um no sentido de o convencer das suas verdades. Era uma cientista!

Podemos dizer que milhares de vidas foram salvas e todos compreenderão o valor social e cultural de uma intervenção desta natureza. Se atentarmos no impacto económico da doença, basta dizer que a maior percentagem de pessoas atingidas pela epidemia estava em idade activa, o que significa que o número de anos de vida produtiva perdidos era muito expressivo e pesado.

A Professora Odette Ferreira já tinha colocado o reconhecimento da Ciência realizada em Portugal num lugar de topo. Agora, vinha colocar o respeito pelos direitos humanos num prisma de realização concreta e como prioridade. A Doutrina dos Direitos Humanos não pode ser apenas uma proclamação. Ela tem de ser vertida em acções concretas.

Pelo respeito conquistado, era convidada e distinguida em todos os Congressos e Conferências internacionais organizados para discutir as problemáticas da doença e dos avanços do conhecimento científico sobre a mesma.

Na minha leitura, este Programa e o seu sucesso tiveram o valor acrescido de criar o espaço político para a aprovação na Assembleia da República, no início deste século, da descriminalização do uso da droga para consumo. Foi o reconhecimento da toxicod dependência como doença, o que significa que as pessoas doentes primeiro têm de ser ajudadas a não adoecer e depois procurar curá-las da sua dependência. Assim se troca o estigma pelo respeito e o preconceito pela empatia.

A abordagem em vigor em Portugal tem sido estudada e elogiada por organizações estrangeiras e internacionais de prestígio insuspeito. É corrente apontar o exemplo de Portugal como extremamente positivo e de adoptar em todos os países. Importante seria, depois de todos os elogios que tem merecido, designadamente no âmbito das Nações Unidas, que pudesse haver um instrumento de Direito Internacional Público a subscrever pelos Estados influenciadores das grandes mudanças que comungasse desta doutrina. Estou convencida de que a grande criminalidade associada ao tráfico poderia ser mais fácil e eficazmente combatida.

De pioneira na luta contra a infecção hospitalar por meio da realização dos primeiros estudos seroepidemiológicos feitos em Portugal através das técnicas aprendidas no Instituto Pasteur, em Paris, Odette Ferreira torna-se também pioneira da luta eficaz contra a sida.

Enquanto Ministra da Saúde, tive a felicidade de continuar a contar com Odette Ferreira como Presidente da CNLCS.

No que está a ser bem feito, não se mexe, quando muito, aprofunda-se, vai-se mais além.

E assim foi com a Professora Odette.

Com todo o apoio político e com os meios que foi possível afectar para além daqueles que a Presidente da Comissão conseguia obter dos diversos parceiros da Saúde, desenvolveram-se múltiplas acções, desde campanhas comunicacionais de prevenção a sensibilizações em Escolas e Universidades. Odette Ferreira idealizou cursos e participou em reuniões e congressos para divulgação e actualização do conhecimento sobre os resultados da investigação relativa à patogénese do vírus e das novas terapêuticas. Para além disso, os hospitais de referência começaram a ser dotados de quartos

de pressão negativa que garantiam as condições de isolamento adequadas para tratamento dos doentes e apoiou-se o desenvolvimento dos hospitais de dia para diminuir a sobrecarga em internamentos desnecessários. Somos, ainda hoje, beneficiários desses investimentos. Entretanto, a investigação começou a dar alguns frutos e surgiram terapêuticas inovadoras, extremamente onerosas, mas muito mais eficazes e menos duras e agressivas para os doentes. Para garantir a estes o acesso às mesmas, afectaram-se as verbas que, através dos jogos sociais, eram destinadas ao Ministério da Saúde.

Era um tempo de “vacas magras” para o Ministério. Anos houve em que as verbas afectas pelo Orçamento de Estado eram inferiores às realizadas no ano anterior.

Por isso era tão necessário ter colaboradores de excelência, visionários e com bom senso, que olhassem para as despesas em saúde como um investimento e que, perante a escassez de recursos, os empregassem bem, no respeito pelo princípio da equidade.

Por isso acolhia sempre com ambas as mãos as acções que Odette Ferreira me apresentava, normalmente já em adiantado estado de operacionalização.

Trabalhava directamente com as pessoas do meu gabinete, todas escolhidas a dedo e com qualidades raras de competência, boa educação e capacidade de trabalho.

No despacho comigo, discutíamos as orientações gerais, eu assinava o que havia a assinar e não perdíamos tempo. Eu sabia que tudo o que tinha sido decidido apareceria feito, sem complicações e no rumo certo.

Um dos projectos a que, então, mais gostei de dar luz verde – e que infelizmente foi depois abandonado, como muitos outros – foi o das carrinhas móveis que circulavam nos locais de prostituição e que davam apoio e sensibilização às prostitutas para que se protegessem e exigissem sempre o uso de preservativo. Para isso era-lhes oferecido todo o material de protecção e procurava-se sensibilizá-las no sentido de as capacitar, prevenindo a exploração e a violência de que eram alvo, abrindo-lhes a porta ao abandono dessa actividade se tal fosse o seu desejo. Sensibilização sem pressão, respeitando a sua autonomia.

Por isso, dizia muitas vezes a Professora Odette que tinha penetrado em mundos para ela até então desconhecidos e empenhava-se em melhorar as condições de vida daquelas e daqueles que considerava mais desprotegidos.

Faz sentido aqui falar ainda da política de cooperação desenvolvida nessa altura com os países da CPLP, organização criada em 1996, e em que a Professora Odette Ferreira, mais uma vez, deu provas da sua capacidade de fazer acontecer. Tinha vivido a sua infância em África, na Guiné-Bissau^[1], e sentia um enorme amor pela Região e vontade de lutar pelo desenvolvimento das suas gentes.

Ajudava em tudo quanto podia, mesmo que não tivesse a ver especificamente com as funções que desempenhava. E quando existia confiança total num colaborador, esse espírito sempre foi por mim muito bem acolhido. A Professora Odette tinha carta branca!

Lembro-me bem das viagens a países lusófonos em que me acompanhou. Numa delas, tinha conseguido arranjar, por doação de uma empresa, duas incubadoras. Sempre preocupada com a saúde materno-infantil nesses países, propôs que a sua entrega e inauguração fizesse parte do programa da viagem, o que foi considerado adequado.

Chegados ao país de destino, e com um período de tempo muito curto para cumprir um programa de trabalho muito preenchido e exigente, a Professora Odette meteu mãos à obra a desencaixotar as incubadoras e a orientar a sua montagem no hospital público identificado para o efeito. Sucede que se apercebeu de que alguém local pretendia desviá-las para parte incerta, pelo que ficou toda a noite, acompanhada por uma colaboradora do meu Gabinete, a guardar as incubadoras para que eu pudesse fazer a doação oficial das mesmas e inaugurar o seu funcionamento na manhã seguinte.

Não há palavras para classificar uma personalidade assim. Apenas saudar a sua força, a sua determinação, a sua frontalidade, a sua lealdade e estar grata por a ter tido ao meu lado a lutar pela dignificação dos mais vulneráveis.

Depois de tudo o que ficou dito, imaginar-se-á o choque que senti quando soube que a Professora Odette Ferreira, depois de eu ter saído do Ministério da Saúde e abraçado a pasta da Igualdade, tinha decidido abandonar a Presidência da CNLCS.

Telefonei-lhe para perguntar o que se tinha passado e ela transmitiu-me que, depois de uma troca acesa de palavras com a minha sucessora, que

1 De lá saiu para frequentar como interna o Colégio Moderno, tendo ficado grande amiga do casal Soares.

ela considerou injustas e num tom que não a respeitava na consideração que entendia merecer, perante a ameaça da demissão, exclamou que quem se demitia era ela própria.

E assim foi, para espanto e preocupação de muitos que lhe devotavam um carinho e um respeito incomensuráveis.

Por isso, antigos alunos, antigos dirigentes que com ela tinham trabalhado, doentes, colaboradores, jornalistas, enfim, um sem-número de pessoas decidiram organizar um jantar de homenagem, e eu tive conhecimento dessa iniciativa. A grande dúvida que pairava era se eu compareceria, membro que era do Governo que tinha decidido prescindir da sua colaboração.

Foi questão que não se me colocou. Com certeza que teria de estar presente. Há tempo para a acção política e há tempo para exprimir reconhecimento e admiração. E eu sentia-me devedora perante a Professora Odette Ferreira. Teria, aliás, feito o mesmo por qualquer colaborador meu que considerasse ter tanto a dar ao país e esse país o desperdiçasse.

Eu tinha programado para o dia uma acção bastante longe de Lisboa e lembro-me do mau tempo que se fazia sentir. Receei não conseguir chegar a tempo, tal a tempestade que se abateu, e o meu atraso fez pensar que eu não teria coragem para aparecer. Seria o normal, naquelas circunstâncias. Por isso, quando finalmente entrei na sala, fez-se sentir um enorme silêncio seguido de um burburinho próprio destas situações.

Claro que esta minha atitude suscitou perplexidade no Governo que eu integrava. A ela eu respondi no sentido de que sentia um enorme respeito por todos os que tinham colaborado comigo no Governo com lealdade, competência e brilhantismo e que nunca os desconsideraria nem deixaria de dar provas da consideração que me mereciam.

O episódio passou, mas deixou marcas, naturalmente. Positivas umas e outras negativas. Só me interessam as positivas, até porque são suficientemente intensas para que se sobreponham a tudo o resto. As negativas correspondem a formas de estar que eu não aprecio e, conseqüentemente, tenho-as por não existentes. E assim continuo a estar de bem comigo própria.

Para melhor compreender o percurso de vida da Professora Odette Ferreira, cuja riqueza corre o risco de se perder por ter ocorrido em tempos em que ainda não havia a memória digital que nunca se apaga, vale a pena ler uma biografia intitulada *Uma Luta, uma Vida, nem Precisava de Tanto*,

da autoria de Sandra Nobre, publicada em 2014 e cujo prefácio me solicitaram que escrevesse.

Passo a transcrevê-lo:

“Em boa hora se concretizou a iniciativa de elaborar uma biografia da Professora Odette Ferreira, e só posso estar grata pelo convite que me foi endereçado para prefaciá-la obra.

Esta publicação vem colmatar uma necessidade que existia, em nome da verdade, da justiça e da gratidão, de dar ampla visibilidade à vida de uma Mulher – uma Senhora – que deve constituir um exemplo, uma semente de outras vidas que, ancoradas na disciplina, na honestidade, no trabalho dedicado à causa pública, no rigor e na generosidade, contribuam para o avanço da Humanidade.

E a Professora Odette Ferreira foi isso e bastante mais, porque acrescentou às suas qualidades e à forma como as pôs ao serviço do interesse colectivo uma simplicidade e uma facilidade na relação pessoal que é raríssima em pessoas de grande craveira e com carreiras de sucesso e reconhecimento nacional e internacional.

Sou testemunha presencial daquilo que afirmo, pois tive o privilégio de trabalhar com a Professora Odette Ferreira durante o meu mandato como Ministra da Saúde. Nomeada como Presidente da Comissão Nacional de Luta contra a SIDA (CNLCS) por um antecessor meu – o Dr. Arlindo de Carvalho, foi naturalmente mantida no cargo, embora me tivesse posto elegantemente o lugar à disposição, pois entendi que o Ministério da Saúde não poderia deixar partir uma colaboradora qualificadíssima do ponto de vista científico que, pro bono, punha os seus talentos a render não só para minorar o sofrimento dos atingidos por doença tão ameaçadora, mas também para evitar que muitos outros viessem a cair nas suas malhas.

A sua vida de docente universitária e de investigadora permitiu-lhe construir uma rede de relações com as diferentes profissões da saúde, que lhe facilitava a sua acção. Admirada pelos seus colegas e pelos seus alunos da Faculdade de Farmácia, bem como pelos médicos e equipas de profissionais de saúde em conjunto com os quais desenvolvia trabalhos de investigação, pôde transpor para a CNLCS todo esse capital, com o objectivo de desenvolver uma acção meritória de combate a uma doença para cujo alastramento as debilidades e fragilidades sociais do país criavam ambiente propício.

É altura para recordar também a excelente e proveitosa colaboração científica que manteve com o Professor José Luís Champalimaud, precocemente desaparecido e que tantas saudades deixou nos seus colegas, nos doentes, e nas pessoas, entre as quais me conto, que muito apreciavam as suas qualidades científicas e humanas.

O imaginativo e competente trabalho conduzido pela Professora Odette Ferreira à frente da CNLCS não podia ser interrompido. Isso significaria sempre um retrocesso que custaria caro e não teria qualquer proveito compensatório. Designadamente, o programa de troca de seringas que corajosamente a Professora Odette Ferreira tinha montado e que, articulado com a Associação Nacional de Farmácias, conseguiu a adesão da rede de farmácias em todo o país, foi pioneiro obteve as mais encomiásticas referências internacionais e, sobretudo, conseguiu uma cobertura nacional que preveniu assimetrias regionais tão frequentes neste tipo de medidas, mesmo nas de redução de riscos.

Total confiança e apoio da minha parte, fácil articulação com o meu gabinete para prevenir demoras burocráticas não justificadas e uma dedicação sem limite de tempo por parte de Odette Ferreira permitiram um impulso e uma diversificação de actividade de que ainda hoje o país é feliz beneficiário. Na verdade, não só as novas terapêuticas para a SIDA, financiadas pelas verbas dos jogos sociais afectas ao Ministério da Saúde, foram introduzidas, com evidentes benefícios para os doentes, como também a construção nos hospitais de referência de quartos de isolamento, apetrechados de acordo com o mais elevado nível de exigência, permitem-nos, hoje em dia, com muita tranquilidade enfrentar ameaças globais ao nível das doenças transmissíveis, de que a epidemia do ébola é um claro e recente exemplo.

Isto para não falar da cultura de transversalidade nas acções de prevenção, que sistematicamente inculcava, e que contrariam a clássica intervenção vertical, tão redutora em termos de resultados.

Mas o que é mais surpreendente na personalidade de Odette Ferreira é a conciliação rara entre as qualidades de exigência, que lhe permitiram reconhecimento e distinções internacionais prestigiantes, pelo seu trabalho no domínio da investigação científica e a capacidade de realização prática. Tudo isto fica demonstrado ao longo deste livro, que revela imensas pequenas histórias que nos contam o outro lado das pessoas e das coisas, que nos permitem perceber melhor o que aconteceu, o que se realizou, o que ficou por fazer e porquê.

A Professora Odette Ferreira foi, e continua a ser, uma trabalhadora infatigável, capaz de mover obstáculos, que actualmente e à luz do que passou a ser aceitável para a sociedade, parecem simples, mas que correspondiam a autênticas montanhas. Por exemplo, aquilo sobre o qual era adequado uma senhora falar em público. Sendo a SIDA uma doença sexualmente transmissível, é fácil avaliar os tabus que existiam, quer sociais, quer religiosos, para que sobre ela, de forma a preveni-la, se pudesse falar abertamente.

De todos estes desafios a Professora Odette Ferreira saiu incólume e vencedora e, mesmo sem ter sido essa a sua intenção, conseguiu desconstruir hipocrisias e falsos moralistas que, do ponto de vista da saúde pública, são verdadeiros aliados da doença. Neste caso, a SIDA, uma doença social e economicamente muito pesada pois atingia, essencialmente, pessoas em idade activa, na força e na flor da vida.

Mas – faceta do meu ponto de vista assinalável – tudo o que fez foi sem agressividade e sem nunca abandonar uma certa coquetterie que lhe permitia estar sempre bonita – bem penteada, bem maquilhada e bem vestida –, fosse ter despacho com a Ministra ou fosse visitar doentes ao hospital ou às suas casas, nos ambientes socialmente mais pesados e adversos.

E uma pessoa esteticamente atraente e educada, desde que sem sobranceria, abre imensas portas e recolhe muito mais aceitação na mensagem que pretende fazer passar, sobretudo em ambientes em que a agressividade da vida deixou marcas negativas muito profundas.

Por tudo isto, a Professora Odette arranjava as colaborações mais improváveis e punha-as ao serviço da eficácia da sua acção: conquistou doentes, profissionais de saúde, comunicação social, o reconhecimento permanente e a admiração para a vida de responsáveis políticos, como é o meu caso.

Fazem-nos falta mais pessoas como a Professora Odette. E, por isso, eu dizia acima que, além de uma homenagem, esta obra pode e deve ter também uma enorme valia pedagógica para as gerações mais jovens: se nos esforçarmos afincadamente e com generosidade, tirando partido das nossas circunstâncias propícias para atenuar as más circunstâncias da vida “do outro”, então talvez a nossa efemeridade tenha servido para algo mais profundo e duradouro do que apenas pensarmos em nós próprios e naquilo que egoisticamente nos interesse. Pensando em Edmund Burke, que, no século XVIII, nos ensinou que “para que o mal triunfe basta o silêncio das pessoas boas”, considero que, se mais pessoas houvesse como a Professora Odette Ferreira, que não hesitou em envolver-se de

viva voz e através de acção empenhada, num activismo ao serviço de alguns dos mais estigmatizados, o nosso mundo poderia certamente ser bastante melhor e mais frequentável do que aquilo que é.

Obrigada, Professora Odette Ferreira, por ser como é e por continuar a ensinar-nos tanto, a todos.”

Esta biografia foi apresentada ainda em vida da Professora Odette Ferreira, numa sessão presidida pelo então Ministro da Saúde Paulo Macedo, que, manifestando grande cortesia democrática, me convidou para fazer a alocução principal.

A sessão teve lugar no auditório principal da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, que hoje ostenta o seu nome. O auditório estava repleto. Mas repleto de personalidades da mais diversa origem e idade e das mais variadas profissões de saúde. Tive ocasião de então proferir algumas palavras em que sublinhei essa qualidade distintiva da Professora Odette: a de receber aplauso unânime numa área em que frequentemente eram tão profundas as divisões e a falta de colaboração. Com a sua maneira de ser e com a forma desinteressada, empenhada e esclarecida como investia no alcance de objectivos, recolhia a colaboração de todos os de boa vontade e conseguia construir equipas improváveis e realizar acções vanguardistas na prossecução do bem comum.

Acabou por dar razão a Einstein quando disse que “o impossível só existe até que alguém duvide dele e acabe por provar o contrário”!

A sida é hoje uma doença crónica. Nunca se conseguiu, até hoje, a descoberta de uma vacina. Em entrevista concedida em 1 de Dezembro de 2016^[2] à APECS^[3], de quem foi a primeira sócia honorária não médica, Odette Ferreira, “questionada sobre o ponto de situação da investigação na área do VIH/SIDA, menciona que, apesar de ainda não se ter conseguido encontrar um medicamento para eliminar o VIH, conseguiu-se que este parasse de se replicar”. “Inicialmente, a investigação era mais sobre o vírus e as consequências da infeção. Hoje em dia, centra-se em encontrar um medicamento que elimine o vírus, que não produza efeitos secundários e

2 Dia Mundial de Luta Contra a Sida.

3 Associação Portuguesa para o Estudo Clínico da Sida.

a um preço que permita a sustentabilidade terapêutica em todos os países. Este é o objetivo principal da Indústria Farmacêutica.”

“Relativamente à possibilidade de descoberta de uma vacina, afirma não acreditar que isso venha a acontecer, uma vez que ‘o vírus apresenta uma grande variabilidade e formas de atacar originando diversidade de subtipos e recombinantes dominantes diferentes em vários continentes e os anticorpos [são] pouco ou nada neutralizantes, o que tem tido como consequência a não obtenção de uma vacina após 30 anos de investigação com uma tecnologia de ponta’.

Odette Ferreira defende que, atualmente, ‘a única arma que pode eliminar a infeção é a prevenção, sendo, por isso, necessário apostar mais na informação à população, principalmente na juventude’.^[4]

Lúcida, inteligente, credora de respeitabilidade e interventora até ao fim, a Professora Odette Ferreira, infelizmente, já não está fisicamente entre nós. Mas o seu exemplo e os seus ensinamentos perdurarão porque investiu sempre no que estava certo e conseguiu transmitir as suas mensagens às várias gerações que conduziu, formou e capacitou.

Ainda hoje, apenas com o pequeno intervalo a que a pandemia da COVID-19 obrigou, um grupo dos amigos que ela escolheu para festejar o seu aniversário continua a reunir-se nesse dia. É um jantar carregado de emoção e de sentimentos de reconhecimento, de saudade e de gratidão.

Foi a forma que escolhemos para dar sentido ao que tantas vezes a ouvimos repetir: não há anos, há vida! E é essa vida cheia, vibrante e plenamente vivida por quem considerava que não precisava de tanto que vale a pena celebrar, recordar e difundir.

Obrigada à *Faces de Eva* por ter querido ser parte deste reconhecimento!

Colares, 25 de Abril de 2021

4 <https://justnews.pt/artigos/odette-ferreira-a-1a-socia-honoraria-nao-medica-da-apecs#.YMySG-hKhPY>

Maria Odette Santos Ferreira:

Uma mulher da Ciência que a Saúde Pública imortalizou

ANA PAULA MARTINS*

Maria Odette Santos Ferreira foi uma das mais importantes cientistas portuguesas, pioneira na investigação sobre a infeção do VIH/sida em Portugal. Notabilizou-se pela descoberta do tipo 2 do Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH-2), em 1986, em plena fase de expansão da epidemia por VIH/sida em Portugal e no mundo. Farmacêutica, investigadora e professora universitária, a sua vida foi uma missão ao serviço da Ciência, do Ensino e da Saúde Pública, com uma dedicação extraordinária à sua faculdade, a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (FFUL), e aos seus alunos, para quem estava sempre disponível, preocupada com o seu sucesso académico e profissional e ciente da elevada responsabilidade na formação de uma profissão em contacto próximo com a população, com elevada apetência

.....
DOI: <https://doi.org/10.34619/lnvh-9akm>

* Professora Auxiliar com Agregação
Universidade de Lisboa, Faculdade de Farmácia
1649-003 Lisboa, Portugal
apmartins@ff.ulisboa.pt

para uma intervenção cívica e comunitária, em especial junto dos mais desfavorecidos e fragilizados.

Licenciou-se em Farmácia decorria o ano de 1970, e iniciou pouco depois uma profícua colaboração com o Institut Pasteur, em Paris. Com o Prof. Léon Le Minor, no Laboratório de Lisotipia Entérica, investigou as infeções hospitalares provocadas pelo bacilo piocianico observadas nos hospitais de Lisboa, identificando uma proporção bastante elevada (20%) de estirpes portuguesas que não eram tipificáveis pelo sistema de lisotipia de Lindberg. Este trabalho ajudou a definir os lisótipos das estirpes hospitalares portuguesas e a redefinir um novo lisótipo (lisótipo n.º 104). Também nesta altura isolou um novo bacteriófago ativo sobre uma estirpe portuguesa (fago *acinetobacter* 82-14), que foi referenciado no *Advances Virus Research*, numa descoberta que viria a ter importantes implicações filogenéticas e taxonómicas.

Lecionava na Faculdade de Farmácia enquanto preparava a sua dissertação de doutoramento, concluído na Université Paris-Sud, em França, em 1977.

Ficou viúva no ano seguinte, do homem que conheceu naquela mesma Faculdade, mas, mesmo muito abalada, não desistiu. A vida iria continuar. Para sempre diferente. Dedicou-se dia e noite ao trabalho. Avançou sempre, até ao fim. Viveu os desgostos e as alegrias que dizia lhe estarem reservadas, mas foi sempre uma mulher livre. Falava pouco, mas dizia sempre o que pensava. Preocupava-se em ser compreendida, mas tinha a maior indiferença por aquilo que pensavam dela ou das suas atitudes. Só lhe importava cumprir as suas missões, fazer cada vez melhor, ultrapassar os fracassos de forma digna e corajosa e conseguir, apesar de tudo aquilo que já representava, manter-se humilde, apoiando a sua equipa na faculdade, os seus amigos, os seus alunos, a sua família.

Ao longo de toda a década de 80, continuou a trabalhar com o Institut Pasteur, agora com a Unité d'Oncologie Virale, liderada pelo Prof. Luc Montaigner, onde desenvolveu treino nas técnicas de deteção do *lymphadenopathy aids virus* (LAV). É desta forma que consegue proceder, em 1986, ao isolamento do 2.º vírus da sida, o LAV-II/VIH-2, num doente guineense internado no Hospital Egas Moniz, com a equipa clínica liderada pelo Dr. José Luís Champalimaud. Esta descoberta deveu-se sobretudo à forte determinação de Maria Odette Santos Ferreira. Foi a sua persistência, a sua intuição

e a sua teimosia que venceram o descrédito e ceticismo de alguns clínicos e cientistas sobre a possibilidade de um segundo vírus VIH. Apesar da falta de condições técnicas e de segurança para levar adiante o trabalho científico no seu laboratório, na Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, estudou horas a fio, dias sem conta, as características dos doentes com o VIH-1, assim como dos que, tendo toda uma sintomatologia semelhante, mas não totalmente coincidente, apresentavam resultados negativos nos testes de confirmação do VIH-1, o que, no seu raciocínio dedutivo, só se justificava por uma infeção com um vírus em tudo semelhante, mas geneticamente diferente. A descoberta revolucionou o mundo do diagnóstico serológico e contribuiu para que Portugal e a Unidade de Retrovírus e Infeções Associadas da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa se expandissem e concentrassem importantes linhas de investigação na área dos retrovírus.

A partir de então, centrou toda a sua atividade no estudo e prevenção da infeção pelo VIH/sida. Sabia que havia muito para fazer. Encontrar medicamentos, ou talvez uma vacina (que sempre lhe pareceu difícil de descobrir), apoiar estes doentes com cuidados de saúde adequados, melhorar as condições de tratamento e acesso às terapêuticas mais atuais, combater a fortíssima discriminação a que eram sujeitos e, sobretudo, investir na prevenção, na educação através do conhecimento. Só assim muitas vidas seriam salvas. De muitos jovens, de muitos adultos, de muitas crianças, cuja transmissão mãe-filho condenava.

Entre 1992 e 2000, Maria Odette Santos Ferreira assume a coordenação da Comissão Nacional de Luta contra a Sida, desenvolvendo inúmeros projetos e representando Portugal ao mais alto nível nas organizações de saúde internacionais. Em conjunto com médicos como António Sarmiento, Fernando Maltez, Francisco Antunes, Kamal Mansinho, Lino Rosado, Jorge Torgal, entre outros, formou a equipa clínica que liderava a estratégia de combate a uma das maiores epidemias do século XX.

De valores e princípios sólidos, fundados na ética humanista e bonomia cristã, desafiou ministros e reitores, batendo-se, sem hesitar, em defesa dos doentes com VIH/sida. Sabia que era preciso um forte investimento para que os cidadãos que utilizavam drogas injetáveis não partilhassem seringas, não as deixassem abandonadas em jardins e parques onde as crianças se poderiam infetar. Sendo o sangue uma das vias de transmissão da doença, sabia que as transfusões sanguíneas requeriam uma atenção especial, com

uma abordagem epidemiológica, clínica e laboratorial, que garantisse a segurança do recetor. Também a transmissão sexual exigia uma atenção e um cuidado redobrados na comunicação, nas mensagens de prevenção, na identificação e proteção de grupos mais expostos, na desmitificação de tabus sociais, como a homossexualidade, a prostituição ou outros comportamentos de risco para transmissão da infeção por VIH/sida.

Um ano depois de assumir funções, iniciou um programa estruturante para a prevenção da infeção pelo VIH/sida: o Programa de Troca de Seringas “Diz não a uma seringa em segunda mão”, que resultou de uma parceria entre o Ministério da Saúde e a Associação Nacional das Farmácias. Tinha como finalidade diminuir o risco de transmissão do VIH/sida e de outras doenças transmissíveis (hepatites B e C) entre a população toxicodependente, mas representou também uma luta contra a discriminação, garantindo aos cidadãos utilizadores de drogas injetáveis o acesso a um espaço de saúde diferenciado, seguro, com oportunidades de abordagens preventivas e assistenciais. A imensa determinação que Maria Odette Santos Ferreira colocou na concretização deste projeto, inovador na Europa, associada à coragem que os farmacêuticos nas suas farmácias lhe dedicaram, ajudou a salvar vidas, a mitigar o preconceito e a evidenciar que o investimento em prevenção e educação, feito na proximidade, pode contribuir de forma decisiva para o controlo de uma epidemia. O programa foi premiado internacionalmente como exemplo de boas práticas na prevenção da infeção e abordagem à toxicodependência. A Organização Mundial da Saúde reconheceu-o como um dos projetos com maior impacto em saúde pública e a Comissão Europeia considerou o melhor projeto apresentado por um país comunitário, não só pelo seu carácter inovador, mas por ter sido possível desenvolvê-lo, simultaneamente, em todo o território português, através da rede de farmácias comunitárias. Desde então, foram distribuídas e trocadas mais de 50 milhões de seringas, num programa de saúde pública com evidentes ganhos económicos e poupanças em recursos de saúde.

Maria Odette Santos Ferreira envolveu-se em outros projetos com impacto significativo na saúde pública, como a criação de centros de rastreio anónimos e gratuitos ou de um centro *drop-in* no Intendente, em Lisboa, dirigido às trabalhadoras do sexo, com serviços de aconselhamento, análises, consultas e proteção. Foi ainda responsável, em 1997, pela criação do Programa CRIA – Conhecer, Responsabilizar, Informar, Agir, que apoia projetos e ações integradas na luta contra a sida, através do conhecimento

e informação sobre a doença e da participação efetiva da comunidade e dos grupos-alvo na definição e concretização de medidas que possibilitem a melhoria da qualidade de vida das pessoas infetadas. De destacar ainda a coordenação das Redes Comunitárias de Apoio, que Maria Odette operacionalizou a nível nacional, enquanto coordenadora da Comissão Nacional de Luta Contra a Sida, e que foram replicadas em todos os países comunitários. Promoveu igualmente a implementação de vários serviços de apoio domiciliário, coordenados pelo Projeto Solidariedade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, bem como a construção de uma residência para apoio a doentes com sida em situação precária. Criou ainda a primeira unidade de cuidados paliativos para indivíduos com VIH/sida na cidade de Lisboa (Residência Madre Teresa de Calcutá) e impulsionou a criação das Comissões Distritais de Luta Contra a Sida, que integravam representantes dos sectores da Saúde, Segurança Social, Educação e Juventude, coordenados pelos presidentes das respetivas Administrações Regionais de Saúde. Promoveu também a reabertura da Linha SIDA e desenvolveu inúmeras atividades, de reconhecido mérito, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida dos doentes hospitalizados infetados pelo VIH/sida, garantindo, simultaneamente, a proteção dos profissionais de saúde.

A sida tudo mudou. E Maria Odette Santos Ferreira sabia-o. Sabia que era uma luta longa e difícil. Sobretudo uma luta contra a discriminação, que exigiria décadas de esforço e empenho numa mudança cultural da sociedade. Felizmente essas décadas passaram e Maria Odette Santos Ferreira viu ainda em vida os resultados do seu trabalho, e de muitos outros que a acompanharam no combate ao VIH/sida, hoje considerada uma doença crónica e tratada como tal, embora subsistam metas importantes na deteção precoce, no tratamento, no aumento da sobrevivência e numa sociedade com “tolerância zero” contra a discriminação.

O feito científico e o trabalho na luta contra a epidemia são marcos na carreira de Maria Odette Santos Ferreira, mas a sua personalidade e carisma marcaram também a vida de centenas de alunos e colegas. Os testemunhos de quem com ela conviveu revelam-nos a vida, obra e carácter únicos de uma mulher extraordinária, para quem não havia barreiras nem impossíveis, totalmente dedicada às pessoas e ao País. Acreditou sempre que a educação era o caminho para a liberdade, e que só através da Educação e da Ciência se conseguiria construir um mundo mais justo, com menos desigualdades, mais fraterno.

Apesar de ter nascido na segunda década do século XX, conquistou a sua liberdade, que poucas mulheres tinham então. Pelo seu investimento numa formação de nível superior, pelo trabalho diferenciado, pela determinação inquestionável de se internacionalizar, para mais rapidamente progredir. Amava Paris e ficou para sempre grata aos franceses por a terem acolhido na comunidade científica, por tudo o que aprendeu e pelo impulso que isso lhe deu. Mas Portugal foi sempre a sua pátria e a sua missão contribuir para o desenvolvimento da Ciência, em especial da virologia. Neste trajeto, enquanto cientista era feliz, serena, focada na investigação, talvez até um pouco estrita e reservada nas emoções. Contudo, era como professora que encontrava o seu espaço de esperança e afeto. O seu prolongamento e continuidade. Sóbria, clara nos objetivos, minuciosa, disciplinada, pontual, muito disponível e sempre afirmativa. Como se cada aula fosse uma lição de vida. A influência da vivência no Colégio Moderno era evidente. Dizia sempre que lhe tinha marcado para a vida e todos sentíamos que era verdade. Os professores têm muita influência nos alunos.

Orientou inúmeros projetos de Doutoramento e Mestrado, realizou centenas de cursos de formação avançada e pós-graduada, participou como convidada em centenas de Congressos na área da Infeciologia, Microbiologia e Virologia. Era muito respeitada pelos seus pares, pelos médicos e pelas outras profissões ligadas à saúde. Tinha um vasto conjunto de amigos com quem partilhava muitos momentos de felicidade, com quem contava em todas as horas e a quem nunca falhava. Com ela, ninguém ficava para trás. Todos eram importantes e a cada um dedicava uma atenção especial e um carinho particular. Foi sempre uma mulher disposta a desempenhar papéis difíceis, sem nenhum tipo de expectativa de reconhecimento ou retribuição. Considerava que os alunos só poderiam ser bem-sucedidos e bons profissionais se a Faculdade tivesse uma estratégia ambiciosa, partilhada entre o Ensino e a Investigação. Esse alinhamento era fundamental para que a Ciência que se produzia na Faculdade tivesse impacto na vida das pessoas e gerasse progresso na sociedade.

Foi coordenadora e regente de vários cursos graduados e pós-graduados na área da Microbiologia e nunca hesitou quando chamada a assumir responsabilidades na gestão da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, fosse no Conselho Pedagógico, fosse no Conselho Diretivo, impulsionando a reorganização da Faculdade e das suas estruturas de gestão,

linhas de investigação e modelos de ensino. Chegou a Professora Catedrática em 1987.

Como sempre dizia, “encaro todos os trabalhos, todos os cargos como uma missão, não como um emprego. Só assim faço o melhor que posso e sei”. Defensora da liberdade, lutou também contra alguns excessos pós-revolucionários, como os alunos não quererem fazer exames. Com a professora Maria Odette Santos Ferreira não havia passagens administrativas. Faziam-no obrigatoriamente. Por muito que reclamassem, cumpriam a avaliação. E dizia muitas vezes: “um dia ainda me vão agradecer por esta exigência”. Muitos a recordam pelos incentivos às suas equipas para que publicassem os seus trabalhos, procurassem oportunidades de desenvolvimento, concluíssem o doutoramento. Dando o necessário apoio, mas fazendo igualmente sentir que só com muito trabalho e sacrifício se faz uma carreira na Academia e na Investigação.

Era uma mulher muito exigente e liderava pelo exemplo. Enfrentava todas as lutas que fosse preciso para que vingasse a humanidade, a justiça, a verdade. Nunca teve medo. Nunca lhe vi hesitação.

Premiada com as mais altas distinções em Portugal e França, Maria Odette Santos Ferreira manteve sempre uma postura discreta, orientada para o bem comum. Ainda em vida, foi alvo de variadíssimas homenagens. Foi nomeada pelo governo francês “Chevalier dans l’Ordre des Palmes Academiques”, em 1975, pelo seu desempenho no fortalecimento da cooperação científica entre Portugal e França e “Chevalier de la Légion d’Honneur”, em 1987, pelo talento e mérito que a levaram a uma descoberta da maior relevância no quadro das investigações da sida.

Em Portugal, foi agraciada pela Presidência da República, em 1988, com o grau de Comendador da Ordem Militar de Sant’Iago da Espada, pelo renome internacional granjeado que muito contribuiu para o prestígio de Portugal. Em 2006, recebeu o Prémio Universidade de Lisboa e, em 2012, o colar do Prémio Nacional de Saúde. Voltou a ser condecorada pelo Presidente da República, no início de 2018, com a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública, o mais alto grau desta Ordem de Mérito portuguesa, que se destina a galardoar serviços prestados à causa da Educação e do Ensino.

Também a Ordem dos Farmacêuticos reconheceu o seu vasto trabalho, prestígio e dedicação à profissão, atribuindo-lhe a sua Medalha de Honra, em 1989, e a Medalha de Ouro, em 2012. Com o propósito de contribuir para

a promoção e dinamização da investigação em Saúde Pública por farmacêuticos em Portugal, criou também, em 2010, um prémio de investigação científica com o seu nome, designado Prémio de Investigação Científica Professora Doutora Maria Odette Santos Ferreira.

Avesa às demandas do tempo, nunca se despediu dos alunos nem da FFUL. Recusou sempre aposentar-se, proferir a sua “última aula” e a cerimónia de jubilação. Para ela, a última lição não se justificava porque a viveria naturalmente até ao fim dos seus dias, na FFUL, no seu gabinete, disponível para todos os professores e alunos que a procuravam. A faculdade, o seu grupo de investigação e os alunos fizeram parte da sua vida até ao fim. Vê-los diariamente dava-lhe vida e propósito. E a eles também.

Partiu a 7 de outubro de 2018, no Hospital de São Francisco Xavier, em Lisboa, onde sentia perto o seu médico e amigo, Kamal Mansinho. Depois de uma luta incessante pelos valores humanos que a caracterizavam. Cumprindo todas as missões em que se envolveu, em prol do progresso que sonhou para o seu país e sob o conforto de uma vida digna e com propósito. Todos os dias a recordamos ao passar no Auditório da FFUL, a quem foi dado o seu nome por proposta do Conselho de Escola, em 2018. Passados mais de dois anos vivendo a sua ausência, sabemos que Maria Odette Santos Ferreira nunca partiu definitivamente, porque deixou parte de si connosco e levou consigo uma parte de cada um de nós.

Maria Odette Santos Ferreira

DULCE SALZEDAS*

Lembro-me muitas vezes daquele dia. Um dos últimos almoços a duas. Tinha tudo para ter sido menos agradável. Começou com um enorme aborrecimento que quase me levou a alterar os planos conjuntos de almoçar à beira do Tejo.

A professora estava com algumas dificuldades de mobilidade e por isso tentei encontrar estacionamento perto do restaurante, para que não tivéssemos de andar muito a pé. Sem sucesso, acabei por arranjar lugar do outro lado da avenida, junto ao jardim do Mosteiro dos Jerónimos. Na minha cabeça o percurso era fácil: atravessáramos a avenida através do túnel do jardim que tem um elevador. Ela achou ótima a ideia. Só que o elevador estava avariado. Mas só disso nos apercebemos quando já tínhamos descido as perto de quarenta escadas e nos preparávamos para subir até à superfície pelo elevador.

Eu fiquei lívida, sem saber o que fazer ou pensar. A professora também estava preocupada e cansada sentou-se nos degraus da escada. Olhou para mim e disse: “Acho que não consigo sair daqui. A minha perna não o permite”. Fiquei sem palavras. Sem saber o que fazer. Surgiu-me até a ideia de chamar os bombeiros. Ficámos as duas ali paradas uns bons minutos.

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/190g-11ey>

* Jornalista
dulcesalzedas@sic.impresa.pt

Eu de pé. Ela sentada cortava todos os meus inícios de conversa. De repente levantou-se olhou para mim e disse: “Anda, vamos subir”. E foi! Num instante subiu os 40 e muitos degraus. Quando chegou ao cimo deu uma sonora e jovial gargalhada e soltou um “nem eu imaginava que seria capaz de fazer o que fiz”.

Entrámos no restaurante a rir. O almoço demorou quase três horas: comida italiana e um enorme e succulento gelado como sobremesa. E Coca-cola. Nesse dia, como aliás quase sempre o fazia, surpreendeu-me com o sorriso nos olhos e a felicidade por me ver feliz; a atenção com que me ouvia falar do meu dia a dia, do meu trabalho, da minha família. E a generosidade. Sempre a generosidade nos gestos, nas palavras.

Era como se pudesse ficar ali a vida toda a ouvir-me e a falar. Como se não houvesse mais nada na sua vida. Foi sempre assim. A professora Odette sempre nos fez sentir únicos. Mesmo se fôssemos nós a sentir o contrário. Sábia, conhecedora da alma dos outros. Divertida, muito. Surpreendente. Ao ponto de um dia, nos preâmbulos da nossa amizade me ter colocado dentro da Assembleia Nacional francesa, sob a promessa de que tudo o que ali ouviria seria apenas para meu conhecimento (eu tinha ido a Paris fazer a cobertura do primeiro encontro de governantes europeus sobre sida). Acho que foi também por causa desse episódio que a nossa relação começou. Depois vieram outros encontros, outras conversas. Começámos a ir almoçar de vez em quando. Depois a jantar. E a conversar muito.

A nossa amizade converteu-se numa relação familiar. Nunca se esqueceu de um aniversário meu (e ela sabia o quanto eu gostava do meu dia de anos), do aniversário da minha filha. Num dos meus aniversários, amigas organizaram-me uma festa-surpresa jantar/dançante num restaurante com música africana. A professora foi das últimas a sair. Já passava das duas da manhã. E dançou muito. No dia seguinte telefonou-me a agradecer a festa. Que se tinha divertido imenso.

Tínhamos em comum a paixão por África e a comida de sabores africanos. Quando fui à Guiné-Bissau – ela já estava menos bem –, telefonou-me duas vezes. No meu regresso combinámos que tínhamos de lá ir: eu queria conhecer Bolama, a cidade onde a professora viveu.

Perdi a conta às vezes que lhe telefonei – dia e noite – pedindo ajuda para reportagens e notícias. Foi ela quem me ensinou o bê-á-bá da imunologia, da infeciologia, do laboratório. Passava horas a explicar-me como

funcionavam os vírus, as bactérias. Perdi também a conta às vezes em que lhe telefonei para pedir conselhos. E ela esteve lá sempre.

Eu, que nunca a tive como professora, fui, durante todos os anos em que privei com ela, sua aluna. No sentido mais estrito e, ao mesmo tempo, lato da palavra: alimentou o meu conhecimento; sustentou a minha vontade de saber mais; fez crescer em mim o sentido de partilha. Aliás a professora Odette Santos Ferreira era professora por excelência. Era feliz a partilhar conhecimento. Emocionava-se com o crescimento dos outros. Identificava-se com todos e qualquer um. Sobretudo com os mais necessitados. E era solidária. Ah, esse era o seu maior atributo, quase dom.

AFORTUNADA. Sim, é o que sou e fui por tê-la comigo.

Estudos

..... DOI: <https://doi.org/10.34619/lrpl-cp8c>

* <https://orcid.org/0000-0002-8862-7531>

Professora Associada convidada, Universidade Aberta, Curso de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres – Género, Cidadania e Desenvolvimento. Investigadora da Universidade Aberta – CEMRI – Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais. Colaboradora da Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, CHAM – Centro de Humanidades, Lisboa, Portugal
anabgcouto@gmail.com

Figurações do feminino e da paisagem em Raul Brandão:

Outras formas de habitar o mundo

ANABELA GALHARDO COUTO*

Resumo. O presente artigo pensa a articulação entre a representação das mulheres e da paisagem num conjunto de textos literários de Raul Brandão, a partir de um prisma que cruza os estudos de género, os estudos literários e os estudos da paisagem. Em páginas admiráveis, o autor traça retratos ora pungentes, ora luminosos das mulheres dos pescadores (*Os Pescadores*), das prostitutas (*Os Pobres*) e de outras figuras femininas (“O Mistério da Árvore”). Ver-se-á de que modo essas personagens femininas poderão ser lidas como um veículo privilegiado para repensar o humano na sua interconexão com o mundo, com a natureza e com a vida.

Palavras-chave: Raul Brandão; Representações do feminino; Paisagem; Repensar o humano.

Representations of women and landscape in Raul Brandão: Other ways of inhabiting the world. *From a perspective that crosses gender, literary and landscape studies, this paper considers the relation between women and landscape in a set of literary texts by Raul Brandão. The author draws portraits, sometimes poignant, sometimes luminous of the fishermen's wives (Fishermen), prostitutes (The Poor), and other female figures (“The Mystery of the Tree”). It will be seen how these female characters are a privileged vehicle for rethinking the interconnection between the human, the world, nature and life.*

Keywords: Raul Brandão; Representation of women; Landscape; Rethinking the human.

Visa este artigo estabelecer um diálogo com alguns textos de Raul Brandão, deixar que eles venham ao nosso encontro no sentido deleuziano, trazendo para primeiro plano a questão das mulheres e do feminino, temática pouco explorada no conjunto da recepção crítica do autor de *Húmus*. Mais especificamente, interessa pensar a articulação entre a representação das mulheres e da paisagem tal como se nos oferece num conjunto de textos brandonianos, em particular: os capítulos III e VII de *Os Pobres* (1906), intitulados respetivamente “As mulheres” e “A primavera”; o texto “Mulheres” de *Os Pescadores* (1923); e, finalmente, o conto “O Mistério da Árvore” inserido em *A Morte do Palhaço e o Mistério da Árvore* (1926).

Nestas páginas admiráveis o singular escritor traça retratos compassivos — ora pungentes, ora luminosos — das mulheres dos pescadores, das prostitutas ou de outras figuras femininas, de onde emerge uma união íntima com a paisagem e o ambiente que as envolve. Vale a pena interpelar esses textos de um ponto de vista tríplice que conjuga os estudos literários, os estudos de género e os estudos da paisagem.

Como se sabe, a paisagem literária implica uma certa visão do mundo intimamente ligada à sensibilidade e ao estilo de cada escritor (Richard, 1984). Mais do que enfatizar tal ou tal referente, o que está em causa na descrição de uma paisagem é uma construção literária, um processo de reelaboração dos lugares pelo imaginário e pela palavra (Collot et al., 2001, pp. 489-511).

Poder-se-á dizer que nas narrativas de Raul Brandão aflora um pensamento espacial, em que a memória ou a imaginação criadora surgem intimamente ligadas aos lugares, que são “mapas do solo mental” (Collot, 2014, p. 13) do autor.

Neste contexto, procurar-se-á refletir sobre a dimensão humana e sensível do espaço nos textos referidos anteriormente. Ver-se-á que naquelas obras a paisagem configura uma relação concreta, afetiva e simbólica do ser humano aos lugares. Nesse pensamento espacial algumas figuras femininas detêm um papel de destaque, participando de uma íntima ligação com a natureza e a paisagem. A nosso ver, o seu desenho convidará a eventuais aproximações a algumas das problemáticas que o “posthumanism” e o “postanthropocentrism” têm vindo a colocar. Reportamo-nos especificamente à cartografia intelectual da pensadora feminista Rosi Braidotti, apostada em repensar o humano na sua interconexão com esses outros não humanos (natureza, animais, máquinas, ambientes, sistemas, etc.),

para além do quadro das limitações humanistas e antropocêntricas a que o pensamento hegemónico nos habituou (Braidotti, 2013)⁽¹⁾. Para a autora de *The Posthuman*, o desafio da condição pós-humana estará na possibilidade de os indivíduos aceitarem tornar-se “other-than-human”, encontrarem novas formas de laços sociais e reavaliarem *zoe* como força vital positiva, o que a pensadora designa como ‘becoming-Earth’ (Braidotti, 2011, p. 267).

Vejamos então de que forma as figuras femininas brandonianas constituirão um estímulo para refletir sobre o humano na sua relação com o mundo, com a natureza e com a vida.

Atentemos nos diversos ângulos de perspetivação das personagens, tal como os textos em apreço nos oferecem, a partir da sequência de galerias: o mar, a luz, a noite, a natureza primeva.

AS MULHERES E O MAR

Comece-se por *Os Pescadores*, obra que Manuel Mendes, no Prefácio à primeira edição, classificou como “cântico luminoso a uma faixa de terra e mar que corre toda a costa portuguesa” (Brandão, 1923).

Num registo híbrido, conjugando memórias, evocações, descrição de paisagens e registo de tipos sociais, o texto intitulado “Mulheres” retrata as vivências, os sentimentos e a situação das mulheres dos pescadores nas diferentes regiões da costa norte de Portugal nos alvares do século XX.

Contrariando uma das vertentes dominantes da representação literária tradicional do feminino apostada em reduzir as mulheres, ora a objeto de desejo masculino, ora ao outro do homem, tal como Beauvoir entreviu em *O Segundo Sexo* (1949), saliente-se desde já que, naquela obra, as mulheres surgem na condição plena de sujeitos, na plenitude da sua experiência humana, como “seres humanos integrais” (Henriques, 2010, p. 15).

1 “Rethinking the human ‘with’ its nonhuman others (animals, machines, objects, systems, environments, etc.)” é um dos propósitos enunciados por Rosi Braidotti em *The Posthuman* (Braidotti, 2013, p. 133). Na sua crítica ao humanismo, a autora sublinha que o ideal de Protágoras do homem como medida de todas as coisas, para além de promover a excecionalidade dos humanos em relação a outros seres, fabricou o mito de uma humanidade baseada numa “natureza humana” envolvendo valores universais que excluíram alguns humanos a partir de critérios de género, raça, classe, cultura, nação, etc. Aponta para novas formas de neo-humanismo que emergem dos estudos pós-coloniais, raciais, de género e do ambientalismo.

Efetivamente, é numa atitude de grande empatia e de solidariedade para com a condição feminina que se traça um retrato singularizado daquelas mulheres portuguesas, que o texto visibiliza e homenageia.

Tal como surgem na pintura que o autor nos oferece, as mulheres dos pescadores representam uma das faces mais martirizadas e simultaneamente mais dignas da condição humana. Com um misto de precisão, própria do registo documental, e de memória afetiva, onde sobressai o fragmento e a impressão difusa, mediada ora pelo tempo, ora pelo sonho, vai-se compondo aos poucos a densidade e a volumetria do retrato de grupo das mulheres dos pescadores: força anímica, espera, luto, trabalho, dimensão telúrica são os grandes traços que o animam.

Enquadradas numa paisagem rural e marítima, e em plena harmonia com ela, as mulheres dos pescadores são apresentadas numa íntima união com os espaços que as modelam, onde pontuam o mar, a praia, a fonte, o tanque, a luz marinha.

A abrir o texto “Mulheres” de *Os Pescadores*, impõe-se, dramático e sublime, o retrato da Velha da Foz do Douro:

Esta velha crestada pela desgraça e pelo tempo, com sulcos de velhice e de lágrimas na cara é que os [aos pescadores] impele para o mar. E o mar tem-lhos levado todos. (Brandão, 1995, p. 95)

A figura da Velha da Foz do Douro constrói-se em íntima simbiose com o mar tumultuoso, feroz e devorador, fonte de vida e sustento e, simultaneamente, origem de perigo e morte. É o mar onde se debatem homens e barcos açoitados pelas ondas e pelo vento numa luta sem fim. Identificada com o próprio oceano, essa figura encarna a força espiritual e anímica que atrai os pescadores para o seu destino, que não raro coincide com a morte:

Andou toda a vida de luto. Viu-os despedaçados nas pedras e deitou toda a ternura que tinha para deitar. Mas incita-os, pragueja, empurra-os, para que não haja fome em casa. (Brandão, 1995, p. 95)

As marcas dessa luta implacável estão bem impressas no corpo devastado da velha mulher que o autor expressa com mestria: “Dobra-se-lhe o corpo exausto, rodilha gasta pela vida!” (Brandão, 1995, p. 95). O seu corpo

ressequido investido de solenidade telúrica é um misto de mar, barco, velas, praia. Queimado de sol e de salitre, verga-se como vela quebrada, “bebendo as lágrimas e o cuspo do mar e contendo o coração em farrapos, com as mãos negras apertadas sobre a tábua rasa do peito” (Brandão, 1995, p. 95). Esta figura trágica — lembrando as primitivas deidades Graiaí⁽²⁾, velhas e funestas filhas do mar — funde-se no mar revolto que em contínua agitação empurra os barcos, cujo movimento ela procura acompanhar, numa vertiginosa ânsia, ora correndo ao longo da costa, ora acorrendo à praia, incansável:

Se os batéis estão em perigo, corre a costa, açoitada pelo vento [...]. E corre com as redes à cabeça, a cesta no braço e os soluços represados na garganta, levando o neto atrás de si a rasto para o barco. (Brandão, 1995, p. 95)

Sob esse fundo de mar, ora sombrio, ora luminoso, vão surgindo as mulheres dos pescadores, quais Penélopes, enquadradas nessa dimensão mítica da representação feminina que é o tema literário da espera⁽³⁾.

A espera confunde-se com o quotidiano que é a partida dos homens para o mar, cujo regresso as mulheres diariamente aguardam. Profundamente marcada pela incerteza, a condição da espera nestas mulheres tingem-se de uma coloração trágica, “pautada por um tempo épico que prolonga a dor psicológica” (Brito, 2013, p. 3). É que frequentemente a espera desemboca em morte, em luto. Outras vezes, traduz-se em morte adiada, quando o mar não chega a devolver o cadáver do filho ou do marido. Veja-se, a este propósito, o fragmento autobiográfico de *Os Pescadores* no texto “Foz do Douro – A Cantareira”:

Meu avô materno partiu um dia no seu lugre; minha avó Margarida esperou-o desde os vinte anos até à morte, desde os cabelos loiros que lhe chegavam aos pés até aos cabelos brancos com que foi para o túmulo. (Brandão, 1995, p. 36)

Contudo, longe da ideia de passividade que o pensar canónico reserva à espera feminina, o aguardar destas mulheres é ativo, produtivo, indissociável

2 A este propósito, atente-se na clarividente comparação que em *Corografia Sagrada* Dalila Pereira da Costa faz entre algumas das figuras femininas do repertório de Brandão e algumas deusas primitivas.

3 Sobre as múltiplas valências da figura de Penélope, ver Fontisi-Ducroux (2009).

do trabalho como valor. Esperando, estas mulheres “trabalham, sofrem e vivem mais do que os homens” (Brandão, 1995, p. 98).

Em terra, as Penélopes marinhas tecem e consertam as redes, vendem o peixe pelas cidades, cuidam das ninhadas de filhos que transportam juntamente com as canastras de peixe, fazem o luto pelo marido que um dia não volta.

A este propósito, leia-se, por exemplo, o seguinte trecho sobre as mulheres da Afurada: “Andam léguas, são infatigáveis e já as vi lançar sozinhas as redes do sável, puxá-las para a terra e dividir o quinhão” (Brandão, 1995, p. 98). A esta sobrecarga laboral não escapa também, por exemplo, a mulher de Mira:

[...] lava as redes, puxa os cabos, carrega os gigos, cozinha no lar enfumado com dois tijolos e faz a lavoura — o prazo. Em resumo, a mulher trabalha mais do que o homem — trabalha o dobro do homem. (Brandão, 1995, p. 98)

Para além do mar, outros elementos aquáticos configuram o quotidiano destas mulheres.

A fonte e, por vezes, a praia representam o espaço luminoso e jovial que preside ao desabrochar do amor inicial. Tópico literário que remonta aos cantares de amigo medievais e à tradição oral dos cantos de mulheres⁽⁴⁾, a fonte tem no texto em apreço um lugar central: “Ao escurecer na Cantareira, passam da fonte as raparigas, com o cântaro à cabeça e as mãos na cinta. É a hora do namoro. Param a conversar com os rapazes, que as esperam nos varais” (Brandão, 1995, p. 96). Já em Mira, na praia, “elas sentadas, eles deitados de bruços, atiram-se de quando em quando em punhados de areia”. Da pintura das mulheres na praia, sobressaem ainda traços de voluptuosidade juvenil, que se desprendem da alegria ruidosa dos “ranchos de raparigas que andam na maré à gravalha, de perna fina, curvadas e puxando para si restos de lenha”, ou de alguma outra jovem “de pele doirada e pique de maresia” (Brandão, 1995, p. 96).

Associado à fonte, enquanto lugar geográfico e literário feminino no seguimento de uma longa tradição ancestral, encontra-se o espaço das lavagens comunitárias, cuja feminilidade plena de vitalidade convulsa é magistralmente captada pelo narrador no excerto seguinte:

4 — Vejam-se a este propósito, por exemplo, os estudos de Pierre Bec (2010) ou de Ría Lemaire (1988).

[...] vinte, trinta mulheres de saias arregaçadas lavam a roupa suja. Gritos, rixas, alarido. Um momento de silêncio e ouve-se o bater compassado da maré que vai, vem e lhe molha as pernas nuas. (Brandão, 1995, p. 97)

AS MULHERES E A LUZ

Além dos espaços marinhos e aquáticos, a luz é o outro elemento que marca presença na paisagem geográfica que configura as mulheres dos pescadores. Elementos fulcrais da paisagem, as mulheres fundem-se nela numa intimidade telúrica, unidas pelo mar e por essa luminosidade doce da beira-mar que lhes adoça os contornos. Será o caso da luminescência da ria de Aveiro — “doirada e viva sem ser forte”, assemelhando-se a “água azul trespassada de sol”, abrindo “como um sorriso” e morrendo “quase sempre enternecida” — a imprimir peculiares traços no perfil e no carácter das mulheres:

Todas as mulheres da beira marinha são postas em destaque pela luz carinhosa que as envolve e protege. Criam-se nesta esplêndida paisagem de água e cor, ao mesmo tempo pacífica e delicada. (Brandão, 1995, p. 100)

E mais adiante, conclui:

As mulheres desenvolvem neste ambiente uma alma serena e respondem ao sorriso da luz com um sorriso de ternura. São como certas flores criadas num momento feliz, que atingem a perfeição. (Brandão, 1995, p. 100)

Imbuídas desse “lirismo telúrico” de que fala Vítor Viçoso (2000, p. 42), nesta união de luz e mar emerge a força vital destas figuras, intimamente ligadas ao ciclo de vida, morte, renascimento.

AS MULHERES E A NOITE

Na obra de Raul Brandão algumas mulheres encarnam o rosto mais violento da miséria humana. Será o caso das mulheres dos pescadores a quem “cabe sempre o pior quinhão da vida negra” (Brandão, 1995, p. 102). Mas

essa dimensão de pobreza e sofrimento associada a algumas mulheres é levada ao paroxismo em *Os Pobres* e especificamente no texto dedicado às prostitutas e intitulado “As mulheres” (Brandão, 1906, p. 15).

Mulheres sujeitos, erguendo-se a custo do infra-humano, numa plenitude de sujeito trágico, eis como se apresentam as prostitutas de *Os Pobres*. Criaturas deploráveis, marcadas pela abjeção, pela abnegação, pelo aniquilamento e pela espera, serão ainda capazes de redenção, pela sua capacidade de sofrimento, amor e dádiva, e por essa via ligadas à alma universal, ao substrato profundo do ciclo vital⁵.

Efetivamente, o capítulo intitulado “As mulheres” traça um retrato atroz das personagens que são as prostitutas, ainda assim pleno de simpatia, atento à dignidade que irrompe do ultraje que é a sua condição sofredora. Estes “seres de descabro”, roçando o inumano, são figuras miseráveis, devastadas, sob o fundo de uma paisagem citadina noturna igualmente arruinada:

Ao vir a noite põem-se as prostitutas a cantar; entre as pedras ressequidas e o ruído humano põem-se as prostitutas a cantar. São pobres, tristes, seres de descabro e piedade, lama que o homem gera de propósito para o gozo. (Brandão, 1906, p. 15)

Despojadas, abandonadas, doentes, de “fisionomia empedrada de mágoa”, estão em simbiose com uma paisagem não natural, degradada, noturna. Lúgubres, a cidade, as ruelas, a casa e o hospital constituem o pano de fundo onde circulam tais criaturas espectrais, o espaço onde avulta “ruído humano”, “pedras ressequidas”, “lama”, “treva” “noite”, “blocos negros”, “luz enfumaçada e oleosa”.

Paradigma desse espaço é o bordel, a casa das mulheres: casa trágica de tetos negros e corredores que encobrem soluços, situada junto do frio e decrepito hospital na “rua negra onde o enxurro humano sem cessar carrega detritos, lágrimas, sonho” (Brandão, 1906, p. 51).

5 Dalila Pereira Costa em “Raul Brandão e a terra-Mãe” (1993, pp. 283-290) viu na narrativa *Os Pobres* uma “visão do mundo de cariz telúrico-cósmico”. A ensaísta considera que a obra procede à representação de um mundo arcaico e arquetípico, condensando uma visão panteísta dinâmica, integrando a natureza e o homem num todo. Na sua perspectiva, que subscrevemos, a narrativa é animada por um dinamismo exultante, de amor e vida, como corrente que abraça o universo.

Em íntima fusão com o espaço decrepito, com as sombras, o canto das prostitutas, essa “toada de farrapos”, de “flocos de tristeza”, identifica-se, não obstante, com o som mais profundo que será a voz do ser heideggeriana, ou esse “rugido de energia cósmica” no sentido de Braidotti⁶, ou a voz da noite que chora: a “aflição da noite a soluçar”. “Às vezes somem-se as bocas e da treva rompe aquela voz de tragédia, como se a treva falasse, ao que dum canto a escuridão responde” (Brandão, 1906, p. 16).

E, tal como as mulheres dos pescadores, também as prostitutas, essas outras Penélopes lúgubres, noturnas, estão confinadas à espera: “Especadas às esquinas, criaturas esperam... parecem pedaços de noite destacados da própria noite” (Brandão, 1906, p. 16). É uma espera marcada pelo martírio e pela entrega abnegada ao destino da sua condição: “Não há nada pior do que nascer mulher”, afirma uma delas. E mais adiante no Capítulo VII, “A Primavera”, diz o narrador reportando-se à casa das mulheres:

As mulheres cantam sempre na mesma toada triste e soluçante. [...] A história é idêntica, o eterno húmus amassado em lágrimas [...]. Elas sabem que nasceram para sofrer e resignam-se: o esgoto é necessário. (Brandão, 1906, p. 49)

Mergulhadas na humilhação, as prostitutas, porém, amam e nesse amor resplandece o universal. É um amor devastador: “Um dia a gente põe-se a gostar dum homem e inda é pior” (Brandão, 1906, p. 18).

Todavia, nesse amor despojado ecoa o ideal, o sonho:

Tudo na vida se alimenta de gritos, como as raízes na terra se sustentam d’água. Enganam-nas e não se queixam. É o Fado. Não têm ódio a quem as iludiu; ao contrário, não esquecem esse fio de sonho espezinhado, que ainda sentem correr na vida, longínquo e triste, quasi a sumir-se de todo. (Brandão, 1906, p. 49)

Assim como “no mais desprezível charco se espelha o sol”, assim também estas criaturas se elevam e o seu amor ascende à condição de sentimento primordial, a força motriz e vital que une seres e coisas:

6 Braidotti fala em “roar of cosmic energy” citando o excerto de *Middlemarch* de Eliot: “If we had a keen vision and feeling of all ordinary human life, it would be like hearing the grass grow and the squirrel’s heart beat, and we should die of that roar which lies on the other side of silence” (2013, p. 86).

Seres de ignomínia só amam idealmente. Assim será o amor das ervas, dos sapos, das nascentes, de tudo o que na natureza é pequenino ou disforme. (Brandão, 1906, p. 50)

Voz da noite, das trevas e do caos, “feitas do mesmo sonho e da mesma pedra de que é feita a vida” (p. 19), estas figuras femininas participam ainda da natureza primordial e do seu ciclo inelutável de sombra e luz. No seu amor devastado ressoa o amor cósmico, energia vital: “Ouvi: esta seiva dolorida fará nascer um dia alguma misteriosa Árvore” (p. 50).

NATUREZA PRIMEVA

Ao amor devastador, mas ainda assim redentor das prostitutas, opõe-se o amor esplêndido, palpitante e feliz da mendiga do belíssimo conto “O mistério da árvore”, e à paisagem citadina degradada, noturna, opõe-se a paisagem natural, bela, luminosa, primaveril.

Lembre-se que este conto nos fala de um reino estéril e lúgubre governado por um rei sinistro, que odiava o amor, a juventude e a alegria, onde pontua uma árvore que nunca floresce, “esgalhada e seca”: a árvore da força. A ambiência fúnebre do reino vê-se perturbada pela aparição de um jovem e feliz casal de apaixonados que vêm “enlaçados com a primavera, cobrindo a terra erma que calcavam, de vida e de amor” (Brandão, 1926, pp. 251-252).

Mesmo após o enforcamento do par, o amor dos dois jovens mendigos comunica-se e ressoa na natureza idílica e erotizada: o amor “trespassava a terra e os bichos”, sentia-se no “palpitar das fragas”, nos montes como “seios duros”, nos “espinheiros túmidos”, nas “coisas que estremeciam”, na “noite magnética cheia de murmúrios”, no vento, nos “sapos extáticos”, estendendo-se, por fim, à própria árvore da força, que, “aquecida com o amor de dois mendigos, tinha o galho em que pendiam enforcados cheinho de flor” (Brandão, 1926, p. 257).

Encarnação simbólica de uma natureza primeva, a amante do conto associa-se à flor e à primavera. Enquadrada numa paisagem natural, luminosa e feliz, encarna a potência da vida, a Mãe-natureza, a terra fértil geradora de vida e o amor cósmico e universal que tudo enlaça (Corrêa, 2008).

É de acrescentar ainda que em Brandão, o conhecimento e o espanto perante a vida, na sua pujança fulgurante, essa “torrente esplêndida” tal

como a “Filosofia do Gabiru” de *Os Pobres* a consagra, remonta à ligação da natureza com a infância e com o universo materno, esse mundo pré-logos, pré-linguagem, onde tudo surge numa unidade indistinta (Silva, 2000, p. 67)⁷. Esse saber primevo é o único que conta, conforme se refere no Capítulo XIV de *Os Pobres*:

Só em pequeno é que eu senti correr em mim a vida. [...] Ali as árvores eram minhas amigas, as coisas conheciam-me e eu vivia duma vida convencida, forte, bravia... Vieram depois as palavras, os mestres, os amigos, e eu nunca mais achei sabor à vida... (Brandão, 1906, p. 108)

Também no Prefácio ao volume I das *Memórias*, o autor invoca o quintal da casa materna e o tempo da infância, enquanto reduto de sabedoria una e primordial: “O que sei de belo, de grande ou de útil, aprendi-o nesse tempo: o que sei das árvores, da ternura, da dor e do assombro, tudo me vem desse tempo...” (Brandão, 1918, p. 5).

OUTRAS FORMAS DE HABITAR O MUNDO

Sant’Anna Dionísio destacou em Brandão o traço de “um singularíssimo pensador primitivo” que procura ver as coisas “na sua fisionomia primitiva”, servindo-se da paisagem como “objecto de perscrutação transcendente” (Dionísio, 1925). Por outro lado, Dalila Pereira da Costa, em *Corografia Sagrada*, salienta em Brandão uma visão do mundo de “cariz telúrico-cósmico” e a configuração de um mundo arcaico de arquétipos (Costa, 1993, p. 283). Ora, na interligação entre algumas figuras femininas e a paisagem, configura-se, em parte, essa procura, esse olhar primitivo, “adâmico” (Rosa, 2017), e essa visão cósmica e telúrica. No conjunto das figuras femininas que convocámos, assoma a simpatia de Brandão por essa potência misteriosa paradoxal e fulgurante que é a vida, na sua dimensão mais arquetípica e primordial. Nessas personagens se vislumbra a atração por aquilo que, “na

7 O estudo de Carlos Silva intitulado “O recorte do sensível e a categoria do espanto na estética de Raul Brandão” (2000, p. 60) sustenta que Brandão antecipa Alberto Caeiro ao propor um “sentir sem alma, sensível de um cosmos arquetípico sem centro de referência”. Essa sensação antes da voz, exprimir-se-á em “línguas vagas e silenciosas” (*Os Pobres*, p.35”).

sua simplicidade espontânea e pregnant, exprime o esplendor enigmático da alma universal” (Viçoso, 2000, p. 42). Na sua articulação íntima com a natureza e com o ciclo vital, pressente-se a presença do mistério e o sentimento poético do sagrado.

Pensamos ter deixado claro que os textos analisados configuram uma relação concreta, afetiva e simbólica das personagens aos lugares. Na representação das mulheres ecoa uma relação simbiótica com o mar, a água, a luz, a noite, a natureza, o amor e o ciclo vital. A partir do olhar contextualizado do presente, penso estar autorizada a articular o panteísmo difuso que envolve essas personagens femininas com a atitude de recetividade e abertura a esse outro não humano de que nos fala Braidotti (2013).

Harmonizando-se com o espírito do lugar, abrindo-se a esses “outros não humanos” com quem convivem em indistinta união, aquelas figuras apelam a uma interconexão entre o humano e a natureza, avessa às dicotomias hegemônicas⁽⁸⁾. Em íntima harmonia com a paisagem, com o *genius loci*, com o espírito do lugar, elas representam uma forma de resistência contra a relação instrumental, predadora e dessacralizada do ser humano com a natureza e com a vida. Face à massificação, à tecnicização e ao esvaziamento dominantes na atualidade, essas figuras femininas revelam-se como um veículo privilegiado para repensar o humano e imaginar um “horizonte de esperança” (Braidotti, 2011, p. 267) aberto a outras formas possíveis de habitar o mundo e a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Beauvoir, S. de (1949). *Le deuxième sexe*, Tomo I. Paris: Gallimard.
- Bec, P. (2010). *Chants d'amour des femmes de Galice*. Biarritz: Atlantica.
- Braidotti, R. (2011). *Nomadic theory: The portable Rosi Braidotti*. New York: Columbia University Press.
- Braidotti, R. (2013). *The posthuman*. Cambridge: Polity Press.
- Braidotti, R. (2021). *Posthuman feminism*. Cambridge: Polity Press.

8 Parece-nos que esta visão panteísta de Brandão diverge da atitude própria do pensar hegemônico, tal como Cixous a enquadró em *Le Rire de la Méduse*, ao estabelecer uma relação dicotômica e hierarquizada entre os pares cultura/natureza, homem/mulher, onde os polos mulher/natureza surgem associados numa posição de inferioridade.

- Brandão, R. (1906). *Os pobres*. Lisboa: Empresa da História de Portugal.
- Brandão, R. (1918). *Memórias*, volume I. Lisboa: Renascença Portuguesa.
- Brandão, R. (1923). *Os pescadores*. Lisboa: Aillaud e Bertrand.
- Brandão, R. (1926). *A morte do palhaço e o mistério da árvore*. Lisboa: Seara Nova.
- Brandão, R. (1995). *Os pescadores*. Lisboa: Editora Ulisseia.
- Brito, N. (2013). *A variação cromática em Os Pescadores de Raul Brandão*. Conferência Comemorativa da Jornada de Língua Portuguesa, CEIE, Universidade Nacional Autónoma do México, 7 de maio. http://enallt.unam.mx/boletin/anteriores/boletin_038/Os_Pescadores.pdf
- Cixous, H. (2010). *Le rire de la Méduse*. Paris: Éditions Galilée.
- Collot, M. (2014). *Paysage et poésie*. Paris: José Corti.
- Collot, M., Chenet, F., & Saint Girons, B. (2001). *Le Paysage : État des lieux*. Bruxelles: Ousia.
- Corrêa, E. P. (2008). *A paisagem expressionista na narrativa de Raul Brandão: Nuances do claro-escuro pesadelo* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Costa, D. P. da (1993). *Corografia sagrada*. Porto: Lello & Irmão Editores.
- Dionísio, J. S. (1925). *Cepticismos*. Porto: Edição da Renascença Portuguesa.
- Fontisi-Ducroux, F. (2009). *Ouvrages de dames. Ariane, Hélène, Pénélope*. Paris: Seuil.
- Henriques, F. (2010). Concepções filosóficas e representações do feminino: Subsídios para uma hermenêutica crítica da tradição filosófica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 89, junho, pp. 11-28.
- Lemaire, R. (1988). *Passions et positions-contributions à une sémiotique do sujet dans la poésie lyrique en langues romanes*. Amsterdam/Providence: Rodopi.
- Richard, J.-P. (1984). *Pages paysages*. Paris: Éditions du Seuil.
- Rosa, V. (2017). *Cinzento e dourado. Raul Brandão em foco nos 150 anos do seu nascimento*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Silva, C. H. do C. (2000). O recorte do sensível e a categoria do espanto na estética de Raul Brandão. In M. J. Reynaud (ed.), *Ao encontro de Raul Brandão* (Actas do Colóquio: 7, 8 e 9 de Janeiro de 1999) (pp. 55-78). Porto: CRP/UCP – Lello Editores.
- Viçoso, V. (2000). Simbolismo e expressionismo na ficção brandoniana. In M. J. Reynaud (ed.), *Ao encontro de Raul Brandão* (Actas do Colóquio: 7, 8 e 9 de Janeiro de 1999) (pp. 39-48). Porto: CRP/UCP – Lello Editores.

- DOI: <https://doi.org/10.34619/zdkr-hihs>
- * <https://orcid.org/0000-0001-8628-4953>
Universidad Isabel I de Castilla, Facultad de Psicología, Burgos, España.
concepcion.mimbrero@uii.es
- ** <https://orcid.org/0000-0002-4472-8605>
<https://orcid.org/0000-0002-1804-0233>
Universidad de Sevilla, Departamento de Psicología Social, Sevilla, España.
anaguil@us.es, sucamara@ucm.es
- *** <https://orcid.org/0000-0001-7539-6220>
Universidade de Évora, Centro de Investigação em Educação e Psicologia, Évora, Portugal
cpomar@uevora.pt

Opinión del profesorado sobre el clima de género en la Universidad de Évora y la Universidad de Sevilla

CONCEPCIÓN MIMBRERO* | ANA GUIL BOZAL**
SUSANA CÁMARA** | CLARINDA POMAR***

Resumen. El objetivo general de este estudio fue conocer las opiniones del profesorado universitario en relación con los desequilibrios de género existentes en las universidades públicas de Évora (Portugal) y de Sevilla (España). En la Universidad de Évora, participaron 30 profesores y 36 profesoras y en la Universidad de Sevilla, 20 profesores y 23 profesoras. Se trata de un estudio cuantitativo descriptivo. El instrumento que se aplica es un cuestionario en la escala tipo Likert. Los resultados generales muestran que gran mayoría del profesorado percibe que el Clima de género adecuado en ambas instituciones. El profesorado de Évora percibe una mayor situación de desigualdad que el profesorado de Sevilla. Los resultados por ítem reflejan diferencias entre universidades.

Palabras clave: clima de género; desigualdades; género; organizaciones; universidad.

Faculty opinion on the gender climate at the University of Évora and the University of Seville. *The general objective of this study was to know the opinions of high university teachers regarding gender imbalances in public universities in Évora (Portugal) and Seville (Spain). At the University of Évora, 30 male teachers and 36 teachers participated and at the University of Seville, 20 male teachers and 23 female teachers. It is a descriptive quantitative study. The instrument that is applied is a questionnaire in Likert scale. The general results show that the vast majority of teachers perceive that the appropriate gender climate in both institutions. The teachers of Évora, perceive a greater situation of inequality than the teachers of Seville. The results per item reflect differences between universities.*

Keywords: *gender climate; inequalities; gender; organizations; university.*

Opinião de docentes sobre o clima de género da Universidade de Évora e da Universidade de Sevilla. *O objetivo geral deste estudo foi conhecer as opiniões de professores/as do ensino superior sobre os desequilíbrios de género nas universidades públicas de Évora (Portugal) e Sevilha (Espanha). Na Universidade de Évora, participaram 30 professores e 36 professoras e na Universidade de Sevilha, 20 professores e 23 professoras. É um estudo quantitativo descritivo. O instrumento aplicado é um questionário com escala tipo Likert. Os resultados gerais mostram que a grande maioria dos/as docentes percebe o clima de género apropriado nas duas instituições. Os e as docentes de Évora percebem uma situação de desigualdade maior do que os/as docentes de Sevilha. Os resultados por item refletem diferenças entre as universidades.*

Palavras-chave: *clima de género; desigualdades; género; organizações; universidade.*



Las desigualdades de género, como cualquier otra desigualdad social, podrán ser vencidas si se articulan mecanismos capaces de modificar los factores estructurantes que las originan. En el actual contexto económico, cuando los recursos son más limitados, las políticas públicas de igualdad de género suponen un reto mayor y requieren la voluntad y el esfuerzo del conjunto de la Administración Pública, así como de los principales agentes económicos y

sociales. El mero paso del tiempo no permitirá corregir las diferencias existentes mientras las fuerzas patriarcales y el mercado puedan beneficiarse de ellas. Y mientras no exista una mirada feminista al austericidio (Gálvez, 2013). Sólo con una decidida actuación pública, encaminada a la erradicación de dichos comportamientos, que ponga como eje principal la vida de las personas, podremos esperar un cambio de tendencia (Gálvez, 2013).

En este sentido, la estrategia del *mainstreaming* (definida en la IV Conferencia internacional de la mujer en Beijing, 1995), se ha señalado como la más adecuada para la evolución de la implementación del Principio de Igualdad entre mujeres y hombres en las políticas públicas. Dentro de este marco, los Planes de Igualdad se reconocen como instrumentos para la aplicación de la transversalidad de género en las organizaciones. Pero la articulación del género en las organizaciones está generando una serie de carencias y dificultades. Una de las causas que provoca estos déficits es que en función de cómo sus miembros definan y se analicen las (des)igualdades, variarán las soluciones adoptadas y, por tanto, los resultados obtenidos. Otra de las causas, es la necesidad de que las organizaciones y las personas que las conforman estén sensibilizadas y capacitadas para aplicar el *mainstreaming* de género (Mimbrero, Pallarès & Cantera, 2017; Mimbrero, Silva & Cantera, 2017).

En el ámbito científico y académico, las desigualdades de género no son más que la punta del iceberg de las múltiples desigualdades de género que, aún hoy, siguen sufriendo las mujeres en todos los países y en todos los ámbitos. Pero al ser las organizaciones científicas los espacios idóneos de generación del conocimiento son precisamente por ello no sólo modelos, sino también lugares privilegiados desde los que fraguar los cambios sociales necesarios que puedan hacer realidad la equidad entre mujeres y hombres (Guil, 2016).

Los sutiles pero persistentes techos de cristal, como fenómenos que dificultan el acceso de las mujeres a los puestos más relevantes y de mayor capacidad de decisión y visibilidad en cualquiera de las organizaciones laborales remuneradas, se vuelven tanto más férreos cuanto más aumenta el poder y el prestigio de la organización y ese es precisamente el caso de las dedicadas a la investigación, en las que la ciencia y la tecnología continua siendo “cosa de hombres”, quedando las aportaciones de las mujeres – tanto históricas como actuales – invisibilizadas y relegadas (Guil, 2003; Guil, 2014).

Las Universidades, pese a la ya reconocida excelencia – y conocidas las mejores calificaciones de las alumnas por encima de los alumnos – continúan sin conseguir la paridad entre el profesorado y el personal investigador de uno y otro sexo. Estudios recientes constatan que, pese a la existencia de una legislación formalmente igualitaria y a la implementación de acciones positivas en el seno de las Universidades las desigualdades de género se mantienen y se traducen en fenómenos como las brechas salariales entre mujeres y hombres (Warman et al., 2010; Nadler et al., 2016; Jabbaz et al., 2019). Los Planes Estratégicos y de Igualdad de las Universidades no garantizan ni la existencia de igualdad de oportunidades real entre mujeres y hombres, ni la reducción de estas brechas salariales, pues estos desiguales salarios no siempre son conocidos al esconderse tras procesos aparentemente neutros – como los complementos salariales –, invisibilizados además por la falta de estudios que desenmascaren los mecanismos que los originan y mantienen (Guil & Vera, 2014).

Todos estos y otros muchos aspectos se vienen poniendo de manifiesto en diferentes estudios nacionales e internacionales (Guil, 2009; Guil, 2016). En las Universidades de la Comunidad Autónoma de Andalucía (España) y en concreto, en la Universidad de Sevilla (España), se evidencia la existencia de segregación y exclusión de las mujeres en los procesos de generación de conocimiento, transferencia y creación de actividad desde el ámbito universitario a la sociedad. Todo ello, en contraste con la negación de la desigualdad entre mujeres y hombres presente en los discursos oficiales (Alonso et al., 2014). Datos éstos que, si bien son de ámbito local y regional, no hacen sino reflejar las desigualdades existentes en el resto de Europa.

En el caso de Portugal, los últimos informes publicados por la *Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género* (2017) sobre la situación en la que se encuentran las mujeres en este país, presentan índices similares a los de España en diferentes ámbitos como la violencia contra las mujeres, la representación y participación de las mujeres en puestos de liderazgo o los usos del tiempo, entre otros. En Portugal hay una alta tasa de feminización del profesorado en todos los niveles de la educación, excepto en la educación superior, donde esta tendencia se invierte. Con respecto al empleo, el nivel educativo más alto de las mujeres de hoy no se corresponde con la tasa de empleo, ya que hay más mujeres desempleadas que hombres con educación superior. Por otro lado, los hombres continúan dominando las posiciones de mayor poder de decisión. En otras áreas como el empleo o la educación las diferencias entre géneros

presentan particularidades que se acrecientan si revisamos indicadores a nivel regional y en concreto, en las regiones del Alentejo y Andalucía.

En relación con el citado desequilibrio entre mujeres y hombres que encontramos en las organizaciones, Mimbrero (2014) define cultura de género y de clima de género como conceptos inseparables. En relación con la cultura de género, la concibe como aquellos elementos socialmente construidos en interacción directa e indirecta entre personas que participan en la organización, definiendo un conjunto de normas, conductas y valores –prescripciones y proscripciones– que cumplan las expectativas construidas para cada hombre y cada mujer. La conceptualización de la organización como un sistema abierto y complejo nos facilita entenderla como un entorno psicológicamente significativo para sus miembros. Además, nos permite la formulación de otros constructos relacionados con la cultura como el Clima de género, definido como la percepción subjetiva que tienen las personas que participan en una organización respecto a la igualdad de oportunidades entre mujeres y hombres, que será más o menos propicia para la consecución de metas personales. Percepciones que, determinan las relaciones y que, a su vez, están mediadas por experiencias subjetivas (vividas dentro y fuera de la organización), demandas y expectativas creadas dentro de este marco relacional de género (Mimbrero, 2014; Mimbrero, Pereira & Cantera, 2017). A la par, se han podido caracterizar tres tipos de clima de género en organizaciones en las que se constatan las desigualdades de género y consecuentes procesos y fenómenos de discriminación (Mimbrero & Cantera, 2018): 1. Clima positivo: Se observa en aquellas personas que revelan la inexistencia de desigualdades de género en la organización en la que participan. Además, manifiestan que no hay discriminaciones por razón de sexo. En este sentido entienden que, en general, las relaciones existentes entre hombres y mujeres no están marcadas por el poder masculino, otorgando privilegios masculinos y subordinación femenina. 2. Clima negativo: se observa en aquellas personas que manifiestan que existen desigualdades entre mujeres y hombres dentro de la organización. Además, que muchas de las relaciones entre compañeros y compañeras de la institución están condicionadas por cuestiones de género. Relaciones en las que las mujeres están sometidas al ejercicio del poder de los hombres. 3. Clima adecuado: es descrito por participantes que observan la existencia de algunas desigualdades de género en la organización. No obstante, estas desigualdades no

están condicionadas por cuestiones de género sino por la responsabilidad individual de cada persona, independientemente de que sea hombre o mujer.

Partiendo de las situaciones descritas sobre desigualdades existentes en las organizaciones universitarias y de la caracterización de cultura y clima de género propuesto por Mimbbrero (2014), la preguntas que guiaron nuestro estudio fueron ¿cuál será la visión del profesorado sobre el tipo de clima de género (positivo, adecuado, negativo) que actualmente se mantiene en las universidades públicas? ¿percibirá el profesorado desigualdades y discriminaciones por razón de género? Igualmente ¿conocerán posibles estrategias y medidas para institucionalizar el *mainstreaming* de género en las Universidades públicas?

En este orden de cosas, el objetivo general de este estudio fue conocer las opiniones del profesorado universitario en relación con los (des)equilibrios de género existentes en las universidades públicas de Évora (Portugal) y de Sevilla (España).

METODOLOGÍA

El estudio se desarrolló en la Universidade de Évora (Portugal) y en la Universidad de Sevilla (España). El tipo de muestreo utilizado fue el teórico dado que se seleccionó un perfil por conveniencia. Las personas participantes debían ser profesorado de las áreas académicas de Humanidades, Ciencias Sociales, Ciencias de la Salud y Enseñanzas técnicas de las universidades participantes. La muestra estuvo formada por profesorado de ambas instituciones (50 hombres y 59 mujeres). En la Universidad de Évora, han participado 66 personas (30 profesores y 36 profesoras). El total de la muestra de la Universidad de Sevilla lo conforman 43 personas (20 profesores y 23 profesoras).

Las edades de las personas participantes estaban comprendidas entre 35 años, y 55 años. Asimismo, en la muestra están representadas diferentes variables como situación familiar, personas dependientes a su cargo y situación laboral administrativa, en posesión de grado de doctora o doctor, categoría profesional, año de experiencia en la Universidad, área de especialización, participación en iniciativas o medidas de igualdad.

Se trata de un estudio cuantitativo de tipo descriptivo, utilizando la escala como instrumento para la recogida de datos. Se diseñaron dos

versiones de este instrumento (una versión del instrumento se creó en castellano y otra versión en portugués) a partir de los instrumentos de evaluación de la cultura de género en las organizaciones creado por Mimbreno (2014). Se trata de una escala para conocer la opinión del profesorado sobre las desigualdades de género en las Universidades. De estas percepciones derivan las valoraciones que tienen las personas participantes sobre el Clima de Género: clima positivo, clima negativo o clima adecuado. La escala presenta 21 ítems que se plantean como afirmaciones sobre la situación de la igualdad de género en la Universidad. El instrumento incluye cuestiones referidas a la igualdad de oportunidades entre mujeres y hombres y discriminación, segregación horizontal y vertical y aplicación del *mainstreaming* de género (Diagnóstico y medidas para combatir las discriminaciones y desigualdades de género).

Antes de su aplicación, los instrumentos (en castellano y en portugués) fueron sometido a la validación de contenidos por juicio de expertas y expertos. Consistió en la valoración de 3 doctoras expertas en género y 2 profesionales expertas en género y organizaciones (de España y de Portugal). Se les enviaron los documentos de trabajo del contenido de la escala para que de forma individual nos los hicieran llegar con las observaciones oportunas.

Las opciones de respuesta tipo Likert oscilan entre CD= Completamente desacuerdo; D= En desacuerdo; = No sé/indiferente; A= De Acuerdo; CA=Completamente de acuerdo.

Los valores teóricos de la escala se muestran en la tabla 1.

Tabla 1 – Puntuaciones empíricas y puntos de corte conceptuales del cuestionario de opinión sobre la situación de las igualdades de género en la Universidad

Cuestionario de opinión sobre la situación de las desigualdades de género en la Universidad (Clima de género)				
Puntuaciones Empíricas (Valores del cuestionario)		Puntos de corte conceptuales (Valores teóricos)		
Nº ítems	Valores escala (Suma)	Clima positivo	Clima adecuado	Clima negativo
20	100	66≥	34-67	≤ 33

PROCEDIMIENTO

Se contactó al profesorado por medio de correo electrónico, se les informó sobre los objetivos del estudio y se pidió su consentimiento para la participación en el estudio. El cuestionario se aplicó por vía electrónica. En relación al procedimiento analítico de datos a través de técnicas descriptivas realizamos procedimientos de frecuencia. En concreto, A través de técnicas descriptivas realizamos análisis de distribuciones. Acordes con nuestros objetivos analíticos, estos se resumen en estadísticos de tendencia y dispersión (descriptivos básicos) y procedimientos de frecuencia. Asimismo, hemos realizado gráficas descriptivas para hacer más expresivos los resultados. En concreto, llevamos a cabo un análisis global de las respuestas, así como de las diferencias significativas que observamos por ítems, deteniéndonos en datos de medias, medianas, desviaciones típicas, puntuaciones mínimas y máximas, frecuencias y porcentajes. Los datos se analizaron a través del software estadístico SPSS versión 19.

RESULTADOS

El estudio muestra resultados similares en las encuestas aplicadas en la Universidad de Évora y en la Universidad de Sevilla. No obstante, aplicando un análisis por ítems, se observan diferencias en ambas organizaciones. Además, señalamos el alto porcentaje de representación en la opción de respuesta *no sé/desconozco* que señala el profesorado. A continuación, se exponen los resultados de las encuestas suministradas en ambas instituciones. Los porcentajes mostrados son referidos al de entrevistados en cada Universidad.

Resultados de la escala en la Universidad de Évora. En la Universidad de Évora, los resultados generales de las encuestas muestran que la mayoría de las personas perciben la situación de la igualdad de género como adecuada (68%). Un 38% tiene una visión de clima de género negativo. No obstante, ninguna persona percibe la situación de la igualdad de género como positiva.

Analizando los resultados por sexos, la percepción adecuada está representada mayoritariamente por hombres (56% de mujeres y 70% de hombres). Por el contrario, la percepción de clima negativo tiene una representación mayor en profesoras que en profesores (44% de mujeres y 30% de hombres). En la Tabla 2. se sintetizan estos resultados.

Tabla 2 – Resultados generales de la escala. Universidade de Évora

	Positivo	Adecuado	Negativo
Global	0%	62%	38%
Mujeres	0%	56%	44%
Hombres	0%	70%	30%

En un análisis de los resultados por ítems, observamos que la mayoría del profesorado está de acuerdo o en total acuerdo con la afirmación “En la Universidad hay igualdad de oportunidades entre mujeres y hombres”, representando un 72,7% del total de respuestas. Además, un 81,8% se posiciona en desacuerdo con la afirmación “En la Universidad no interesa que exista igualdad de género”.

En cuanto a si el personal docente está interesado en promover la igualdad entre los sexos, destaca un 50% de acuerdos (45,4% de acuerdo y 4,5% totalmente de acuerdo), frente a un 7,5% en total desacuerdo y un 1,5% en desacuerdo de personas que no se posiciona al respecto (opción de respuesta no sé/indiferente). Un 34,8% no se posiciona al respecto (elige la opción no sé).

Además, la mayoría del profesorado (51,5%), piensa que en la Universidad se siguen promoviendo los estereotipos y actitudes sexistas

Con relación a la segregación laboral, el 30% del profesorado percibe segregación vertical en la Universidad, reconociendo que existen puestos de trabajo o cargos en órganos de representación ocupados principalmente por hombres (30,3% de acuerdo y 10,6% totalmente de acuerdo). Por el contrario, un 34,8% está de acuerdo con esta afirmación.

Un 56,0% reconoce que hay departamentos representados mayoritariamente por hombres y el 81,8% reconoce que existen cursos universitarios frecuentados tradicionalmente por alumnas (mujeres).

En cuanto a si son analizadas las necesidades de hombres y mujeres para diseñar medidas de igualdad entre los géneros, sólo un 13,6% está de acuerdo, un 30,3% no se posiciona y un 48,4% muestra disconformidad con el ítem.

En relación con las medidas de conciliación dirigidas al cuerpo docente y administración, el 50% del profesorado no cree que estén adaptadas a sus necesidades. Igualmente, el 39,4% tampoco creen que estén adaptadas al alumnado.

En relación con casos de acoso sexual y por razón de sexo las respuestas se muestran dispares. Un 33,3% percibe que no se dan este tipo de fenómenos. Un 36,3% responde que no sabe. Sólo un 16,76% reconoce que se dan estas situaciones. Además, un 42,4% del profesorado desconoce que exista un sistema de prevención, identificación y tratamiento de acoso sexual o por razón de sexo.

Por último, el 59,0% del profesorado no conoce si está en marcha actualmente un plan de igualdad y el 57,5% reconoce que no están siendo distribuidas información sobre planes o actuaciones en materia de igualdad de género.

En la siguiente tabla mostramos parte de los resultados por ítems en frecuencia (Frec) y porcentaje de representación (%), media (Med) y desviación típica (DT) de las puntuaciones, así como puntuación mínima (Mín) y máxima (Máx). Las opciones de respuesta se muestran como NR (no responde), ID (Inteiramente em desacordo), D (em desacordo), ¿? (Não sei), A (De acordo) y IA (Inteiramente de acordo).

Tabla 3 – Resultados de la escala por ítems. Universidade de Évora

	NR		ID		D		?		A		IA		Med	DT	Mín	M3x
	Frec	%	Frec	%	Frec	%	Frec	%	Frec	%	Frec	%				
Ítem 1. H3a igualdad de oportunidades entre mujeres e homens	1	1,5	1	1,5	15	22,7	1	1,5	26	39,3	22	33,3	3,7	1,2	0,0	5,0
Ítem 2. Existem cursos universit3rios frequentemente tradicionalmente por alunos (homens)	3	4,5	1	1,5	17	25,7	10	15,1	29	43,9	6	9,0	3,2	1,2	0,0	5,0
Ítem 3. Realmente, na Universidade n3o se promove a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens.	3	4,5	14	21,2	33	50,0	7	10,6	9	13,6	0	0,0	3,6	1,2	0,0	5,0
Ítem 4. H3a departamentos representados maioritariamente por professoras (mulheres)	3	4,5	1	1,5	8	12,1	6	9,0	34	51,5	14	21,2	3,6	1,2	0,0	5,0
Ítem 5. Existem postos de trabalho ou cargos (em 3rg3os de representa33o e laborais) ocupados principalmente por homens	3	4,5	2	3,0	23	34,8	8	12,1	23	34,8	7	10,6	3,0	1,2	0,0	5,0

	NR		ID		D		?		A		IA		Med	DT	Mín	Máx
	Frec	%	Frec	%	Frec	%	Frec	%	Frec	%	Frec	%				
Ítem 10. Existem situações de assédio sexual ou baseadas no sexo	5	7,5	7	10,6	15	22,7	28	42,4	10	15,1	1	1,5	2,5	1,1	0,0	5,0
Ítem 12. Atualmente, está a ser desenvolvido um plano de igualdade entre mulheres e homens	5	7,5	5	7,5	11	16,6	39	59,0	5	7,5	1	1,5	2,5	1,0	0,0	5,0
	NR		ID		D		?		A		IA		Med	DT	Mín	Máx
	Frec	%	Frec	%	Frec	%	Frec	%	Frec	%	Frec	%				
Ítem 13. O corpo docente está interessado em promover a igualdade entre os sexos	5	7,5	1	1,5	4	6,0	23	34,8	30	45,4	3	4,5	3,2	1,1	0,0	5,0
Ítem 14. Tem sido distribuída informação sobre planos ou atuações em matéria de igualdade de género	5	7,5	10	15,1	28	42,4	14	21,2	9	13,6	0	0,0	2,1	1,0	0,0	4,0

	NR		ID		D		?		A		IA		Med	DT	M3n	M3x
	Frec	%	Frec	%	Frec	%	Frec	%	Frec	%	Frec	%				
3tem 15. 3 facilitada formaci3n e atividades em mat3ria de igualdade de g3nero dirigida ao corpo discente, corpo docente e quadro de administraci3n	5	7,5	6	9,0	27	40,9	18	27,2	9	13,6	1	1,5	2,3	1,1	0,0	5,0
3tem 16. N3o interessa que exista igualdade entre mulheres e homens	5	7,5	34	51,5	20	30,3	4	6,0	3	4,5	0	0,0	4,0	1,4	0,0	5,0
3tem 17. Continuam-se a promover estere3tipos e atitudes sexistas	5	7,5	2	3,0	18	27,2	7	10,6	30	45,4	4	6,0	2,5	1,2	0,0	5,0
3tem 20. Existem postos de trabalho ou cargos (em3rg3os de representa3n e laborais) ocupados principalmente por mulheres	5	7,5	0	0,0	23	34,8	11	16,6	20	30,3	7	10,1	2,9	1,3	0,0	5,0

Resultados de la escala en la Universidad de Sevilla. Los resultados generales obtenidos en la Universidad de Sevilla muestran que la mayoría de las personas perciben la situación de la igualdad de género como adecuada (37). Sólo una profesora mantiene que la situación es positiva y 7 negativas. En la Tabla 4 mostramos los datos en porcentajes de representación de respuestas globales y por sexo.

Tabla 4 – Resultados generales de la escala. Universidad de Sevilla

	Positivo	Adecuado	Negativo
Global	2%	80%	18%
Mujeres	4%	83%	13%
Hombres	0%	82%	18%

En un análisis de los resultados por ítems, observamos que la mayoría del profesorado está de acuerdo con la afirmación “En la Universidad hay igualdad de oportunidades entre mujeres y hombres” (32,5% de acuerdo y 20,9% completamente de acuerdo). Un 27,9% se posiciona en desacuerdo y en total desacuerdo con este ítem y un 13,95% no se posiciona.

En cuanto a la afirmación “En la Universidad no interesa que exista igualdad entre mujeres y hombres”, el 3,9% está totalmente de acuerdo con esta afirmación. El 37,2% y el 23,2% de la muestra están en desacuerdo y completamente en desacuerdo (respectivamente). Un 18,6% del profesorado no se posiciona. Además, un 58,1% de las personas encuestadas piensa que el profesorado está interesado en promover la igualdad de género.

En relación con si “Se siguen promoviendo actitudes y estereotipos sexistas”, un 37,2% se posiciona de acuerdo con este ítem y un 11,6% totalmente de acuerdo. Además, un 51% piensa que no se analizan las necesidades tanto de mujeres como de hombres (alumnado, profesorado, personal de administración y servicios) para el diseño de medidas de igualdad de género (41,8% desacuerdo y 9,3% completamente desacuerdo).

El 36% del profesorado observa segregación vertical en la Universidad, percibiendo que existen puestos de trabajo o cargos en órganos de representación ocupados principalmente por hombres (62,7% de acuerdo y 20,9% totalmente de acuerdo). En cuanto a la segregación horizontal, los resultados

arrojan resultados similares. El 76,7% reconoce que hay departamentos representados mayoritariamente por hombres (58,1% de acuerdo y 18,6% completamente de acuerdo). Además, el 93,0% reconoce que existen carreras universitarias frecuentados tradicionalmente por alumnas (mujeres).

En los resultados en la Universidad de Sevilla destaca el alto porcentaje de representación de la opción de respuesta *no sé* en muchos de los ítems. Así, a pesar de que el 58,1% profesorado reconoce que existen casos de acoso laboral y por razón de sexo (41,8% de acuerdo y 16,2% completamente de acuerdo), un 23,2% desconoce que se den estos casos. Además, un 30,2% tampoco conoce la existencia un sistema de prevención, identificación y tratamiento del acoso sexual y por razón de sexo (opción de respuesta *no sé/indiferente*). Otros ítems en los que destaca esta opción de respuesta es “Actualmente, se está llevando a cabo algún plan de igualdad entre mujeres y hombres” (30% *no sé*), “Se oferta formación y actividades en materia de igualdad de género dirigida al alumnado, personal docente y de administración y servicio” (27,9% *no sé*), “Se ha distribuido información sobre planes o actuaciones en materia de igualdad de género” (27,9%) o “Las medidas de conciliación de la vida familiar, personal y laboral dirigidas al alumnado están adaptadas a sus necesidades” (34,8% *no sé*).

En la siguiente tabla mostramos todos los resultados por ítems en frecuencia (Frec) y porcentaje de representación (%), media (Med) y desviación típica (DT) de las puntuaciones, así como puntuación mínima (Mín) y máxima (Máx). Las opciones de respuesta se muestran como NR (no responde), CD (completamente en desacuerdo), D (en desacuerdo), ¿? (no sé), A (acuerdo) y CA (completamente de acuerdo).

Tabla 5 – Resultados por ítems de la escala. Universidad de Sevilla

	NR		CD		D		?		A		CA		Med	DT	Mín	Máx
	Frec	%	Frec	%	Frec	%	Frec	%	Frec	%	Frec	%				
Ítem 1. Hay igualdad de oportunidades entre mujeres y hombres	1	2,3	1	2,3	12	27,9	6	13,9	14	32,5	9	20,9	3,3	1,2	0,0	5,0
Ítem 2. Existen carreras universitarias cursadas tradicionalmente por alumnos (hombres)	1	2,3	1	2,3	2	4,6	3	6,9	23	53,4	13	30,2	3,9	1,0	0,0	5,0
Ítem 3. Realmente, no se promueve la igualdad de oportunidades entre mujeres y hombres	1	2,3	4	9,3	24	55,8	4	9,3	10	23,2	0	0,0	3,4	1,0	0,0	5,0
Ítem 4. Hay departamentos representados mayoritariamente por profesoras (mujeres)	1	2,3	1	2,3	9	20,9	8	18,6	16	37,2	8	18,6	3,4	1,2	0,0	5,0
Ítem 5 Existen puestos o cargos (en órganos de representación y laborales) ocupados sobre todo por hombres	1	2,3	0	0,0	6	13,9	0	0,0	27	62,7	9	20,9	3,8	1,06	0,0	5,0

	NR		CD		D		?		A		CA		Med	DT	Mín	Máx
	Frec	%	Frec	%	Frec	%	Frec	%	Frec	%	Frec	%				
Ítem 10. Hay casos de acoso sexual o por razón de sexo	3	6,9	1	2,3	4	9,3	10	23,2	18	41,8	7	16,2	3,4	1,3	0,0	5,0
Ítem 12. Actualmente, se está llevando a cabo algún plan de igualdad entre mujeres y hombres	3	6,9	0	0,0	0	0,0	13	30,2	20	46,5	7	16,2	3,5	1,1	0,0	5,0
Ítem 13. El profesorado está interesado en promover la igualdad de género	3	6,9	6	2,3	6	13,9	8	18,6	25	58,1	0	0,0	3,1	1,1	0,0	4,0
Ítem 14. Tem sido distribuída informação sobre planos ou acuações em matéria de igualdade de género	3	6,9	7	2,3	7	16,2	12	27,9	17	39,5	3	6,9	3,1	1,2	0,0	5,0

	NR		CD		D		?		A		CA		Med	DT	Mín	Máx
	Frec	%	Frec	%	Frec	%	Frec	%	Frec	%	Frec	%				
Ítem 15. Se oferta formación y actividades en materia de igualdad de género dirigida al alumnado, personal docente y de administración y servicio	3	6,9	1	0,0	1	2,3	12	27,9	23	53,4	4	9,3	3,4	1,1	0,0	5,0
Ítem 16. No interesa que exista igualdad entre mujeres y hombres	3	6,9	6	0,0	6	13,9	8	18,6	16	37,2	10	23,2	3,4	1,3	0,0	5,0
Ítem 17. Se siguen promoviendo estereotipos y actitudes sexistas	3	6,9	1	2,3	13	30,2	5	11,6	16	37,2	5	11,6	2,5	1,2	0,0	5,0
Ítem 20. Existen puestos o cargos (en órganos de representación y laborales) ocupados sobre todo por mujeres	3	6,9	2	4,6	241	55,8	8	18,6	6	13,9	0	0,0	2,2	1,0	0,0	4,0

DISCUSIÓN

En este artículo mostramos las opiniones del profesorado universitario en relación a los desequilibrios de género existentes en las universidades públicas de Évora (Portugal) y de Sevilla (España). Además, caracterizamos la cultura de género vinculada a la noción de clima de género. Nos posicionamos en que el clima de género representa la percepción subjetiva que tienen las personas que participan en una organización respecto a la igualdad de oportunidades entre mujeres y hombres y que determinan las relaciones de género en una organización. Percepciones que pueden dar lugar a la visión de tipos de clima positivo, adecuado o negativo (Mimbrero, 2014; Mimbrero & Cantera, 2018).

En general, este estudio arroja resultados similares en la Universidad de Évora y en la Universidad de Sevilla. Los datos muestran que no hay un reconocimiento por parte del global de la muestra de la existencia de discriminaciones estructurales contra las mujeres.

Una gran mayoría del profesorado percibe que la situación de hombres y mujeres es adecuada (Clima de género adecuado) en ambas instituciones. Sin embargo, aplicando un análisis por ítems, en algunas afirmaciones como las que afectan a las medidas de conciliación aplicadas, o la necesidad de que se lleven a cabo análisis de las necesidades e intereses de hombres y mujeres para diseñar medidas de igualdad, observamos posiciones cercanas a un clima negativo. Además, manifiestan que, en las Universidades, se siguen promoviendo actitudes sexistas. Estos resultados coinciden con estudios que demuestran que, en los contextos educativos, y en concreto en los de educación superior, siguen observándose actitudes de resistencia al cambio de cara a combatir las desigualdades de género existentes (Ordorika, 2015). Igualmente, con propuestas que estudian el valor de los estereotipos como constructos psicológicos para la comprensión y abordaje crítico y transformador de las inequidades de género en educación superior (Martínez Labrin & Bivort Urrutia, 2013).

En general, gran parte del profesorado desconoce que existan casos de acoso sexual. Estos resultados coinciden con investigaciones que apuntan que el acoso sexual en el ámbito académico es un tipo de violencia que ha sido definida como un problema oculto, no solo por el reducido número de denuncias que se formulan, sino también, por el desconocimiento que

existe sobre este fenómeno (Paludi, Nydegger et al., 2006). El propósito de la violencia radica en lograr la sumisión y el control; de algún modo es algo que se aprende y, al mismo tiempo, simboliza su poder (Expósito & Moya, 2005; Nahar et al., 2013). Como apunta Herrera (2015), las Universidades siguen siendo dominadas por los hombres, quienes ejercen este predominio a través de diferentes formas de misoginia y de discriminación. Estas formas de violencia perjudican a los docentes y a los estudiantes, e impactan de forma negativa en el desarrollo profesional de las mujeres y en el avance de sus carreras universitarias (Reilly et al., 1986; Herrera, 2015).

Enlazando con la anterior aportación, los resultados de nuestro estudio apuntan que, en ambas universidades, gran parte del profesorado reconoce la existencia de segregación vertical y horizontal. Estos resultados concuerdan con investigaciones al respecto y con contribuciones que promueven la participación de las mujeres en la toma de decisiones institucionales (Fox, 2010). Siguiendo a Martínez Labrín y Bivort Urrutia (2013), a pesar de que las cifras han mejorado, existen dramáticas diferencias a nivel simbólico, lo cual no viene determinado con los grados de educación formal que las personas tengan, sino con los niveles de reflexión crítica a los que se encuentra sometido el sistema educacional en su conjunto.

Los resultados también muestran un desconocimiento sobre las medidas que se aplican actualmente para combatir las desigualdades de género en ambas Universidades y sobre el protocolo para prevenir y actuar sobre los casos de acoso sexual y por razón de sexo. Ello demuestra que, si bien el desarrollo de políticas en este marco constituye una vía importante, no es suficiente para conseguir la igualdad en estos contextos educativos (Pastor Gosalbez & Acosta Sarmiento, 2016; Machado-Taylor & Deem, 2017). Medidas como las dirigidas a la capacitación del profesorado que, además, se conocen como determinantes para la comprensión y aceptación de la ideología feminista (Dabrowski, 1985; Donoso-Vázquez & Velázquez-Martínez, 2013). Aportaciones recientes insisten en la importancia de la formación continua docente que integre esta problemática, sensibilizando, construyendo conocimientos y desarrollando competencias de intervención eficaces dado que el sistema educativo, en particular las prácticas pedagógicas, desempeñan un papel fundamental en la construcción de principios de ciudadanía e igualdad de género (Pomar et al., 2019).

CONSIDERACIONES FINALES

El estudio presenta algunas limitaciones, sobre todo, en cuanto a la metodología exclusivamente cuantitativa y la aplicación de escalas no validadas. Otra de las limitaciones, es la muestra, por la aplicación de cada escala a una sola universidad y en una muestra no representativa. En futuras investigaciones, se remienda ampliar la muestra y conocer las propiedades psicométricas (fiabilidad y validez) de los instrumentos para el estudio de climas de género en distintas universidades españolas y portuguesas.

Además, aplicar técnicas cualitativas para profundizar en el estudio. Igualmente, sería de interés ver si, para cada universidad, existen diferencias de acuerdo con otras variables consideradas en la recolección de datos, por ejemplo, situación familiar, personas dependientes a cargo.

No obstante, los resultados de este estudio pueden generar un impacto a varios niveles. A nivel académico, nos permite acercarnos a la situación que percibe el profesorado sobre la situación de desigualdad en las universidades. A nivel social y político, nos permite reconocer la importancia de aplicar el *mainstreaming* de género en las universidades y ayudar a plantear intervenciones y soluciones políticas orientadas a sensibilizar y capacitar a la comunidad universitaria de cara a combatir las desigualdades de género. Igualmente, puede ayudar a generar sinergias entre Universidades de España y Portugal sobre la forma de articular la transversalización del género en estas instituciones.

REFERENCIAS

- Alonso, I., Guil, A., Padilla, M., Vázquez, I., Cirera, A., & González, M. A. (2014). *Características de la participación de las mujeres en los procesos de transferencia de tecnología a la actividad productiva*. Sevilla: ERGA / Universidad de Sevilla.
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2017). *Igualdade de género em Portugal: Boletim estatístico 2017*. Lisboa: CIG.
- Dabrowski, I. (1985). Liberating the “deviant” feminist image through education. *Social Behavior & Personality*, 13, 73-81.
- Donoso-Vázquez, T., & Velázquez-Martínez, A. (2013). ¿Por qué una propuesta de formación en perspectiva de género en el ámbito universitario? *Profesorado, Revista de currículum y formación del profesorado*, 17(1), 71-88. Recuperado de <http://www.ugr.es/local/recfpro/rev171ART5.pdf>.

- Expósito, F., & Moya, M. (2005). *Aplicando la psicología social*. Madrid: Pirámide.
- Fox, M. (2010). Women and men faculty in academic science engineering: Social-organizational indicators and implications. *American Behavioral Scientist*, 53(7), 997-1012.
- Gálvez, L. (2013). Una lectura feminista del austericidio. *Revista de economía crítica*, 15, 80-110.
- Guil, A. (2003). Glass ceiling in the university. En Roth, R., Lowenstein, L., & Trent, D. (Coords.), *Catching the future: Women and men in global psychology* (pp. 19-127). Lengerich: Pabst Science Publishers.
- Guil, A. (2009). *Techos de cristal en la Universidad de Sevilla*. Universidad de Sevilla. Recuperado de https://www.amit-es.org/sites/default/files/pdf/publicaciones/ana_guil_2004.pdf.
- Guil, A. (2014). Techos de cristal blindado. *International Journal of Developmental and Educational Psychology* 6, 129-133. Recuperado de <http://infad.eu/RevistaINFAD/index.php/publicaciones/revista-infad-2014/>.
- Guil, A. (2016). Gender and construction of scientific knowledge. *Revista historia de la educación latinoamericana*, 18(27), 263-288.
- Guil, A., & Vera, S. (2014). The gender salary gap in academic settings. *8th Biennial International Interdisciplinary Conference Gender, Work & Organization* 24th-26th June. Keele, UK: Keele University.
- Herrera, C.A.H. (2015). La percepción del hostigamiento y acoso sexual en mujeres estudiantes en dos instituciones de educación superior. *Revista de la educación superior*, 44 (176), 63-82.
- Jabbaz, M., Samper-Gras, T., & Díaz, C. (2019). La brecha salarial de género en las instituciones científicas: Estudio de caso. *Convergencia Revista De Ciencias Sociales*, (80), 1-27. <https://doi.org/10.29101/crcs.v26i80.11248>.
- Machado-Taylor, M. L., & Deem, R. (2017). The gender politics of women academics in the UK and Portugal. 2017 EAIR Porto Forum “Under pressure? Higher education institutions coping with multiple challenges”, 3-6 September 2017, University of Porto, Porto.
- Martínez Labrín, S., & Bivort Urrutia, B. (2013). Los estereotipos en la comprensión de las desigualdades de género en educación, desde la psicología feminista. *Psicología & Sociedade*, 25 (3), 549-558. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822013000300009>.
- Mimbrero, C. (2014). *Nuevo modelo diagnóstico de la cultura de género en la administración local y en el tercer sector de acción local*. (Tesis Doctoral, Universidad de Sevilla). Recuperado de <https://idus.us.es/handle/11441/31637>.

- Mimbrero, C., & Cantera, L. M. (2018). Organizational gender culture: A diagnostic experience for the application of gender mainstreaming. *Gestão & Sociedade* 12 (33), 2564–2583.
- Mimbrero, C., Pallarès, S., & Cantera, L. M. (2017). Competencias de igualdad de género: Capacitación para la equidad entre mujeres y hombres en las organizaciones. *Athenea Digital. Revista de Pensamiento y Investigación Social*, 17(2), 265-286. Recuperado de <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.1609>.
- Mimbrero, C., Pereira, J., & Cantera, L. M. (2017). Competencias de género y cultura del trabajo en una federación. *Psicología & Sociedade*, 29 (10). Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i157579>.
- Nadler, J., Voyles, E., & Cocke, H. (2016). Gender disparity in pay, work schedule autonomy and job satisfaction at higher education levels. *North American Journal of Psychology*, 18(3), 623-642.
- Nahar, P., Van Reeuwijk, M., & Reis, R. (2013). Contextualising sexual harassment of adolescent girls in Bangladesh. *Reproductive health matters*, 21, 78-86. Recuperado de [http://dx.doi.org/10.1016/S0968-8080\(13\)41696-8](http://dx.doi.org/10.1016/S0968-8080(13)41696-8).
- Ordorika, I. (2015). Equidad de género en la educación superior. *Revista de la educación superior*, 44(174), 7-17. Recuperado en 03 de julio de 2019, de http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-27602015000200001&lng=es&tlng=es.
- Paludi, M., Nydegger, R., De Souza, E., Nydegger, L., & Dicker, K. A. (2006). International perspectives on sexual harassment of college students: The sounds of silence. *Annals New York Academy of Sciences*, 1087, 103-120.
- Pastor Gosalbez, I., & Acosta Sarmiento, A. (2016). La institucionalización de las políticas de igualdad de género en la Universidad española: Avances y retos. *Investigaciones feministas: Papeles de estudios de mujeres, feministas y de género*, 7(2), 247-271.
- Pomar, C., Balça, A., Magalhães, O., & Fialho Conde, A. (2019). Contributos e desafios da formação contínua de docentes para a construção da igualdade de género e cidadania. *Cuestiones de género: De la igualdad y la diferencia*, 14, 403-422.
- Reilly, M. E., Lott, B., & Gallogly, S.M. (1986). Sexual harassment of university students. *Sex Roles*, 15, 333-358.
- Warman, C., Woolley, F., & Worswick, C. (2010). The evolution of male-female earnings differentials in Canadian universities, 1970-2001. *The Canadian Journal of Economics*, 43(1), 347-372. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5982.2009.01575.x>.

..... DOI: <https://doi.org/10.34619/4ikn-flrt>

- * Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC, Departamento de Educação Física (DEF), Centro de Desportos (CDS), Sôma - Núcleo de Estudos em Cultura, Corpo e Movimento da UFSC, 88040-900, Brasil
ligia.siqueira@posgrad.ufsc.br
- ** Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC, Departamento de Educação Física (DEF), Centro de Desportos (CDS), Sôma – Núcleo de Estudos em Cultura, Corpo e Movimento da UFSC, 88040-900, Brasil
jussaramannes@gmail.com
- *** Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Departamento de Educação Física (DEF), Centro de Desportos (CDS) da UFSC, Sôma – Núcleo de Estudos em Cultura, Corpo e Movimento da UFSC, 88040-900, Brasil
carolina.f.s@ufsc.br

Corpos para casar: Ginástica, beleza e sedução em uma revista para as mulheres brasileiras (1930 a 1950)

LÍGIA ANTUNES DE SIQUEIRA* | JUSSARA MANNES**
CAROLINA FERNANDES DA SILVA***

Resumo. Este estudo visa compreender como a ginástica foi representada na revista brasileira *Jornal das Moças* como instrumento para aquisição de um corpo belo e sedutor. Na revista foram encontradas 367 ocorrências, concentradas entre as décadas de 1930 e 1950. Neste período, as revistas aconselhavam a ‘manter a linha’, com ênfase à ginástica e regimes alimentares. Estes conselhos de beleza eram motivados por uma necessidade de conquista e manutenção do casamento. Diante disso, observamos a reprodução de padrões heteronormativos de feminilidade e estética, usando a ginástica como ferramenta para a beleza.

Palavras-chave: ginástica; gênero; mulheres; revista; *Jornal das Moças*.

Bodies to marry: Gymnastics, beauty and seduction in a magazine to Brazilian women (1930s to 1950s). This study aims to understand how gymnastics was represented in the Brazilian magazine *Jornal das Moças* as an instrument for the acquisition of a beautiful and seductive body. 367 occurrences were found in the magazine, concentrated between the 1930s and 1950s. In this period, magazines advised to ‘keep the line’, with an emphasis on gymnastics and diets. These beauty advices were motivated by a need to conquer and keep the marriage. Therefore, we

observe the reproduction of heteronormative patterns of femininity and aesthetics, using gymnastics as a tool for beauty.

Keywords: *gymnastics; gender; women; magazine; Jornal das Moças.*



INTRODUÇÃO

O século XX foi marcado por rupturas e continuidades nas representações do ser mulher na sociedade, com a conquista de novos espaços e direitos. Neste período, existiram diferentes concepções de corpo das mulheres. No Brasil, o acesso a práticas corporais como a ginástica estava limitado às que poderiam frequentar clubes e institutos, ou seguir dicas de como se exercitar oferecidas pelas revistas e o rádio. Desta forma, exercitar o corpo estava restrito às mulheres de classes média e alta, primordialmente brancas, as quais tinham as revistas como suas companheiras de lazer (Pinsky, 2014) por terem maior capacidade de consumo. De acordo com Sant’Anna (2018), as revistas femininas aconselhavam constantemente a manter a linha, com ênfase à ginástica e aos regimes alimentares. Estes conselhos de beleza eram motivados por uma necessidade de seduzir os homens e levá-los ao altar.

Assim, tal padrão ideal de feminilidade indicava que as mulheres deveriam almejar bons maridos e serem comprometidas com as funções do lar e da maternidade, privilégios restritos àquelas que não necessitavam trabalhar fora. Por sua vez, a padronização estética normatizada determinava que o referencial de beleza eram as mulheres brancas, que para serem belas deveriam cuidar de seus cabelos, usar determinados tipos de maquiagem e praticar exercícios, pois os cuidados com o corpo e a compra de produtos teriam como finalidade seduzir os homens. O debate a respeito do que é ou não é permitido às mulheres, como devem se portar, se parecer e fazer uso de seus corpos, ocorre historicamente. Para Wolf (1992), desde 1830 as mulheres tiveram de enfrentar diferentes versões do mito da beleza. Esses mitos e debates são impostos de várias formas, sendo a mídia uma delas.

De acordo com Piscitelli (2002), no século XIX a ideia de “direitos iguais e cidadania” e a de igualdade entre os sexos impulsionaram movimentos em

vários países, permitindo que algumas mulheres rompessem com diversas desigualdades formais ou legais, conquistando o direito ao voto e à propriedade e o acesso à educação. Essas conquistas passaram a permitir liberdades de escolha, demonstrando a participação ativa de algumas mulheres na definição de suas necessidades, mesmo que a dominação masculina ainda permanecesse uma característica central da sociedade moderna (Weeks, 2000).

Embora tais conquistas tenham permitido às mulheres algumas liberdades, ainda permanece distante a liberdade das imposições de padrões, como os de feminilidade e estética. De acordo com Soares (2019), a feminilidade pode ser definida como um conjunto de características do padrão heteronormativo, como fragilidade, emoção e beleza. Para este artigo, entendemos que os padrões são construídos historicamente; o de feminilidade pode ser visto como o que se espera da mulher, em seu comportamento e papel social, e o estético, como as práticas relacionadas à aparência e cuidados com o corpo.

No Brasil, ao longo do século XX, em especial no final dos anos 1930, “eram as revistas femininas que citavam a importância da ginástica para o cuidado e/ou embelezamento do corpo” (Coelho Filho & Frazão, 2010, p. 272). Conforme examinou Costa (2004), entre as décadas de 1930 e 1960 existiam revistas que descreviam o contexto social da mulher brasileira, mostrando comportamentos padronizados de atividade física, de beleza e formas de educação familiar. Neste período, distinções entre representações de como ser homem e mulher eram mais evidentes e tinham como referência a diferença sexual, as quais geram outras interpretações de práticas sociais e do mundo (Pinsky, 2014).

A prática de ginástica no Brasil foi influenciada pelos métodos ginásticos europeus (alemão, francês, sueco e inglês), os quais deram origem à ginástica científica, que possuía vínculos com a medicina e deveria ser capaz de produzir benefícios na saúde da população. Quando destinada às mulheres, a ginástica deveria acentuar as formas femininas por conta de sua função como reprodutoras (Soares, 2007).

Desta maneira, voltar-se para esse período passado com o olhar do presente e as problemáticas atuais, a partir de registros que tenham deixado rastros, pode-se construir um terceiro tempo – nem o do passado, nem o do presente – (Pesavento, 2012), o qual nos permite compreender os elementos

que definem padrões contemporâneos que relacionam ginástica, beleza e corpo, e que mantêm as desigualdades históricas entre mulheres brasileiras.

Diante deste cenário, emerge o seguinte problema de pesquisa: como a revista brasileira *Jornal das Moças* construiu representações de um corpo belo e sedutor relacionado à prática da ginástica (décadas de 1930 a 1950)?

De acordo com Pesavento (2012), as representações fazem com que as pessoas percebam a sua realidade e pautem a sua existência por elas, uma vez que geram práticas sociais e condutas compostas por uma força integradora. A representação não é a cópia do real, mas uma construção baseada nele. As revistas femininas brasileiras têm grande importância na formação de opiniões para as mulheres na época, visto que “penetram no espaço doméstico e procuram atuar como guias de ação, conselheiras persuasivas, companheiras de lazer ou alienação” (Bassanezi, 2005, p. 112). O público-alvo da revista eram mulheres brancas, jovens, em busca de um casamento ou casadas, e que tinham como objetivo se tornarem ótimas donas de casa e mães e também tornar um lar mais moderno (Mira, 2001).

Como justificativa para esta pesquisa, entendemos que, ao compreender como as relações de gênero eram representadas em outro tempo, tendo o passado como uma alteridade reconstruída (Pesavento, 2012), é possível perceber como estas foram construídas historicamente e determinaram comportamentos e identidades para homens e mulheres, para então as desnaturalizar, recusar e criticar (Chartier, 2002). Além disso, apesar de o século XX ser considerado o século das mulheres (Pinsky & Pedro, 2018), em que muitas alcançaram conquistas inimagináveis, não é possível aplicar uma única trajetória a todas, pois mulheres de diferentes grupos sociais possuem experiências particulares, pautadas por vivências de privilégio para algumas, exclusão para outras (Nepomuceno, 2018); além disso, também ainda existem desafios a serem vencidos, muitos deles perpetuados por práticas corporais e representações, como a ginástica e a beleza.

Para este estudo, entende-se gênero de forma relacional, portanto não é um conceito fechado, mas que está em constante disputa. Este conceito começou a ser mais utilizado por feministas norte-americanas na década de 1980, para se opor à noção de sexo biológico e discutir as relações entre masculino e feminino culturalmente e historicamente construídas (Perrot, 2009; Veiga & Pedro, 2019). Assim, o conceito serve como ferramenta analítica e política; não se resume a discutir de forma binária os papéis masculinos

ou femininos, mas visa entender como se constitui a identidade dos sujeitos (Louro, 1997). Vale ressaltar que gênero é visto neste trabalho de forma interseccional, com o objetivo de agregar um engajamento multidisciplinar, por meio de discussões sobre raça, classe e sexualidade (Collins, 2017).

METODOLOGIA

A revista *Jornal das Moças* era voltada para mulheres, editada semanalmente no Rio de Janeiro e distribuída por diversos estados do Brasil, durante os anos de 1914 a 1965. Para realizar este estudo histórico, tivemos como principal fonte as páginas desta publicação que, apesar do termo na denominação, possuía formato de revista. Suas edições estão arquivadas no site da Hemeroteca Digital⁽¹⁾ da Biblioteca Nacional do Brasil. Para a coleta das informações, foram utilizados os termos: *ginástica* e *gymnastica* (as duas formas eram utilizadas pela revista). Foram encontradas 367 ocorrências, que orientaram o recorte temporal da pesquisa, pois os maiores números de aparições concentraram-se entre os anos de 1930 (75), 1940 (104) e 1950 (122). Dentre estas ocorrências, dez reportagens fizeram relações entre ginástica, beleza e sedução. Além disso, na pré-análise das fontes, propagandas com expressões relacionadas à beleza nos chamaram a atenção, o que nos motivou a selecionar as duas que mais se aproximavam do problema de pesquisa para compor o *corpus* documental deste estudo e contextualizar o tema na revista.

A análise das fontes parte do pressuposto de que nenhum documento é neutro e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu (Pimentel, 2001; Bacellar, 2008). Assim, se faz necessário que haja indagações para se situar o documento coletado, como saber sob quais condições aquele documento foi redigido; com que propósito; por quem; além de se buscar entender o texto no contexto de sua época. Conforme afirma Bacellar (2008, p. 63), uma “boa dose de desconfiança é o princípio básico a nos orientar nesses momentos, além de uma leitura muito atenta dos autores que já trabalham na mesma linha de pesquisa”; igualmente importante é o cruzamento das informações contidas nas reportagens selecionadas,

1 Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

com referenciais teóricos e revisão bibliográfica, onde buscamos ter maior compreensão do modo como a ginástica foi incorporada como prática na cultura brasileira e no cotidiano das mulheres e das representações do corpo feminino.

Desta maneira, procurou-se o maior número de informações, mesmo aparentemente superficiais, no sentido de identificar o modo como o *Jornal das Moças* relacionava ginástica, beleza e sedução.

GINÁSTICA E BELEZA: REPRESENTAÇÕES DO SER MULHER

A ginástica chega ao Brasil durante o século XVIII, mas é no século XX que “o culto ao corpo se tornou uma verdadeira obsessão, transformando-se em um estilo de vida, pelo menos entre as mulheres das camadas médias urbanas” (Goldenberg, 2005, p. 66). É também nesse período que surge um discurso que pretende “agregar as funções de mãe, dona-de-casa e esposa à função de educadora dos filhos da pátria” (Almeida, 2007, p. 4); ginásios e professores de ginástica multiplicam-se e as mulheres começam a frequentar locais de competições esportivas. Contudo, segundo Priore (2015), “não faltou quem achasse a novidade imoral, uma degenerescência e, até mesmo, pecado” (p. 256).

O período da “Era Vargas” no Brasil, entre 1930 e 1945, foi marcado pela instauração da ditadura do Estado Novo, em 1937, que teve como projeto a nacionalização por meio da exaltação da cultura brasileira (Schwarcz & Starling, 2015). Ações higienistas eram utilizadas com a intenção de aperfeiçoar corpos para uma nação sadia, com trabalhadores fortes e ativos; havia um espírito de exaltação do nacionalismo e o governo assumia um papel de construção da grandiosidade da nação e melhoria das condições de vida (Bitencourt, 2005).

Neste período, a ginástica era vista como atividade física adequada ao público feminino e reforçada pelo discurso médico-higienista, pois havia a necessidade de construir uma nova sociedade. Esse pensamento construiu um discurso normativo, disciplinador e moral, que, em conjunto com a abordagem positivista de ciência e a moral burguesa, foi a base das propostas de disciplinamento dos corpos, dos hábitos e da vida dos indivíduos (Soares,

2007). Para Milagres, Silva e Kowalski (2018), as linhas teóricas deste pensamento e o positivismo corroboravam os estereótipos do gênero feminino, como a formação da mulher para cuidar da casa e da família.

Neste cenário, as atividades físicas também deveriam estar de acordo com as peculiaridades femininas, já que era a mulher quem geraria os filhos da pátria, o bom soldado, o elegante e civilizado cidadão (Soares, 2007). A graciosidade era a expressão corporal da mulher; estava associada a uma cultura feminina que visava desenvolver um campo intelectual e afetivo, característico da Ginástica Feminina Moderna, também chamada de Ginástica Rítmica. A dança, principalmente a clássica, se confundia com esse tipo de ginástica, uma vez que movimentos rítmicos traziam suavidade e graça para os gestos, permitindo que as mulheres alcançassem uma beleza plástica (Begossi & Mazo, 2015). Como exemplo destacamos uma reportagem onde se afirmava que, para serem belas, as mulheres deveriam aprender a ter movimentos harmoniosos, leves e graciosos, pois “movimentos bruscos, rápidos, provocam surpresa aos observadores, como sendo profundamente antifemininos” (Jani, 1954, p. 101).

Para Louro (2000), o ato de reconhecer o “outro”, aquele que partilha ou não os atributos que possuímos, é feito a partir do local social que ocupamos. As sociedades constroem aquilo que representa a “norma”, ou seja, aqueles que estão dentro dos padrões culturais e aqueles que ficam de fora. Assim, a pessoa que deseja se sentir reconhecida e aceita pela sociedade deve estar dentro dos padrões de beleza.

Alargando esses apontamentos, Bourdieu (2014) diz que o corpo é um produto social, expresso pela forma como as pessoas se comportam, seus hábitos de consumo e as diferentes formas que realizam os cuidados de si, os quais geram um *habitus*. O *habitus* é um sistema de disposições que, além de gerar, estruturam práticas que são incorporadas pelos indivíduos; por não serem necessariamente conscientes, costumam ser reproduzidas e, portanto, são duradouras, orientam as práticas corporais e as maneiras de ser no mundo (Medeiros, 2011).

Estabelecendo uma relação entre a visão de corpo de Bourdieu (2014) e a beleza feminina, podemos dizer que existe uma representação que determina a beleza legítima. Como há uma distância entre real e legítimo, as mulheres realizam uma série de investimentos nos aspectos modificáveis de seu corpo real (como o uso de cosméticos e ginástica), para aproximá-lo do

legítimo. A definição do que é legítimo, neste caso a representação de beleza feminina, é arbitrária, podendo estar associada tanto a magreza quanto a gordura. Borges (2005) demonstra essa arbitrariedade ao discutir sobre um quadro do século XVII. A obra é composta por três mulheres brancas que, naquela época, eram a representação da beleza feminina; porém, elas não se encaixam na concepção contemporânea que enaltece a magreza, despreza a gordura e, portanto, seriam hoje consideradas como acima do peso. Desta forma, não é a aparência em si que determina a representação do que é belo ou feio, mas o contexto econômico, social e cultural de cada época, fundamentado por uma razão específica de uma determinada ordem social.

Algumas reportagens do *Jornal das Moças* exaltavam a importância da ginástica para o corpo da mulher, a fim de que ela o tornasse mais elegante, gracioso e belo, “como deve ser o corpo da mulher” (“A beleza é obrigação”, 1943, p. 52). Deveria haver o cuidado de partes específicas relacionadas à maternidade, como seu abdômen e cintura pélvica. Para a revista era uma questão de escolha a mulher manter sua juventude, não podendo usar a falta de tempo como desculpa, pois as dicas passadas não demandavam muito tempo, nem alto custo e “somente não seguirá nossos conselhos se não o quiser” (“Para os que trabalham uma disciplina da beleza”, 1947, p. 7). Havia dicas sobre como manter a juventude, associando jovialidade não apenas à saúde, mas também a uma obrigação que as mulheres deveriam perseguir; elas eram aconselhadas a seguir o exemplo precioso das “mulheres afortunadas” e a não se parecerem com as “mulheres dos campos”, as quais após os trinta anos aceitavam naturalmente a queda dos dentes, a “cútis” seca e “engelhada” pelo sol e frio, o ventre relaxado, os cabelos secos e ralos (“Para os que trabalham uma disciplina da beleza”, 1947, p. 7).

Analisando imagens e conteúdo da revista, percebemos que ela estava direcionada às mulheres brancas e de classe média. Para Gonzalez (1982), a população negra passou a se integrar na sociedade capitalista brasileira a partir dos anos 1930 com a interrupção da imigração europeia, bem como com a criação de latifúndios nos campos, a industrialização e a modernização das cidades. No entanto, os postos de trabalho destinados a essa população foram os menos qualificados, criando uma mão-de-obra barata majoritariamente negra. Além disso, essas questões históricas e econômicas fizeram com que a mulher negra fosse educada para o trabalho, e não para se casar (Gonzalez, 1982). Desta forma, podemos entender o contexto que

estava por trás da reportagem citada acima, que rejeitava as mulheres do campo e reforçava que as mulheres afortunadas eram a representação de beleza que deveria ser seguida por todas.

Quase não havia imagens e espaço para mulheres negras, no entanto foram encontradas referências a artistas, principalmente cantoras, descritas como *colored*⁽²⁾ – de cor. Nas primeiras edições encontramos referências a ‘pessôa ou pessôas de côr’, associadas a produtos que prometiam clarear a pele (“Uma historia que até parece romance de cinema 1925”); mas a maior parte das ocorrências se referia a assuntos relacionados aos cabelos, como nas propagandas do produto Alisante: “Por mais crespos ou ondulados, que sejam os cabelos até mesmo nas pessoas de côr ficam lisos” (“Cabello corrido”, 1941).

Essas formas de referir as pessoas negras carregavam o preconceito da época, pois naturalizavam o branco como normal e padrão, não sendo necessário especificar a sua cor. Essa “norma” se constituiu historicamente e se refere a pessoas brancas, heterossexuais, de classe média das cidades e cristãs; essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os ‘outros’ sujeitos sociais que se tornarão ‘marcados’, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência (Louro, 2000). As mulheres negras, além de não aparecerem na revista, quando mencionadas, precisavam ter a cor de sua pele em destaque.

Também foi possível perceber nas reportagens representações do homem e da mulher permeadas pelo padrão heteronormativo: “Assim como a força caracteriza a atividade do homem, a da mulher deve caracterizar-se pela elegância, a suavidade e a harmonia das formas” (“A educação física da mulher”, 1939).

Para Butler (2000), o sexo é uma norma cultural que governa a materialização dos corpos durante o processo de assumir determinado sexo, possibilitando certas identificações e impedindo ou negando outras. Assim se constroem as oposições binárias, as características daquilo que é adequado às mulheres, em oposição ao que é destinado aos homens. Esse binarismo é permeado pela “obrigação” de homens apenas desejarem mulheres e vice-versa, o que caracteriza a heterossexualidade compulsória (Cascais, 2019).

Na revista era constante a dicotomia entre ser homem e mulher, com papéis sociais opostos, como força masculina e fragilidade feminina (Freitas,

2 Proveniente de “Colored People”, expressão usada para referir as pessoas negras nos EUA.

Borba, Ribeiro & Silva, 2019). Esse discurso pautado no “biológico” naturalizava a heteronormatividade, uma forma de produzir e reiterar compulsoriamente a norma heterossexual (Louro, 2009). Para Louro (2000), não há nada de “natural” nessas concepções, pois é a cultura que define o que é ou não é natural. O que é entendido como masculino ou feminino depende do contexto histórico, é construído social e historicamente.

As representações não são únicas e imóveis, e nos diferentes períodos históricos são encontrados referenciais variados de beleza. Desta forma, as relações de poder e as representações vigentes de cada época fazem com que os indivíduos se regulem. Assim, percebemos que a beleza não provoca simplesmente o tipo de aparência de uma sociedade, mas determina o comportamento que esta deve ter. As reportagens e propagandas da revista, além de representarem o padrão de beleza da época, através do protótipo de feminilidade, ditavam o modo como as mulheres deveriam se comportar, agir e pensar. As imagens ilustravam uma mulher branca, sorridente, feliz e satisfeita cuidando de si, dos filhos, do marido e do lar.

BELEZA E CASAMENTO: REPRESENTAÇÕES DE CORPO BELO PARA A SEDUÇÃO

As edições da revista *Jornal das Moças* traziam seções que evidenciavam os papéis que as mulheres deveriam representar na sociedade. Dentre essas, Almeida (2007) destaca o “Evangelho das Mães”, que continha conselhos sobre como a mulher deveria cuidar do marido, da relação, da casa e dos filhos, e a seção “Conselhos de Beleza”, onde havia dicas sobre exercícios para cuidar do corpo e da beleza.

Visto que as representações femininas estavam associadas às tarefas de ser mãe e esposa, a mulher era responsável por cuidar da casa, do marido, da educação dos filhos, e deveria também cuidar de si mesma, para agradar seu esposo, ou, quando solteira, para arranjar um pretendente. Através de produtos de beleza e exercícios de ginástica, a revista fornecia dicas e roteiros do que a mulher deveria fazer para se manter bela.

Segundo a revista, a ginástica deveria ser praticada pelas mulheres desde crianças, mas em cada fase da vida a prática teria um objetivo diferente. Na infância buscava-se maior energia vital e funcional, resultado que

poderia ser adquirido com uma ginástica respiratória. Na fase da adolescência, a ginástica deveria preparar o corpo da mulher para as “suas mais nobres funções”, as de ser mãe e esposa (A educação física da mulher, 1939).

A forma de organização dos anúncios e propagandas da revista chama a atenção, sendo o principal enfoque os cuidados que a mulher deveria ter consigo para manter-se jovem, perfumada e sedutora. Por exemplo, ao lado de um texto cujo título é “A educação física da mulher”, está anunciado em destaque o Batom Colgate, “Lábios feitos de sedução!”. Mostrando que o intuito dos anúncios dos produtos de beleza destinava-se às leitoras que cuidavam de sua beleza e de seu corpo, afirmamos que a relação entre a ginástica e a sedução dos homens era velada na revista através dos produtos de beleza e higiene.

As mulheres deveriam se preocupar com a beleza não apenas do rosto, mas do corpo todo. Em uma reportagem, há a descrição do curso de uma escola de harmonia de Hollywood, que prometia tornar as mulheres cheias de graça, encantos; e, mesmo se não fossem bonitas, se tornariam atraentes devido à harmonia de seus corpos: “não somente a beleza, mas também a harmonia conquistam corações”. A execução da ginástica, com movimentos leves e graciosos, fazia com que se tornassem mais elegantes, atraentes e femininas, para assim conquistar os homens (Jani, 1954, p. 101).

A revista frequentemente publicava contos. Um deles, intitulado “O eterno feminino” (Russel, 1951, p. 60), apresentou um caso surpreendente de um detetive particular. Neste caso, o detetive foi procurado por um italiano chamado Giuseppe, pois o noivo de sua filha, Rosa, havia ido embora mais uma vez. Manoel costumava sair de casa cada vez que recebia seu salário e só voltava quando o detetive ia buscá-lo. Desta vez, Giuseppe, preocupado com a tristeza de sua filha, solicita ao detetive que convença Manuel a nunca mais sair de casa. O detetive conta esta história a sua noiva, Linda, que o questiona sobre a aparência de Rosa.

Linda era “uma dessas moças bonitas, seguras de si mesmas, que jamais exigem atenção do sexo forte” (Russel, 1951, p. 60). Ela se interessou pela história e decidiu ajudar a resolver o caso: “creio que a melhor maneira de arranjarmos a coisa é darmos a Rosa umas aulas sobre o encanto feminino e como agarrar o seu homem” (Russel, 1951, p. 60). Rosa era considerada uma moça completamente sem atrativos e por isso foi convidada por Linda a passar por uma transformação “por meio de ginástica, regime alimentício,

cremes e maquiagem” (Russel, 1951, p. 61). Duas semanas depois o detetive foi à casa de Linda para levar Rosa de volta e ao chegar se surpreendeu: “Eu via apenas uma moça de estonteante beleza, de corpo esbelto e bem vestida, de cabelos negros e ondedos” (Russel, 1951, p. 61). Dias depois, Giuseppe voltou a procurar pelo detetive, que não acreditou que Manuel tivesse voltado a sair de casa após a transformação de Rosa: “desta vez não se trata de Manuel (...). Desta vez, é Rosa que se foi! O pobre Manuel está a ponto de morrer!” (Russel, 1951, p. 61).

Neste conto, escrito por um homem, Lee Russel, e traduzido por uma mulher para a revista, Glycia A. Galvão, podemos identificar continuidades e rupturas nas representações do ser mulher, que surgiram em meados do século XX. Possivelmente, a tradutora encontrou no conto, de forma sutil, uma reação às concepções que normalmente eram desenvolvidas pela revista. Note-se que, embora houvesse algumas mulheres, a revista era dirigida por homens que acreditavam que os assuntos da revista valorizavam as mulheres ao tratar de suas “atividades cotidianas” (Pinky, 2014).

A narrativa do conto constrói representações opostas para duas mulheres, uma independente e confiante, outra, resignada e sem atrativos, apontando a beleza como algo físico e comportamental, podendo ambos os atributos ser conquistados. A beleza física seria conquistada através de instrumentos como ginástica, dieta, cremes e maquiagem; e a comportamental, refletiria segurança de si e independência da atenção dos homens, como consequência da transformação do corpo. Entretanto, o conto leva a crer que as mulheres eram responsáveis pelo interesse dos homens e que a beleza era sua obrigação, como está impresso na publicidade localizada na página seguinte, “A mulher tem a obrigação de ser bonita. Hoje em dia só é feio quem quer” (“A beleza é obrigação”, 1943). Para Pinsky (2014), a revista reforçava esta afirmação e atribuía o fracasso do casamento ao descuido das mulheres com a aparência. Desta forma, a razão para Manoel fugir e não querer se casar com Rosa seria a falta de “atrativos” da moça, sendo necessário que ela aprendesse como usar seu “encanto feminino” para “agarrar seu homem”. No final do conto, quando Rosa se empodera de sua beleza, passa a se sentir segura para sair de casa e abandonar seu noivo; percebemos assim uma ruptura, pois Rosa, agora bela e segura de si, desiste do casamento.

Em uma reportagem chamada “Coisas do Rio”, escrita por Rozalinda Vicenzi (1959), podemos perceber diferentes representações do ser mulher.

A autora escreve sobre uma reclamação das mulheres da época, a falta de cavalheirismo dos homens, que poderia ser percebida pelo fato de eles não cederem mais seu lugar no ônibus. Esta atitude poderia ser atribuída a algumas mudanças no comportamento das mulheres, “que fumam, bebem, esgrimam, fazem arte dramática sem mais nem menos e até jogam basquete” (Vicenzi, 1959), passando a ocupar lugares que somente os homens deveriam ocupar. Para a autora, que via a ginástica rítmica como uma forma de requintar a feminilidade, talvez existisse certo incômodo com a mudança de atitudes de determinadas mulheres, que ampliaram seus encargos, passaram a usar calças compridas e bebericar em boates e reuniões íntimas. Essas atitudes rompiam com a representação ideal de feminilidade da época e, portanto, justificariam a falta de cavalheirismo dos homens (Vicenzi, 1959).

Para Bassanezi (2005), a revista trazia em suas páginas discursos e ideias da dominação masculina, pois não havia incentivos a enfrentamentos ou questionamentos, colocando a mulher em papel de submissão nas relações homem-mulher.

No entanto, ainda que a dominação masculina e a oposição de forma binária das representações de homem e mulher fossem constantes na revista, para Meyer (2004), é preciso desconstruir essa visão linear de homem dominador e mulher dominada. A diferenciação e hierarquização de gênero não ocorre da mesma forma em todas as mulheres e em todos os homens, pois é possível que existam relações de violência também entre as mulheres e entre os homens, como resultado “da incorporação e da (re)produção de representações naturalizadas de gênero” em diversos aspectos da sociedade (Meyer, 2004, p. 229).

O fato de a revista ser dirigida por homens, mas existirem reportagens escritas por mulheres, pode demonstrar a incorporação e a reprodução dessas representações naturalizadas. Algumas dessas reportagens pareciam demonstrar que elas estavam de acordo com determinadas formas de dominação, por exemplo, a afirmação de Maria Jani de que movimentos bruscos eram antifemininos ou a de Rozalinda Vicenzi, para quem as mulheres não deveriam ocupar lugares destinados aos homens. Ao mesmo tempo, porém, encontramos indícios de que rupturas estavam surgindo, pois diferentes representações de ser homem e mulher também foram apresentadas por Lee Russel e Rozalinda Vicenzi.

CONCLUSÕES

Diante do problema de pesquisa: como a revista brasileira *Jornal das Moças* construiu representações de corpo belo e sedutor relacionado à prática da ginástica (décadas de 1930 a 1950), selecionamos reportagens que continham textos onde a ginástica, a beleza e o modelamento do corpo da mulher eram de sua responsabilidade, bem como as que instruíam e salientavam a importância de exercícios para sua jovialidade e graciosidade. Nestas estavam presentes os padrões de feminilidade e estético que representavam o ideal de beleza expresso na revista, que decalcava os preceitos da época em que estava inserida. As reportagens também orientavam a prática de ginástica para atingir tais padrões, além de prepararem as mulheres para suas mais “nobres” funções sociais, tornando-as, além de belas, aptas para seduzir os homens e conseguir “bons maridos”.

Destinada ao público feminino, a revista constituía um veículo de comunicação que produzia e reproduzia cultura; a análise das fontes nos permitiu compreender que os corpos e as práticas corporais eram permeados pelo padrão heteronormativo e por representações de dominação masculina, que colocavam homens e mulheres em lugares sociais opostos. Vale ressaltar que estas são construções históricas, sociais e culturais, que foram arquitetadas de acordo com as representações da época em que estavam inseridas e que não ocorriam de forma universal e linear, pois também percebemos sutis rupturas nas formas de ser homem e mulher. Além disso, não estão estagnadas no período analisado, pois também afetam as representações atuais sobre o padrão de beleza (pessoas brancas e magras), sobre a prática de atividade física, sobre o que é ser homem, mulher, bem como sobre as formas como as pessoas se relacionam, visto que permanecemos orientados pela heteronormatividade.

Este trabalho apresentou uma abordagem abrangente das reportagens sobre ginástica da revista *Jornal das Moças* disponível no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Brasileira, e mesmo que a revista tenha sido editada até o ano de 1965, nossa pesquisa foi limitada pelos exemplares disponíveis nesta plataforma de pesquisa. Desta maneira, sugere-se que novas pesquisas busquem identificar outras fontes publicadas no período, visando comparar as representações construídas pela revista *Jornal das Moças* com as de outros jornais e revistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A beleza é obrigação. (1943, dezembro 23). *Jornal das Moças*, p. 52.
- A educação física da mulher. (1939, janeiro 05). *Jornal das Moças*, p. 23.
- Almeida, N. M. A. de. (2007). *Revistas femininas e educação da mulher: O Jornal das Moças*. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará. http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem03pdf/sm03ss14_06.pdf
- Bacellar, C. de A. P. (2008). Uso e mau uso dos arquivos. In C. B. Pinsky (Org.), *Fontes históricas* (pp. 23-79). São Paulo: Contexto.
- Bassanezi, C. (2005). Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964). *Cadernos Pagu*, 1, 111-148.
- Begossi, T. D., & Mazo, J. Z. (2015). Ginástica alemã e ginástica feminina moderna: Práticas destinadas às mulheres. *Cinergis*, 16(4), 306-311.
- Bitencourt, J. B. (2005). Da cultura política do Estado Novo: O condicionamento cívico. *Esboços: histórias em contextos globais*, 12(14), 191-200.
- Borges, M. de L. (2005). Gênero e desejo: A inteligência estraga a mulher? *Revista Estudos Feministas*, 13(3), Florianópolis.
- Bourdieu, P. (2014). Notas provisórias sobre a percepção social do corpo. *Revista Pró-posições*, 25(1), 247-256.
- Butler, J. (2000). Corpos que pesam: Sobre os limites discursivos do “sexo”. In G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade* (pp. 151-172). Belo Horizonte: Autêntica.
- Cabello corrido. (1941, julho 31). *Jornal das Moças*, p. 71.
- Cascais, A. F. (2019). Performatividade de gênero, performatividade queer e o queering como método: Uma introdução. *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher, Extra*, 25-36.
- Chartier, R. (2002). Pierre Bourdieu e a história. *Topoi. Revista de História*, 3(4), 139-182.
- Coelho Filho, C. A. de A., & Frazão, D. P. (2010). Prática de ginástica em academias exclusivamente femininas. *Motriz: Revista de Educação Física*, 16(2), 269-280.
- Collins, P. H. (2017). Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, 5(1), 6-17.
- Costa, J. S. (2004). *Vozes de mulheres na Escola Nacional de Educação Física e Desportos de 1939 a 1949: Ecoando o passado*. Mestrado, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.
- Freitas, A., Borba, B. L. de, Ribeiro, S. F., & Silva, C. F. (2019). O futebol no *Jornal das Moças*: As aproximações e os distanciamentos das mulheres. *Corpoconsciência*, 23(2), 63-74.
- Goldenberg, M. (2005). Gênero e corpo na cultura brasileira. *Psicologia Clínica*, 17(2), 65-80.

- Gonzalez, L. (1982). *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- Jani, M. (1954, dezembro 1954). Beleza harmonia de movimentos. *Jornal das Moças*, pp. 93-94 e 101.
- Labios feitos de sedução! (1939, janeiro 05). *Jornal das Moças*, p. 23.
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes.
- Louro, G. L. (2000). Pedagogias da sexualidade. In G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade* (pp. 7-35). Belo Horizonte: Autêntica.
- Louro, G. L. (2009). Heteronormatividade e Homofobia. In R. D. Junqueira (Org.), *Diversidade sexual na educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 85-94). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.
- Medeiros, C. C. C. de. (2011). *Habitus e corpo social: Reflexões sobre o corpo na teoria sociológica de Pierre Bourdieu*. *Revista Movimento*, 17(1), 281-300.
- Meyer, D. (2004). Teorias e políticas de gênero: Fragmentos históricos e desafios atuais. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 57(1), 13-18.
- Milagres, P., Silva, C. F. da, & Kowalski, M. (2018). O higienismo no campo da Educação Física: Estudos históricos. *Motrivivência*, 30(54), 160-176.
- Mira, M. C. (2001). *O leitor e a banca de revistas: A segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d'Água/Fapesp.
- Nepomuceno, B. (2018). Mulheres negras: Protagonismo ignorado. In C. B. Pinsky & J. M. Pedro (Orgs.), *Nova história das mulheres no Brasil* (pp. 382-439) São Paulo: Editora Contexto.
- Para os que trabalham uma disciplina da beleza. (1947, janeiro 09). *Jornal das Moças*, pp. 5-7.
- Perrot, M. (2009). História (sexuação da). In H. Hirata, F. Laborie, H. Le Doaré & D. Senotier (Orgs.), *Dicionário crítico do feminismo*, (pp. 111-116). São Paulo: Editora UNESP
- Pesavento, S. J. (2012). *História & história Cultural*. 3.^a ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- Pimentel, A. (2001). O método da análise documental: Seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, 114, 179-195.
- Pinsky, C. B. (2014). *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Editora Contexto.
- Pinsky, C. B., & Pedro, J. (2018). Apresentação. In C. B. Pinsky & J. M. Pedro (Orgs.), *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto.
- Piscitelli, A. (2002). Recriando a (categoria) mulher? In L. Algranti (Org.), *A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos*, 48, pp. 7-42. Campinas: IFCH/Unicamp.

- Priore, M. D. (2015). *História do amor no Brasil*. 3.^a ed., 2.^a reimpressão. São Paulo: Editora Contexto. <http://files.anajatubaateniense-blogspot-com.webnode.com/200000269-43ddb44dco/MaryDelPrioreHistriadoAmornoBrasil.pdf>
- Russel, L. (1951, março 23). O eterno feminino. Tradução de Galvão, G. A. *Jornal das Moças*, pp. 60-61.
- Sant'anna, D. B. (2018). Sempre bela. In C. B. Pinsky & J. M. Pedro (Orgs.), *Nova história das mulheres no Brasil*, (pp. 105-125) São Paulo: Editora Contexto.
- Schwarcz, L. M., & Starling, H. M. (2015). *Brasil: uma biografia. Com novo pós-escrito*. São Paulo: Editora Companhia das Letras.
- Soares, A. C. E. C. (2019). Feminidade/Feminino. In A. M. Colling & L. A. Tedeschi, *Dicionário crítico de gênero* (pp. 248-251). Universidade Federal da Grande Dourados.
- Soares, C. L. (2007). *Educação Física: raízes européias e Brasil*. 4.^a ed. Campinas: Autores Associados.
- Uma historia que até parece romance de cinema. (1925, agosto 13). *Jornal das Moças*, p. 07.
- Veiga, A. M., & Pedro, J. M. (2019). Gênero. In A. M. Colling & L. A. Tedeschi, *Dicionário crítico de gênero* (pp. 330-333). Universidade Federal da Grande Dourados.
- Vicenzi, R. R. de. (1959, julho 02). Coisas do Rio. *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, p. 3.
- Weeks, J. (2000). O corpo e a sexualidade. In G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (pp. 35-83). Belo Horizonte: Autêntica.
- Wolf, N. (1992). *O mito da beleza: Como as imagens são usadas contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco.

Receção: 29/11/2020

Aceite para publicação: 16/04/2021

..... DOI: <https://doi.org/10.34619/xsly-4uky>

* CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social, 1050-056 Lisboa, Portugal
CSG/SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, 1249-078 Lisboa, Portugal
m.abrantes@cesis.org

As portas abertas: O que sabemos sobre o serviço doméstico em Portugal?

MANUEL ABRANTES*

Resumo. O serviço doméstico tem merecido a atenção de cientistas sociais, quer pela sua relevância nos sistemas de produção capitalista, quer pelas inquietações que suscita ao pensamento feminista. Este artigo apresenta uma síntese crítica do que sabemos sobre o serviço doméstico em Portugal. Como se transformou nas últimas décadas? Qual é o seu volume atual? Em que condições é desempenhado? Que desigualdades de classe e de género continuam a estruturá-lo? Transpondo as portas abertas por estudos já realizados, concluímos com quatro recomendações para a investigação futura.

Palavras-chave: classe; género; migração; serviço doméstico; trabalho doméstico.

The open doors: What do we know about domestic service in Portugal? *Domestic service has been paid attention by social scientists, both for its relevance in capitalist production systems and for the concerns it raises to feminist thinking. This article presents a critical synthesis of our knowledge about domestic service in Portugal. How did it change over the last decades? What is its current volume? Under what conditions is it performed? Which class and gender inequalities continue to structure it? Passing through the doors opened by past studies, we conclude with four recommendations for future research.*

Keywords: class; gender; migration; domestic service; domestic work.

INTRODUÇÃO

Enfim, o extraordinário aumento de produtividade nas esferas da grande indústria, acompanhado como é de uma exploração mais intensa e mais extensa da força de trabalho em todas as outras esferas de produção, permite empregar progressivamente uma parte mais considerável da classe operária e dos serviços improdutivos, e reproduzir notavelmente – em proporções sempre maiores, sob o nome de classe doméstica, composta de lacaios, cocheiros, cozinheiras, criadas, etc. – os antigos escravos domésticos.

Karl Marx (1975[1867], p. 277)

Ao escrever estas palavras na obra *O Capital*, Marx não podia naturalmente saber o que viria a acontecer desde então ao trabalho doméstico remunerado. Não restam dúvidas de que se transformou, acompanhando mudanças mais amplas das estruturas socioeconômicas. Alguns segmentos do serviço doméstico tradicional desapareceram ou tornaram-se um recurso exclusivo das elites mais abastadas; outros, pelo contrário, cresceram e generalizaram-se, fruto da procura por parte de trabalhadores e trabalhadoras que auferem rendimentos suficientes para contratar quem cuide de crianças ou de pessoas idosas na sua família, quem cozinhe, quem limpe, quem engome roupa (Anderson, 2000; Huws, 2019). Ainda que se constatem diferenças de país para país, em todos eles o serviço doméstico apresenta certas características comuns: é desempenhado sobretudo por mulheres, entre as quais uma proporção elevada de migrantes; uma parcela substancial do setor funciona na economia informal; e as suas dinâmicas estão estreitamente ligadas às políticas públicas de cuidado e de articulação entre vida laboral e vida familiar (Ehrenreich e Hoschschild, 2002; Torres, 2008; Casaca, 2012; ILO, 2018).

A menorização do trabalho doméstico nos quadros analíticos tem sido abundantemente contestada pelo pensamento feminista (Beechey, 1979; Ferreira, 1981). Se essa crítica alertou desde cedo para o triplo fardo das mulheres enquanto domésticas, esposas e mães, veio a mostrar também a interdependência da esfera produtiva e da esfera reprodutiva. Uma contradição fundamental persiste ao longo do tempo: embora as atividades de reprodução social sejam uma condição necessária para a acumulação de capital, a orientação do capitalismo para a acumulação ilimitada corrói os

próprios alicerces da reprodução social (Fraser, 2016). São exemplos contemporâneos desse processo a precariedade laboral, o encurtamento do tempo disponível para a prestação de cuidados, o défice de apoios públicos ou a fragmentação geográfica das famílias. Dependendo da configuração do Estado-providência, a esfera doméstica apresenta um solo mais ou menos fértil para a mercantilização, com uma lógica semelhante à de tantos outros âmbitos de atividade: externalizar o trabalho pelo mínimo custo possível.

As investigações sobre trabalhadoras domésticas migrantes confirmam que a necessidade do seu recrutamento e a simultânea desvalorização do trabalho por elas desempenhado conduzem a diversas formas de exploração laboral, bem como a uma crise global de cuidado que contribui para perpetuar desigualdades entre países de origem e de destino (Ehrenreich e Hochschild, 2002; Parreñas, 2012). Estas preocupações refletiram-se na adoção da Convenção sobre o Trabalho Doméstico Digno pela Organização Internacional do Trabalho em 2011. Tratou-se de um instrumento pioneiro com vista a combater graves problemas verificados no setor a nível mundial: remunerações baixas, horários de trabalho excessivos, desproteção social, riscos de abuso físico e mental, constrangimentos aos direitos de repouso, liberdade ou maternidade, entre outros (ILO, 2013). Em muitos países, incluindo Portugal, o serviço doméstico continua a ser regulamentado por legislação específica, distinta do regime geral aplicado a trabalho por conta de outrem, apesar de importantes aproximações ocorridas a conta-gotas nas últimas décadas (Abrantes, 2013).

Portugal não tem sido exceção no crescimento do interesse pelo estudo do serviço doméstico, a ponto de podermos hoje discutir as características e as dinâmicas do setor à luz de uma variedade de contributos teóricos e empíricos. O presente artigo visa justamente sintetizar o que sabemos, prevenindo a dispersão do conhecimento produzido em estudos que, com pontos de partida e metodologias díspares, oferecem resultados dialogantes e complementares. Após clarificar elementos basilares relativamente à composição, ao volume e às condições do serviço doméstico em Portugal, será possível delinear recomendações para a investigação futura.

Avançamos, portanto, em três passos. Primeiro, revemos os estudos que permitem compreender o serviço doméstico no quadro das estruturas socioeconómicas em Portugal. Segundo, debruçamo-nos sobre investigações que têm examinado as condições em que o serviço doméstico é atualmente

desempenhado. Terceiro, assinalamos alguns desenvolvimentos importantes em curso e destacamos os aspetos que nos parece fundamental iluminar em estudos vindouros.

1. O SERVIÇO DOMÉSTICO NUMA SOCIEDADE EM TRANSFORMAÇÃO

Realizado em larga medida entre as paredes de casas particulares – à porta fechada, como é comum dizer-se –, o serviço doméstico está evidentemente incrustado nos modos de organização da intimidade e da família. Ao examinar o período entre 1940 e 1970, Brasão (2010) mostra que o setor atravessou então mudanças quantitativas e qualitativas. O número de pessoas oficialmente registadas em Portugal como “serviçais” reduziu-se acen-tuadamente de 1950 (quando eram cerca de 233 mil) para 1970 (quando rondavam as 115 mil). No mesmo arco temporal, os homens praticamente desapareceram do setor, diminuindo de 15% para 4%, o que muito se deve a alterações metodológicas: nos censos de 1950 esta categoria incluía ainda muitos serviços comerciais e de hotelaria, o que posteriormente deixou de acontecer. Mais informativa parece ser a constatação de que, em 1950, 27% da população ativa feminina no país trabalhavam como “criadas”, propor-ção que começa a decrescer em 1960 pela primeira vez desde os alvores do século XX (Brasão, 2010).

Quanto a alterações qualitativas, o estudo de Brasão descreve o avolumar das tensões sociais em torno da presença da criada de servir na família, as quais contribuíram para o progressivo declínio do regime tutelar e convi-vial que, numa conjugação de dispositivos formais e informais de dominação por parte do patronato, da igreja e do Estado, caracterizava a condição servil doméstica. Se por um lado cresceu a aversão social aos fundamentos implí-citos neste tipo de relação, inviável no quadro de um gradual – ainda que lento – reconhecimento dos direitos laborais e dos direitos das mulheres, as ferramentas da história oral usadas por Brasão permitem também des-cortinar as manifestações de resistência e contestação protagonizadas pelas próprias criadas de servir no espaço opressivo a que estavam confinadas, quantas vezes precipitadamente entendidas como vítimas sem capacidade de agência nem consciência coletiva.

Quais as transformações e as continuidades do serviço doméstico após a revolução de 1974? A investigação mais recente leva-nos a crer que a transição da condição servil para uma relação assalariada de trabalho foi sinuosa e incompleta (Abrantes, 2014a). Uma parte da explicação encontra-se nas dinâmicas que interligam a desigualdade de género, o trabalho pago e o trabalho não pago no período democrático em Portugal. Torres (2008) identifica vários fatores determinantes nesse quadrante: o aumento da dedicação das mulheres a atividades remuneradas no mercado de trabalho, inclusivamente quando são mães; a escassa participação dos homens nas tarefas domésticas e de cuidado em contexto familiar; a insuficiência dos serviços públicos de cuidados a crianças, pessoas idosas e pessoas adultas com deficiência, a par de uma maior exigência e expectativa social relativamente a esses mesmos cuidados; a fragmentação geográfica das famílias; a mudança de valores e atitudes no sentido da família autossuficiente. De tudo isto decorre que, para as famílias com rendimentos mais elevados, a contratação de uma empregada doméstica – “interna” ou “externa”, a tempo inteiro ou a tempo parcial – continuou a ser desejada e muito útil, como se confirmará pelas evidências empíricas examinadas adiante.

Quando Guerreiro (2000) analisou o panorama nacional dos serviços prestados ao domicílio para a Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, concluiu que a contratação de uma empregada doméstica se mantinha como um dos principais recursos para compensar o défice de tempo e a sobrecarga das mulheres com responsabilidades laborais e familiares. Uma extensa parcela do setor operava através de relações de trabalho informais, dificultando a quantificação. Mesmo assim, os dados da Segurança Social – correspondentes apenas à parcela formalizada do setor – apontavam para quase 135 mil pessoas a efetuar descontos na categoria de serviço doméstico, 98% das quais mulheres (Guerreiro, 2000).

Para muitas mulheres com baixos rendimentos, o serviço doméstico nunca deixou de constituir uma oportunidade de subsistência, constituindo por vezes a única fonte de rendimento para sustentar as suas famílias (Meersschaert, 1986; Blétière, 2014). Não deve sequer surpreender-nos que frequentemente preterissem alternativas na indústria ou no comércio, se essas traziam desvantagens como uma remuneração inferior, um horário incompatível com as suas obrigações familiares ou a impossibilidade de levar filhos/as para o local de trabalho (Abrantes, 2014a). Além disso, os riscos da

informalidade tendem a ser menos visíveis ou menos imediatos, sobretudo considerando que os benefícios proporcionados pela Segurança Social são especialmente diminutos para quem efetuou descontos na categoria de serviço doméstico (Abrantes, 2013).

Tampouco devemos ignorar as mudanças mais vastas que ocorreram no mercado de trabalho com o advento da “flexibilidade”, cujos efeitos da precarização laboral não têm sido equitativamente distribuídos pela população. Perante a segmentação entre um mercado de trabalho com oportunidades de progressão na carreira, remuneração crescente e autonomia na tomada de decisão e um outro mercado de trabalho, secundário ou periférico, no qual escasseiam tais oportunidades, encontramos neste segundo uma concentração desproporcional de mulheres e imigrantes (Casaca e Peixoto, 2010). É difícil conceber uma profissionalização do serviço doméstico que o valorize num cenário de semelhante polarização. Entretanto, a procura continua a ser alimentada pela assimetria nos papéis de género e pela demora em *desfamiliarizar* as atividades de cuidado (Casaca & Damião, 2011). As dificuldades na articulação da vida profissional, familiar e pessoal tornam-se assim a marca de uma época que apresenta elevadas expectativas e incentivos nesses três domínios, ao mesmo tempo que advoga a desregulação em matéria de horários e vínculos contratuais (Casaca, 2013).

O Inquérito Nacional aos Usos do Tempo conduzido em 2015-2016 permitiu estimar que, somando trabalho pago e não pago, as mulheres despendiam em média mais 1 hora e 13 minutos por dia que os homens (Perista et al., 2016). Esta assimetria, embora tenha registado um progresso positivo, considerando que em 1999 era superior a 2 horas, traduz-se em pressões quotidianas sobre a esfera doméstica, sentidas sobretudo por mulheres com crianças ou pessoas idosas a cargo. Das pessoas inquiridas em 2015, 7% afirmaram que o seu agregado dispunha de um/a empregado/a doméstico/a – em 26% dos casos, por 33 ou mais horas por mês –, enquanto apenas cerca de 4% recorriam com frequência a serviços de estabelecimentos comerciais para apoiar as tarefas domésticas, concentrando-se esta prática na aquisição de comida confeccionada e tratamento das roupas (Perista et al., 2016).

A crescente procura de empregadas domésticas estrangeiras em Portugal resultou, segundo Peixoto (2009), de desenvolvimentos em matéria de imigração, do emprego e do Estado-providência. Nem o serviço doméstico é imune a desigualdades no seu seio. Embora não existam números exatos,

a investigação qualitativa de Wall e Nunes (2010), em consonância com outros estudos analisados na secção seguinte, sugere que na modalidade de “interna” para cuidar de pessoas idosas são recrutadas muitas mulheres imigrantes, sobretudo no período inicial da sua estadia em Portugal, enquanto as mulheres portuguesas se concentram na modalidade de “externa”, contratadas por várias casas e pagas à hora, num modelo de cuidados que, longe de monolítico, é diversificado, heterogéneo e segmentado.

A análise global da Organização Internacional do Trabalho expõe o crescimento do trabalho doméstico remunerado no período de 1995 a 2010 em todo o mundo, com estreita ligação ao envelhecimento demográfico e aos fluxos migratórios, embora no caso da Europa esse crescimento tenha sido muito mais substancial nos países do Sul que nos países do Norte (ILO, 2013). Ao comparar os dados oficiais à escala da União Europeia, desenvolvi quatro perspetivas explicativas para as variações no volume do serviço doméstico quer entre países, quer ao longo do tempo: a prestação pública de cuidados, a dedicação de mulheres e homens a atividades profissionais, os papéis de género ao nível do agregado familiar e as dinâmicas do próprio setor do serviço doméstico (Abrantes, 2014b).

Se em todos esses domínios encontramos fatores que favorecem a mercantilização, encontramos também outros que têm contribuído para limitar as dinâmicas de exploração neste setor, para promover a sua regulação coletiva, para o valorizar. Um deles decorre da própria transformação dos papéis de género, na medida em que pressupõe uma contestação do trabalho doméstico enquanto função natural da mulher e uma retribuição igualitária da dedicação laboral. A este propósito importa salientar, no contexto português, a disseminação de uma masculinidade cuidadora, expressa nomeadamente no usufruto das licenças de parentalidade e na partilha dos cuidados prestados a crianças (Wall et al., 2016). Também relevantes são os passos dados na regulação jurídica do serviço doméstico. Estes traduzem uma aproximação paulatina à lei geral do trabalho – por exemplo, com a equiparação do serviço doméstico ao trabalho por conta de outrem em matéria de subsídio de Natal em 1996 e de salário mínimo em 2004 –, mas também uma demora evidente em reconhecer o trabalho doméstico como trabalho de pleno direito, especialmente na medida em que falta assumir integralmente as pessoas e as famílias que contratam serviços domésticos como entidades empregadoras (Abrantes, 2013). A lei que regulamenta o

serviço doméstico, adotada em 1980 e revista em 1992, perpetua esta lacuna; e o sistema de Segurança Social mantém um enquadramento específico para o serviço doméstico que prevê, quer para trabalhadoras/es, quer para entidades empregadoras, menos obrigações e menos direitos que o esquema geral do trabalho por conta de outrem.

Em que medida todas as dinâmicas mencionadas se refletem nas condições em que o serviço doméstico é atualmente desempenhado? É para esta questão que voltamos agora a nossa atenção.

2. O SERVIÇO DOMÉSTICO CONTEMPORÂNEO COMO OBJETO DE ESTUDO

A informalidade abundante no setor cria obstáculos, ora à análise estatística, ora ao trabalho de campo de cariz qualitativo. Foi para desocultar o panorama do serviço doméstico em Portugal que, em 2008-2010, uma equipa do Dinâmia'CET-IUL desenvolveu e aplicou a nível nacional um questionário a pessoas empregadas no setor. Desse trabalho pioneiro resultaram observações importantes, que podemos consultar em Guibentif (2011). Tomando o pagamento das contribuições para a Segurança Social como medida aproximada de formalização da relação de trabalho, quase metade do setor (44%) era informal; a força de trabalho era esmagadoramente constituída por mulheres (99,7%); muitas delas tinham nacionalidade estrangeira (13% de África, 12% do Brasil, 8% da Europa de Leste), com as de nacionalidade portuguesa a ocupar apenas dois terços do setor (67%). Neste quadro, as empregadas domésticas de nacionalidade portuguesa caracterizavam-se por níveis menores de escolaridade e maior exposição à informalidade. Do total de trabalhadoras portuguesas e estrangeiras, 44% estavam empregadas apenas numa casa, estando as outras empregadas em duas ou mais casas, até um máximo de dez. As trabalhadoras mais escolarizadas tendiam a trabalhar em mais casas, a ter relações de trabalho mais curtas e a auferir remunerações mais elevadas.

O mesmo questionário expôs diversos incumprimentos legais por parte de muitas entidades empregadoras, sobretudo a ausência de pagamentos obrigatórios por lei (horas extraordinárias, subsídios, contribuições para a Segurança Social, indemnizações por despedimento ou seguro contra

acidentes de trabalho), a falta de um contrato escrito com trabalhadoras estrangeiras (também obrigatório, segundo a lei nacional de imigração), exigências excessivas não acordadas aquando da contratação quanto a tarefas, horário de trabalho ou férias, e, embora com menor frequência, ocorrências de violência física ou psicológica. Analisando com minúcia os abusos laborais identificados no questionário, Figueiredo, Suleman e Botelho (2016) concluíram que estes ocorrem com maior frequência nas relações de trabalho informais e atingem com maior frequência as trabalhadoras imigrantes, especialmente brasileiras. As trabalhadoras cujas funções incluem cuidar de pessoas idosas estão em risco acrescido de sofrer abusos em matéria de contratos, pagamento, assédio moral ou violência sexual.

Blétière (2014) mobilizou ferramentas de investigação qualitativa para examinar algo que nos ajuda a compreender a elevada prevalência de problemas laborais: a dificuldade de reconhecimento do trabalho doméstico. Sobrepondo a esfera do mercado laboral e a esfera das relações íntimas, o trabalho doméstico constitui o que a autora descreve como um “espaço mestiço”, no qual o papel muito limitado dos mecanismos institucionais – legislação, negociação coletiva, inspeção do trabalho – deixa a relação laboral à mercê de valores como a confiança, as emoções e as gratificações imateriais.

No âmbito do direito, Rodrigues (2018) examinou a regulação do tempo de trabalho no serviço doméstico e concluiu que, além de fixado por lei de uma forma desvantajosa comparativamente ao restante trabalho assalariado (44 horas semanais em lugar de 40), a sua aplicação depara-se com múltiplas indefinições e ambiguidades. A resolução das disputas tenderá naturalmente a refletir a desigualdade de poder entre entidade patronal e trabalhadora, levando-nos a perceber em que medida o regime jurídico especial do serviço doméstico produz e legitima discriminações no seio da classe trabalhadora. Estas discriminações podem ser entendidas como uma derivação atenuada das formas de violência que estruturaram o setor em décadas passadas. Em meados dos anos 80, Meersschaert (1986) examinava as identidades das empregadas domésticas a partir da sua investigação em Lisboa e destacava que estas mulheres, fruto das desigualdades de classe e de género, tinham sido marcadas por várias experiências precoces: uma delas, a de serem colocadas a servir durante a infância e experienciarem assim a deslocação do campo para a cidade, da vida rural para a vida burguesa; outra,

a de viverem o seu desenvolvimento psicosssexual em casas de patrões, com o que isso acarretava de censura moral e repressão emocional.

Comparando as dinâmicas do serviço doméstico em Madrid e Lisboa, Catarino e Oso (2000) encontraram em ambas as cidades uma progressiva etnicização do trabalho reprodutivo. As mulheres estrangeiras em Lisboa, sobretudo de origem africana, trabalhavam como empregadas domésticas ou através de empresas de limpeza, à semelhança de muitas mulheres portuguesas; mas as estrangeiras tendiam a realizar as tarefas socialmente mais desvalorizadas e sujeitas a relações de maior dominação. Wall e Nunes (2010) estudaram o caso das mulheres brasileiras, mostrando que o mesmo setor encerra experiências e percursos diversos. Ainda que exploratória, a investigação de Wall e Nunes destaca-se por dar a conhecer um setor mais complexo e heterogêneo do que as análises anteriores supunham. Por outro lado, confirma o serviço doméstico como uma estratégia de sobrevivência para mulheres migrantes que muitas vezes garantem sozinhas o seu sustento e o de filhos/as: a condição de “interna” é assim entendida como um primeiro pouso que poderá permitir depois a obtenção de um emprego melhor, através de uma rede social que se espera crescente e cooperante.

Também Baptista (2011) enquadra o estudo do setor nos fluxos migratórios globais e corrobora uma progressiva substituição das mulheres portuguesas por estrangeiras, concluindo que este processo foi alimentado não só por dinâmicas do lado da oferta (em particular, a recusa do internato e de remunerações muito baixas por parte de mulheres portuguesas e a intensificação da chegada de mulheres estrangeiras), mas também por uma dinâmica fundamental do lado da procura: a contratação de imigrantes, sobretudo quando acompanhada de incumprimentos legais, permitiu manter reduzidos os custos de trabalho. Há outra constatação importante no trabalho de Baptista (2011): num período em que a sociedade procura qualificar-se e o mercado de trabalho se adapta a custo para responder a exigências de produtividade, tecnologia e especialização, o serviço doméstico permanece em larga medida alheio à profissionalização, preso a uma interpretação das suas funções como prolongamento das atividades reprodutivas e competência “natural” das mulheres.

A presença incremental de mulheres brasileiras e da Europa de Leste no serviço doméstico também refletiu e alimentou preferências das entidades empregadoras, que se alteraram ao longo do tempo (Pereira, 2013). Sob as

vestes da modernidade, o serviço doméstico contemporâneo é herdeiro de um imaginário colonial assente numa dicotomia entre metrópole e províncias, entre decisores e subordinados (Dias, 2013). No entanto, à imagem de um herdeiro numa família de carne e osso, também este pode renunciar a certos bens, transformar os modos de exercício do poder, conferir novos significados a velhas práticas.

Será aliás imprudente supor que os agentes coletivos se mantêm passivos ou inertes, como se nada de determinante ocorresse além de fluxos globais superpotentes (ao nível macro) e indivíduos com as suas estratégias pessoais de sobrevivência (ao nível micro). O que encontramos então ao nível meso, em particular quando olhamos à organização sindical ou patronal? Vieira (2010) estudou a experiência do Sindicato do Serviço Doméstico, criado logo após o 25 de Abril. Este sindicato, afiliado à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, desempenhou um papel importante na reivindicação dos direitos laborais das empregadas domésticas, quer através dos avanços legislativos pelos quais lutou, quer permitindo às mulheres que o integravam ganhos em termos de escolarização, tomada de consciência, identidade profissional e mobilização de classe. Começou a perder membros a partir de 1985, acabando por ser integrado no Sindicato dos Trabalhadores da Vigilância, Porteiros, Domésticas e Serviços Diversos. Destino semelhante teve o Sindicato Livre de Empregadas Domésticas, criado em 1976 e afiliado à União Geral de Trabalhadores, que acabaria desativado e com objetivos incorporados no Sindicato dos Trabalhadores Técnicos e dos Serviços (Abrantes, 2014a).

A somar aos obstáculos com que se confronta o movimento coletivo de trabalhadores/as nos tempos atuais, a organização sindical no serviço doméstico tem sido dificultada por uma multiplicidade de outros fatores: a atomização dos locais de trabalho, a informalidade, a desvalorização social, o viés de género e, tão ou mais relevante que tudo isso, a ausência de organização coletiva das entidades empregadoras. Outros atores da sociedade civil, tais como associações de mulheres e associações de migrantes, têm procurado apoiar e dar voz às reivindicações das trabalhadoras domésticas (Gomes, 2009; Abrantes, 2014a).

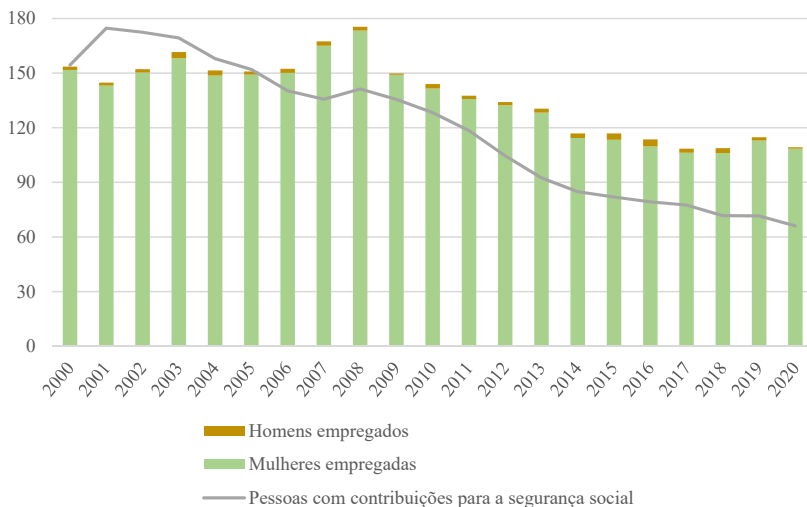
3. PONTOS DE CHEGADA, PONTOS DE PARTIDA

Apesar de tantos e tão úteis contributos, sentimos com frequência que o conhecimento acerca do serviço doméstico em Portugal é ainda limitado e incerto. Os números continuam a ser insuficientes para medir ou caracterizar o setor. De base amostral e trimestral, o Inquérito ao Emprego do Instituto Nacional de Estatística mostra-nos quantas pessoas estão empregadas no âmbito de “atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio”, constituído em grande parte – mas não na totalidade – pelo serviço doméstico. Tem, por outro lado, a vantagem de abarcar relações de trabalho formais e informais.

Como podemos ver através das barras do gráfico abaixo, este indicador registou um aumento na primeira década do século XXI, atingindo as 173 mil pessoas em 2008, a que se seguiu uma quebra acentuada no período da crise económica e uma relativa estabilidade nos anos mais recentes (situando-se nas 109 mil pessoas em 2020). Merece ser sublinhada a proporção extremamente elevada de mulheres, superando 99% em 2020. Por mais que o saibamos já, não cessa de nos espantar que um setor de trabalho seja, nos dias que correm, praticamente exclusivo de mulheres. Quanto ao peso desta categoria no emprego, podemos acrescentar que representava, em 2020, 4,6% do total de mulheres empregadas em Portugal (2,374 milhões, também de acordo com o Inquérito ao Emprego do INE).

O número de pessoas com contribuições efetuadas para a Segurança Social como trabalhadoras do serviço doméstico – representado no mesmo gráfico pela linha transversal às barras – já estava a decrescer nos anos anteriores a 2008, mas foi também a partir desse ano que a tendência de redução acelerou notoriamente, até se situar em 66 072 em 2020. As duas fontes aqui cruzadas não captam exatamente o mesmo grupo de pessoas, pelo que será precipitado tentar uma leitura comparada. O possível aumento da informalidade ao longo da última década destaca-se como hipótese a requerer examinação futura.

Pessoas empregadas em atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio e pessoas com contribuições para a Segurança Social como trabalhadoras do serviço doméstico, Portugal, 2000-2020 (em milhares)



Fontes: Instituto Nacional de Estatística (Inquérito ao Emprego) e Instituto de Informática do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (compilado e tratado por Pordata).

Nota: Quebra de série no Inquérito ao Emprego em 2011.

Continuamos a viver transformações substanciais em várias dimensões que sabemos determinantes para o serviço doméstico – do mercado de trabalho ao Estado social, dos papéis de género aos fluxos migratórios, da legislação laboral aos padrões demográficos. Detenhamo-nos em três exemplos concretos para perceber melhor a amplitude do nosso desconhecimento quanto às presentes dinâmicas do setor.

Primeiro, é evidente que uma parte do serviço doméstico corresponde à prestação de cuidados, nomeadamente a crianças e a pessoas idosas, mas não sabemos ao certo quanto nem como. O próprio conceito de cuidado permanece difuso. Folbre (2006), numa perspetiva da economia feminista, argumenta que todo o trabalho na esfera doméstica é trabalho de cuidado, podendo repartir-se em cuidados diretos (aqueles que envolvem interação física, como tomar conta, alimentar, vestir, lavar) e cuidados indiretos (limpar, cozinhar, lavar roupa, engomar). Esta terminologia parece-nos de

facto consentânea com a realidade empírica descrita quer por empregadas domésticas, quer pelas suas empregadoras, uma vez que até o trabalho solitário de limpar uma casa ou engomar roupa é executado, no caso da empregada doméstica, para conforto e usufruto de outrem (Abrantes, 2014a). Mesmo considerando apenas os cuidados diretos, é expectável um aumento continuado da procura face ao envelhecimento demográfico, às alterações das práticas familiares, às lacunas das políticas sociais e às desigualdades de género no trabalho pago e não pago (ILO, 2018). O carácter relacional do trabalho de cuidado limita a introdução de ferramentas tecnológicas no setor. Bastará acrescentar que, em 2016, cerca de 29% dos agregados familiares na Europa declaravam necessidades de serviços domiciliários de cuidado por colmatar, com amplas diferenças entre países – de 12% na Suécia a 86% em Portugal (EIGE, 2020, 84).

Um segundo exemplo remete para os movimentos de organização coletiva e para a introdução de diversas políticas públicas neste âmbito. A Convenção sobre o Trabalho Doméstico Digno da Organização Internacional do Trabalho foi ratificada até à data presente por 30 países, incluindo Portugal, e deu um ímpeto substancial para alterações das legislações nacionais, como no caso da Proposta de Emenda Constitucional aprovada no Brasil em 2013 (Oliveira, 2020). Fundada também em 2013, a International Domestic Workers Federation integra já 80 organizações: são sindicatos, associações ou cooperativas sediadas em 63 países diferentes, tais como Itália, Suíça, Bélgica, Holanda, Alemanha e Reino Unido, para mencionar apenas os mais próximos de Portugal. Há outros desenvolvimentos com impactos possíveis no setor. É o caso da introdução do Estatuto do Cuidador Informal na legislação portuguesa em 2019, fruto de um movimento social de auto-organização que trouxe para o debate público reivindicações em matéria de transportes, consultas médicas, apoio domiciliário, instituições de acolhimento especializadas ou direitos e deveres fiscais, bem como uma exigência mais ampla no plano simbólico: o reconhecimento do esforço e do sacrifício de todas as pessoas – sobretudo mulheres, mas também homens – que dedicam uma parte da sua vida a cuidar de quem não as pode dispensar (Soeiro, Araújo & Figueiredo, 2020).

Um terceiro exemplo é fornecido pela pandemia de COVID-19, que suscita novas e urgentes problemáticas relativamente à organização do trabalho de cuidado. Em diferentes partes do mundo, muitas trabalhadoras do

serviço doméstico viram-se brutalmente confrontadas com o desemprego, a desproteção social, a doença, o desalojamento, a fome (Dias, Brasão & Abrantes, 2020). As análises já realizadas a nível internacional situam estas trabalhadoras num cruzamento de vários fatores de risco: a exposição à infeção, o perigo de contagiar pessoas com debilidades de saúde (em particular, as pessoas idosas ou com deficiência de quem cuidam), a impossibilidade de exercer as suas funções em teletrabalho, a ampla informalidade dos vínculos e o tratamento secundário na legislação laboral e na proteção social, mesmo quando têm vínculo formal (ILO, 2020; Ad-PHS, 2020).

Por todas estas razões, o serviço doméstico continua a apresentar-se como um desafio premente às ciências sociais – um objeto de estudo que parece transformar-se a cada momento. A partir do conhecimento reunido nas páginas anteriores, formularemos agora quatro recomendações para a investigação vindoura. As recomendações são apresentadas sem qualquer ordem de prioridade, sendo aliás de sublinhar que se interligam e se convocam reciprocamente.

A primeira recomendação diz respeito à *teorização*. Sem prejuízo das particularidades do serviço doméstico em contextos geográficos e temporais específicos, importa consolidá-lo como problema científico e situá-lo com maior clareza nos quadros conceptuais que procuram compreender as dinâmicas de classe, género e trabalho, entre outras. Essa tarefa é imprescindível para localizarmos convenientemente o nosso objeto de estudo em transformações mais amplas como as perdas do trabalho para o capital (Crouch, 2011), os avanços das políticas de articulação trabalho-família (Marques, Casaca & Arcanjo, 2021) ou a reconfiguração dos sistemas globais (Sassen, 2007). Poderemos assim justapor as várias escalas de análise – global, regional, nacional, local e familiar – requeridas para compreender a estruturação do setor. A teoria social proporciona-nos também uma base de apoio mais sólida para conceitos que carecem ainda de consenso, como atrás observámos quanto à definição de cuidado.

A segunda recomendação é que melhoremos a *quantificação* do serviço doméstico. Não possuímos instrumentos para medir com suficiente fiabilidade a dimensão, a composição e o peso económico do setor, muito menos para realizar análises longitudinais rigorosas. Embora a vasta informalidade do setor coloque barreiras ao avanço neste domínio, devemos recordar-nos de que também o trabalho informal pode ser estimado.

O conhecimento das condições de trabalho, nomeadamente em matéria de remuneração, horário ou vínculo contratual, também beneficiaria de uma monitorização quantitativa. Colmatar esta lacuna, no entanto, não será tão fácil como pode parecer à vista desarmada. Além do reconhecimento público da sua necessidade, a tarefa exige a mobilização de ferramentas técnicas e administrativas adequadas às singularidades deste setor de trabalho, cuja atividade é desempenhada em casas particulares e raramente envolve atores institucionais.

Se queremos conhecer o setor em profundidade, as metodologias qualitativas serão tão ou mais necessárias. A terceira recomendação consiste, por conseguinte, num registo mais intensivo da *experiência*. Vários dos estudos revistos neste artigo apoiaram-se em entrevistas com trabalhadoras domésticas (e.g., Wall & Nunes, 2010; Baptista, 2011; Blétière, 2014) e um deles recorreu de forma mais ampla às ferramentas da história oral, incluindo por exemplo fotografias de arquivos pessoais (Brasão, 2010). Os dispositivos metodológicos já utilizados oferecem um ponto de partida promissor para o desenvolvimento continuado das técnicas de recolha e análise de dados, com vista a melhor captarmos as histórias de vida, os quotidianos de trabalho e as representações culturais em torno do serviço doméstico. As técnicas narrativas poderão ser úteis não só para a produção de conhecimento científico, mas também para a sua disseminação junto de públicos não académicos, para a preservação da memória histórica e para a promoção da participação democrática.

Quer os métodos quantitativos, quer os métodos qualitativos, correm o risco de contribuir inadvertidamente para leituras da realidade que se contentam em tomar o indivíduo como unidade de análise e de agência. A última recomendação é a de que nos empenhemos numa análise rigorosa da *ação coletiva*, atentando às práticas, aos discursos e às dinâmicas de inclusão e exclusão institucional. Isto poderá traduzir-se em estudos sobre movimentos sociais, análises de regimes jurídicos e de jurisprudência, avaliações comparadas de políticas públicas em diferentes países, investigações etnográficas das distâncias entre lei e prática. Assim contribuiremos também para uma compreensão mais detalhada das hipóteses de transformação e para o desenho de estratégias que favoreçam a dignificação do trabalho.

Estas quatro recomendações – às quais, para maior clareza, atribuí as designações *teorização*, *quantificação*, *experiência* e *ação coletiva* – são

todas elas atravessadas pelos benefícios da pluridisciplinaridade. A investigação sobre o serviço doméstico tem adquirido particular dinamismo quando integra contributos de diversas áreas do saber, incluindo a sociologia, a história, o direito, a psicologia e a economia, entre outras que poderiam ser referidas. É aliás comum uma destas disciplinas formular interrogações às quais só conseguirá responder adequadamente convocando alguma das demais. Vale a pena reforçar pontes entre as diferentes áreas de estudo.

NOTAS FINAIS

Uma teia complexa de desigualdades de classe e de género, a par de dinâmicas de precarização do emprego e de globalização dos fluxos migratórios, explica a persistência e a transformação do serviço doméstico em Portugal. Cento e cinquenta anos volvidos sobre *O Capital* de Marx, as várias vagas de pensamento feminista entretanto decorridas suscitaram uma e outra vez o debate sobre a desejabilidade ou indesejabilidade do serviço doméstico. Se a luta pelo reconhecimento das tarefas desempenhadas neste âmbito conduzir a uma mudança estrutural do setor ou a uma legitimação da servilidade é uma questão que continuará provavelmente a motivar as mais acesas argumentações. Talvez a esse respeito só tenham crescido as dúvidas, não as certezas. A investigação realizada até ao momento, em todo o caso, tem o mérito de abrir as portas das casas particulares ao conhecimento científico.

Procurei neste artigo sintetizar o que sabemos e organizar as interrogações, delineando ainda um conjunto de recomendações para prosseguirmos o trabalho. Tendo em conta a abundância de problemas identificados no campo do serviço doméstico, é razoável esperar que também a investigação futura contribua para os mitigar através da produção de conhecimento rigoroso e crítico, acessível ao público não académico e com especial utilidade para as organizações que se mobilizam diariamente no terreno para encontrar soluções à escala individual ou coletiva. Que o futuro, seja ele qual for, permita materializar os princípios de justiça social que nos inspiram e contrariar as múltiplas penalizações que ao longo dos tempos têm recaído sobre as trabalhadoras do serviço doméstico.

N. A.

Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no XI Congresso Português de Sociologia, a 30 de março de 2021. Várias pessoas, em ocasiões distintas, partilharam comigo sugestões e reflexões que me permitiram aprofundar os aspetos aqui tratados. Estou particularmente grato a Sara Falcão Casaca, João Peixoto, Inês Brasão, Nuno Dias, Verónica Policarpo e Pedro Abrantes, bem como às/aos revisoras/es do artigo pela sua leitura e comentários atentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrantes, M. (2013). A matter of decency? Persistent tensions in the regulation of domestic service. *Revista de Estudos Sociais*, 45, 110-22.
- Abrantes, M. (2014a). *Out of the penumbra: Dispute and alliance in domestic service employment relationships*. (Tese de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações). Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa.
- Abrantes, M. (2014b). What about the numbers? A quantitative contribution to the study of domestic services in Europe. *International Labour Review*, 153(2), 223-243.
- Ad-PHS – Advancing personal and household services (2020). *The Short-Term Impact of Covid-19 on the Field of PSH and Support Measures in 21 EU Member States*. Disponível online, consultado a 3/4/2021: https://ad-phs.eu/ht8ag2/uploads/2020/12/ad-phs-covid_report_december-2020_final_editing.pdf.
- Anderson, B. (2000). *Doing the dirty work? The global politics of domestic labour*. London: Zed.
- Baptista, P. (2011). *Imigração e trabalho doméstico: O caso português*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Beechey, V. (1979). On patriarchy. *Feminist Review*, 3: 66-82.
- Bletière, V. (2014). *Fadas no lar: O reconhecimento do trabalho doméstico*. Tese de Doutoramento em Sociologia, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
- Brasão, I. (2010). *A condição servil em Portugal: Memórias de dominação e resistência a partir de narrativas de criadas*. (Tese de Doutoramento em Sociologia e Economia Históricas). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Casaca, S. F. (ed.) (2012). *Mudanças laborais e relações de género: Novos vetores de (des) igualdade*. Coimbra: Fundação Económicas & Almedina.

- Casaca, S. F. (2013). As novas dinâmicas laborais e os desafios da articulação com a vida familiar. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 72, 31-52.
- Casaca, S. F., & Damião, S. (2011). Gender and well-being in the labour market: Gender (in)equality in the labour market and the southern European welfare states. In E. Addis, P. Villota, F. Degavre & J. Eriksen (eds.), *Gender and well-being: The role of institutions* (pp. 183-99). Farnham: Ashgate.
- Casaca, S. F., & Peixoto, J. (2010). Flessibilità e segmentazione del mercato del lavoro in Portogallo: Genere e immigrazione. *Sociologia del Lavoro*, 117, 116-133.
- Catarino, C., & Oso, L. (2000). La inmigración femenina en Madrid y Lisboa: Hacia una etnización del servicio doméstico y de las empresas de limpieza. *Papers*, 60, 183-207.
- Crouch, C. (2011), *The strange non-death of neoliberalism*. Cambridge: Polity Press.
- Dias, N. (2013). A colónia, a metrópole e o que veio depois dela: para uma história da construção política do trabalho doméstico em Portugal. In N. Domingos & E. Peralta (orgs.), *Cidade e império: Dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais* (pp. 525-556). Lisboa: Edições 70.
- Dias, N., Brasão, I., & Abrantes, M. (2020). Work without borders: contemporary perspectives on paid domestic services and the care sector. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 40: viii-xii.
- Ehrenreich, B., & Hochschild, A. R. (eds.) (2002). *Global woman: Nannies, maids and sex workers in the new economy*. Nova Iorque: Owl.
- EIGE – European Institute for Gender Equality (2020). Gender Equality Index 2019 – Work-life balance. Vilnius: EIGE.
- Ferreira, V. (1981). Mulheres, família e trabalho doméstico no capitalismo. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 6, 47-86.
- Figueiredo, M. C., Suleman, F., & Botelho, M. C. (2016). Workplace abuse and harassment: The vulnerability of informal and migrant domestic workers in Portugal. *Social Policy and Society*, 17(1), 65-85.
- Folbre, N. (2006). Measuring care: Gender, empowerment and the care economy. *Journal of Human Development* 7(2), 183-199.
- Fraser, N. (2016). Contradictions of capital and care. *New Left Review*, 100, 99-117.
- Gomes, P. (2009). O trabalho doméstico e as organizações de apoio: Estudo comparativo sobre os sindicatos e associações de apoio ao trabalho doméstico e à luta pela sua visibilidade e reconhecimento social. *Working Paper 2009/77, Dinâmia'CET-IUL*.
- Guerreiro, M. D. (2000). *Employment, family and community activities: A new balance for women and men*. Eurofound – European Foundation for the Improvement of

- Living and Working Conditions, disponível online, consultado a 3/4/2021: <http://www.eurofound.europa.eu/pubdocs/2000/112/en/1/efoo112en.pdf>.
- Guibentif, P. (2011). Rights perceived and practiced: Results of a survey carried out in Portugal as part of the project “Domestic Work and Domestic Workers: Interdisciplinary and Comparative Perspectives”. *Working Paper 2011/01, Dinâmia’CET-IUL*.
- Huws, U. (2019). The hassle of housework: digitalisation and the commodification of domestic labour. *Feminist Review, 123*, 8-23.
- ILO – International Labour Organisation (2020). *Beyond contagion or starvation: Giving domestic workers another way forward*. Genebra: International Labour Office.
- ILO – International Labour Organisation (2018), *Care work and care jobs for the future of decent work*. Genebra: International Labour Office.
- ILO – International Labour Organisation (2013a). *Domestic workers across the world: Global and regional statistics and the extent of legal protection*. Genebra: International Labour Office.
- Isaksen, L. W., Devi, U., & Hochschild, A. R. (2008). Global care crisis: mother and child’s-eye view. *Sociologia, Problemas e Práticas, 56*, 61-83.
- Marques, S. R., Casaca, S. F., & Arcanjo, M. (2021) Work-family articulation policies in Portugal and gender equality: advances and challenges. *Social Sciences, 10*: 119; <https://doi.org/10.3390/socsci10040119>.
- Marx, K. (1975[1867]). *O capital*. Viséu: Delfos.
- Meersschaert, L. (1986). Alguns contributos para o estudo da identidade das empregadas domésticas em Portugal. *Análise Social, XXII(92-93)*, 633-42.
- Oliveira, S. (2020). *The recognition of domestic workers’ labor rights and the debate over the legacy of slavery In Brazil*. (Tese de Mestrado em Estudos Internacionais). ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
- Parreñas, R. (2012). The reproductive labour of migrant workers. *Global Networks, 12(2)*, 269-275.
- Peixoto, J. (2009). New migrations in Portugal: labour markets, smuggling and gender segmentation. *International Migration, 47(3)*, 185-210.
- Pereira, S. (2013). Replacement migration and changing preferences: immigrant workers in cleaning and domestic service in Portugal. *Journal of Ethnic and Migration Studies, 39(7)*, 1141-1158.
- Perista, H. (coord.), Cardoso, A., Brázia, A., Abrantes, M., & Perista, P. (2016). *Os usos do tempo de homens e de mulheres em Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos para a Intervenção Social e Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

- Rodrigues, C. (2018). *O tempo de trabalho no contrato de serviço doméstico*. (Tese de Mestrado em Direito). Universidade Católica Portuguesa.
- Sassen, S. (2007). *Asociology of globalization*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company.
- Soeiro, J., Araújo, M., & Figueiredo, S. (2020). *Cuidar de quem cuida: Histórias e testemunhos de um trabalho invisível. Um manifesto para o futuro*. Lisboa: Objectiva.
- Torres, A. (2008). Women, gender and work: The Portuguese case in the context of the European Union. *International Journal of Sociology*, 38(4), 36-56.
- Vieira, C. (2010). *A educação e a dinâmica de auto-organização das empregadas domésticas portuguesas do Sindicato do Serviço Doméstico (1960-1985)*. (Tese de Doutoramento em Ciências da Educação). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra.
- Wall, K. (coord.), Cunha, V., Atalaia, S., Rodrigues, L., Correia, R., Correia, S. V., & Rosa, R. (2016). *Livro branco – homens e igualdade de género em Portugal*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Wall, K. & Nunes, C. (2010). Immigration, welfare and care in Portugal: Mapping the new plurality of female migration trajectories. *Social Policy and Society*, 9(3), 397-408.

Receção: 04/04/2021

Aceite para publicação: 03/05/2021

..... DOI: <https://doi.org/10.34619/zfl8-oejk>

* Este artigo recebeu o apoio do CHAM (NOVA FCSH / UAç), através do Projeto Estratégico patrocinado pela FCT (UIDB/04666/2020).

** Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade dos Açores, Centro de Humanidades, 1069-061, Lisboa, Portugal
Universidade Lusíada de Lisboa, 1349-001 Lisboa
<https://orcid.org/0000-0002-8607-3256>
mmrendeiro@fcsh.unl.pt

Mulher, o poder da sua voz como contestação ao poder estabelecido:

Uma leitura de
O meu amante de domingo (2020)
de Alexandra Lucas
Coelho*

MARGARIDA RENDEIRO**

Resumo. Defendo neste artigo que em *O meu amante de domingo* de Alexandra Lucas Coelho, o exercício social dos afetos é exercício de não conformismo perante a subalternização e invisibilização da mulher, conferindo-lhe existência particular. Por outro lado, defendo que esta escrita é um exercício antropofágico, partindo da escrita que a faz “outra” para criar uma voz própria e individual. A linguagem desta narradora, senhora da sua própria história, é dura e desbragada, mas é na afirmação da sua fala e no absoluto controlo da sexualidade do seu corpo que assegura a sua pulsão de vida.

Palavras-chave: mulher; exercício social dos afetos; corpo feminino; antropofagia; Alexandra Lucas Coelho.

Woman, the power of her voice to contest the established power: Reading Alexandra Lucas Coelho's *O meu amante de domingo* (2020). In this article, I will argue that in this novel the exercise of passion corresponds to the exercise of non-conformism against women's subalternization and invisibility, empowering them. Furthermore, I will also argue that writing becomes an anthropophagic exercise that builds an individual voice upon the writing that domesticates women's othering. The narrator is the master of her own story and her language is crude but it is her locus of enunciation and her absolute control of her own body that preserves her life drive.

Keywords: woman; social exercise of affection; female body; anthropophagy; Alexandra Lucas Coelho.



O homem antes do génesis, igual a peixe ave-besta-réptil, antes que deus o faça presidir, e ainda tire dele uma mulher: não sou essa mulher.
Alexandra Lucas Coelho, *O meu amante de domingo*.

Pois que toda a literatura é uma longa carta a um interlocutor invisível, presente, possível ou futura paixão que liquidamos, alimentamos ou procuramos.

Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa,
Novas cartas portuguesas

O meu amante de domingo de Alexandra Lucas Coelho foi publicado em 2014, ano em que se assinalou o 40.º aniversário do 25 de Abril de 1974. Este ano é igualmente o ano em que o processo judicial que ficou conhecido como o *Caso das três Marias*, um dos mais mediáticos em Portugal, cuja visibilidade foi muito devedora da repercussão internacional que atingiu, conheceu o seu desfecho, determinado pela Revolução dos Cravos, ocorrida pouco mais de uma semana antes. A 7 de maio de 1974, as rés Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa foram absolvidas num processo que as levava a tribunal em fevereiro de 1973, na sequência da publicação de *Novas cartas portuguesas* (NCP), obra escrita a seis mãos que

o governo português de então considerou ter um “conteúdo insanavelmente pornográfico e atentatório da moral pública” (Barreno, Horta & Costa, 2010, p. XVIII). A sentença que promulgava a absolvição das três escritoras concluía que a obra *NCP* não era nem pornográfica, nem imoral; era uma obra de arte de elevado nível a par das outras obras antes publicadas pelas escritoras. E é, de facto, uma importantíssima obra literária. *NCP*, trabalhada a partir da obra *Cartas Portuguesas* publicada numa edição bilingue em Portugal, traduzida por Eugénio de Andrade, em 1969, antecipa uma série de posicionamentos literários, sociológicos e políticos que foram desenvolvidos nas décadas seguintes, nomeadamente pelos Estudos Feministas, os Estudos de Género, os Estudos Pós-coloniais e a Teoria *Queer*, que colocaram em destaque – e dentro da academia – perspetivas críticas sobre as vozes subalternizadas, nomeadamente, as das mulheres, e expuseram a discriminação e a violência ligada à diferença sexual (Amaral et al., 2012).

A feliz coincidência do ano de publicação do romance de Lucas Coelho e das efemérides assinaladas convida a uma leitura da narrativa à luz de uma continuidade de algumas das preocupações centrais que ocuparam Barreno, Horta e Costa em 1972. De facto, a relevância de uma leitura de *NCP* nos dias de hoje deve-se, como bem descreveu Maria Alzira Seixo (1998), à possibilidade de confrontar os tempos passado e presente e perceber o que mudou do início da década de 70 para a atualidade. Seixo também destacou a complexidade ao nível do texto, conseguida através do hibridismo de géneros literários, da construção da alteridade, da complexidade das vozes narrativas e da interpelação da História, construída enquanto fundamentação causal e temporal do presente; por outras palavras, a perceção de que o modo como as três autoras reescreveram as cartas da Soror Mariana Alcoforado tem uma intenção paródica que cria um efeito de tensão ao longo da narrativa.

O meu amante de domingo é uma narrativa sobre abandono, traição, raiva e fúria; raiva e fúria consequentes da traição e abandono a que a narradora foi sujeita e também suscitadas pelo estado do país em 2014. De um modo semelhante, a escrita de *NCP* é substancialmente condicionada pelo estado de Portugal, entretanto já nos últimos anos do Estado Novo. Nela perpassam a guerra colonial, a violência sexual circunscrita ao espaço doméstico marcadamente patriarcal, a emigração forçada pela pobreza e a estratificação social, como também estão presentes o abandono, o suicídio,

como expressão última de desespero, a raiva e o desejo femininos. Como defende Amaral, ao ousar tratar o corpo e o desejo femininos, nas suas variadas expressões, *NCP* inscreve-os “nesse espaço de reivindicação de reconhecimento dos direitos sociais, jurídicos, económicos e culturais das mulheres” (Amaral, 2013, pp. 9-10). E é precisamente este gesto de escrita que se encontra igualmente subjacente em *O meu amante de domingo*, reivindicando o reconhecimento dos direitos das mulheres através do seu corpo e da sua linguagem, desconstruindo os estereótipos femininos da contenção e da fragilidade ao mesmo tempo que, à semelhança de *NCP*, desconstrói uma tradição literária, dialogando com outros textos, e inscreve nela a sua voz. Deste modo, encetar um diálogo entre a narrativa de Lucas Coelho e a obra de Barreno, Horta e Costa abre espaço a uma reflexão sobre a condição feminina e sobre o estado de Portugal ao fim de 40 anos de democracia portuguesa.

Em 2014, Portugal não é seguramente o mesmo país de 1974. Contudo, este ano insere-se num período particularmente dramático em Portugal, na sequência de um pedido de resgate financeiro à Troika, nome atribuído ao trio institucional composto pelo Banco Central, o Fundo Monetário Internacional e a Comissão Europeia, em 2011. As medidas de austeridade financeira decorrentes deste pedido de resgate tiveram um impacto social devastador. Decorrido um ano desde a implementação destas medidas, o nível de desemprego disparou para valores acima dos 15% e a percentagem dos jovens portugueses (15-24 anos) que estava em situação de desemprego em 2013 ultrapassou os 37%, sendo superior a 40% entre as mulheres jovens, e mais do que duplicou desde 2008 (Organização Internacional do Trabalho, 2013, p. 11). A emigração foi a solução encontrada para muitos portugueses. Abordando especificamente a situação das mulheres em Portugal, e de acordo com um inquérito aos Ganhos e à Duração do Trabalho realizado pelo Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia em 2013, a taxa de desemprego entre as mulheres passou de 8% em 2008 para 16,4% em 2013, tendo sido sempre superior à registada dos homens, com exceção do ano de 2012. O número real de mulheres desempregadas e subocupadas foi 755,5 mil, correspondendo a uma taxa de 27,6% em 2013. No mesmo ano, a desigualdade salarial rondava os 18% em média, com o agravamento desta diferença nos níveis mais elevados de qualificação. Nos Quadros Superiores, o diferencial registou 25,2%, de acordo com os dados dos Quadros de Pessoal

em 2012. Assim, o desemprego e a precariedade durante os tempos de crise afetaram todos os portugueses em geral, mas registaram uma particular incidência nas mulheres que, simultaneamente, continuaram a ser vítimas da desigualdade salarial. A protagonista e narradora de *O meu amante de domingo* é o espelho de muitas mulheres portuguesas qualificadas durante este período: doutorada na área de Humanidades pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Nova de Lisboa, muda-se para o Alentejo, onde pode aspirar a melhores condições de vida, desloca-se a Lisboa num *Lada Niva* de 1994 e vive precariamente como revisora de texto. Se em 1974, a situação das mulheres em particular e a do país em geral merecia sentimentos de não conformismo, em 2014, são esses mesmos sentimentos que também emergem com a profunda crise social, agravada pela persistente desigualdade entre sexos. Aliás, o número de pessoas que vieram protestar para as ruas portuguesas durante os anos de crise é demonstrador da indignação que tomou a população durante este período; de acordo com a imprensa nacional, cerca de um milhão de pessoas encheu as ruas do país durante as manifestações nacionais organizadas pelo movimento *Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas!* em 2013.

Deste modo, e porque “toda a literatura é uma longa carta a um interlocutor invisível, presente, possível ou futura paixão que liquidamos, alimentamos ou procuramos” (Barreno et al., 2010, p. 3) e a literatura está inevitavelmente ligada ao mundo, neste artigo defenderei, por um lado, que, em *O meu amante de domingo*, o exercício da paixão corresponde ao exercício do não conformismo perante a subalternização da mulher, a desigualdade e a precariedade e, particularmente, no que toca à tomada da sua voz por outrem. Este aspeto aproxima a obra de Lucas Coelho e *NCP* enquanto parte mobilizadora do *exercício social dos afetos* (Amaral, 2013) e recupera a característica de *excesso* apontada por Maria de Lurdes Pintasilgo no seu Pré-Prefácio à edição de *NCP* em 1972, incluído na edição anotada e organizada por Ana Luísa Amaral em 2010⁽¹⁾. Não existe contenção na obra de Lucas Coelho: os sentimentos são extremados e a linguagem que os exprime é direta e crua. Por outro lado, defenderei que, em *O meu amante*

1 “Porque rompem, extravasam. Daí que as Novas Cartas Portuguesas se caracterizem antes de mais pelo excesso. Excessivas as situações, excessivo o tom, excessivas as repetições dum mesmo acto, excessivo afinal todo o livro que vai terminando sem realmente terminar, como se tal excesso não coubesse nas dimensões normais” (Barreno, Horta & Costa, 2010, pp. XXVII-XXVII).

de domingo, o exercício de escrita é um exercício antropofágico, expandindo a ideia introduzida pela própria narradora: “o livro seria uma espécie de antropofagia” (Coelho, 2020, p. 89). A antropofagia, enquanto parte de rituais religiosos indígenas, tinha um significado particular: comia-se o inimigo como forma de demonstrar o respeito e desejo de adquirir as suas características mais fortes. Nesta obra de Lucas Coelho, a narrativa encena-se a ela própria e, com minúcia arqueológica, analisa a construção do chamado cânone literário, desconstruindo-o para inscrever a voz e a figura femininas, sistematicamente descritas por interposta voz e estereotipadas, dando-lhes existência corpórea e espaço próprios, plenos de vida; como se afirma em *NCP*, para que, no fim, se possa afirmar: “Guerreiros, nós, mulheres de corpo inteiro e segura mão” (Barreno et al., 2010, p. 32).

|

Em *O meu amante de domingo*, a narradora é uma mulher de 50 anos, loura, doutorada, revisora de texto e recém-mudada para o Alentejo, que se desloca aos domingos a Lisboa no seu *Lada Niva* de 1994 para cuidar da gata de uma amiga, que está no Rio de Janeiro a fazer pesquisa, e nadar. Na sequência de uma avaria do seu carro, conhece um mecânico que se torna o seu amante de domingo. Entretanto, planeia a morte de um homem 16 anos mais novo do que ela, o caubói, com quem se envolveu durante um mês e começa a escrever a história dessa vingança. Nesta história, nem a narradora nem as personagens têm nomes próprios: o mecânico, que é igualmente referido como o amante de domingo, o caubói, o amigo de Nafarros ou “o futuro Nobel”, e Apolo, o homem que ela conhece na piscina, referido em termos de padrões estéticos comparativos.

Nesta narrativa, as identidades sexuais constroem-se em torno e a partir da escrita. Como afirma Ramalho, “a língua, a linguagem, o discurso, a tradução, a representação, a semântica, o simbólico, os valores e os sentidos são poderosos instrumentos do estar-a-ser-sexual em qualquer narrativa” (2002, p. 557). A voz narradora, a única voz feminina nesta narrativa, resiste e desconstrói, até sob o ponto de vista físico, estereótipos femininos. A personagem é loura e potencialmente poderia enquadrar-se num estereótipo de beleza feminina ocidental, mas mantém o cabelo curto

para que seja mais prático mantê-lo minimamente apresentável e praticar natação. Além disso, é estéril e nunca sentiu uma particular apetência para a maternidade. Por outro lado, é divorciada, tendo uma lista de “casamentos, divórcios, uniões de facto, separações, triângulos, quadrados, flirts, casos romances, vícios de cama, amantes-amigos, amigos para sempre” (Coelho, 2020, p. 36). A vida sexual avança impelida pela sua própria iniciativa e escolha. Ao contrário das restantes personagens, não se confina a um espaço, deslocando-se entre o interior e o litoral, da mesma forma que decidiu deixar o Norte e rumar para a capital para estudar. É senhora de si e delimita o seu espaço, o acaso e as circunstâncias e não o contrário. Num claro jogo com a novela *Saudades* de Bernardim Ribeiro, a narradora subverte a frase inicial para sublinhar a vontade que lhe ditou o caminho desde o início: “Assim menina e moça *me levei* de casa dos meus pais até às cavalariças da Universidade Nova de Lisboa” (Coelho, 2020, p. 35, itálico meu)⁽²⁾. Por outras palavras, a construção da figura da narradora feminina contraria quaisquer expectativas de conformação com um modelo de mulher passiva, dotada para a maternidade numa sociedade que, embora seja bastante diferente da sociedade portuguesa do início da década de 70, continua estruturalmente patriarcal, conforme o atestam as estatísticas.

Talvez pergunte porque nunca pude ter filhos, não sei sequer se os teria tido. Seja como for, isso só significa que teve escolha terá perguntas que eu não tenho, tal como eu tenho perguntas que quem teve escolha não tem. Quanto a dados relevantes na história clínica, é o que é. E, como diria Leonard Cohen, para acabar com a canção, nem sequer penso assim *tanto* nisso. (Coelho, 2020, pp. 37-38)

A esterilidade faz parte da história clínica da narradora e a possibilidade da maternidade, mesmo por via da adoção, é uma escolha que não a define enquanto mulher. A este propósito, lembra-se o texto “A Mãe”, incluído nas *NCP*, que se debruça precisamente sobre a maternidade

2 Em *NCP*, as vozes narradoras recorrem igualmente à mesma frase inicial da novela de Bernardim Ribeiro para, através de uma adulteração paródica semelhante: “Moças só meio meninas bem largadas de casa de seus pais” (2010, p.6) para elaborar sobre a ausência da figura da mãe. É a expressão original “me levaram de casa da minha mãe” que contém o princípio da mulher objetificada, sem possibilidade de agenciamento que é questionado.

enquanto fardo opressivo imposto à mulher, quando aquela não decorre de uma escolha livre (Barreno et al., 2010, pp. 117-119). Na narrativa de Coelho, essa escolha faz-se pela negativa e sem hesitações, apesar de a possibilidade da adoção poder “corrigir” uma suposta falha natural que poderia limitar uma “inclinação natural” feminina. Em *O segundo sexo*, Beauvoir (1949) critica um essencialismo que aprisiona a mulher numa categoria ideal, negando haver um qualquer destino biológico, psicológico ou económico que determine o papel social da mulher. Também em *O meu amante de domingo*, a narradora define-se essencialmente pela negação de um qualquer destino que não seja o decorrente das suas escolhas.

O próprio título desta narrativa é um primeiro sinal do que se anuncia como não conformação a quaisquer modelos e imposição da vontade e da existência da mulher, sublinhada pelo determinante possessivo “meu”. Como vai ser explorado mais à frente, nesta narrativa a discursividade é uma forma de resistir, assegurando a sua sobrevivência num mundo em que continua a ser tão fácil uma voz masculina apropriar-se da voz e da experiência femininas. Falar em nome de, atribuir sentido, invisibilizar, em vez de dar voz própria:

Falar, e especialmente escrever a partir de uma tal posição, é apropriar o mundo, controlá-lo através do domínio da linguagem. O discurso simbólico, a língua em vários contextos, é outro meio através do qual o homem objectifica o mundo, o reduz aos seus termos, fala em nome de tudo e de todos – incluindo as mulheres. (Jones, 2002, p. 76)

Neste sentido, se narrar é apropriar-se do mundo, narrar é igualmente resistir a uma rasura e a uma secundarização da existência. Os estereótipos são desconstruídos como um exercício de não conformismo com papéis de género socialmente pré-determinados. Para a narradora de *O meu amante de domingo*, à semelhança também de *NCP*, o exercício de não conformismo passa igualmente pelo uso desconstrutor da linguagem. Sendo a narradora natural do Canidelo, a narrativa serve-se do estereótipo do uso do palavrão como típico da região norte do país: “Aí, toda a gente diz que os cinquenta são os novos trinta. *Mas* como eu sou do Canidelo, concelho de Vila Nova de Gaia, o que eu digo é, quero o meu pescoço de volta, caralho” (Coelho, 2020, p. 16, *itálico meu*). Os palavrões que mais diretamente se referem à sexualidade

são simultaneamente objeto de proibição e de desejo. Estipulando o que pode ser ou não dito, são sinónimo de transgressão. Vaneigem sublinha que “a proibição incita à transgressão. O que é recalcado suscita o furor da catarse e as astúcias do ressentimento” (2004, p. 32). Em *O meu amante de domingo*, o uso do palavrão corresponde ao exercício transgressor da linguagem apaziguadora, moderada e conformada, aquela que é usada na capital, centro político e económico do país, que nas palavras da narradora se expressa com “uma gravata na língua”. Servindo-se do estereótipo associado ao uso regional de obscenidades, a narradora usa o palavrão para se insurgir contra a contenção e a moderação que conduziram às “utopias falhadas de 2014” (Coelho, 2020, p. 20) e resistir a uma situação de limiar porque “a banalidade do mal é isto, nem ricos nem pobres, remediados. Portugal é um país de filhos de remediados, a começar por mim” (Coelho, 2020, p. 66). A catarse que emerge do palavrão é o apelo à ação para contrariar a abulia e a depressão, o murro na mesa necessário, e, por isso mesmo, a obscenidade na narrativa não é gratuita porque reforça a ligação entre a literatura e a vida, dando-lhe a força da emoção em nome próprio:

– Eu queria sair de casa dos meus pais, foi por isso que pus Lisboa em primeiro lugar. Mas nunca falei como se fala em Lisboa, foda-se. O lisboeta tem uma gravata na língua, acha que o palavrão é para quando se descuida. Não entende que é ele quem faz do palavrão um descuido. Todo o palavrão tem arte, a gente lá de cima sabe. (Coelho, 2020, p. 86)

[...] sempre tive um problema com a autoridade, nunca deixei de dizer caralho quando me apetece, e dê lá por onde der sou tão livre quanto me sinto livre. A fúria é uma estranha forma de vida, mas não muito mais estranha do que o fado, talvez um fado virado do avesso. (Coelho, 2020, p. 37)

É uma outra forma de *excesso*, para retomar a palavra usada por Maria de Lurdes Pintasilgo, porque a fúria extravasa a contenção na escrita.

Em *O meu amante de domingo*, a resistência à rasura passa por uma reflexão sobre a literatura, convocando obras de diferentes autores literários que, de uma forma ou de outra, pensaram a mulher e, sobretudo, falaram em seu nome: os brasileiros Nelson Rodrigues, Euclides da Cunha e Machado de Assis, o francês Balzac, e os irlandeses Joyce e Beckett. Existiram mulheres

nas vidas destes autores que, por força da circunstância, já que “não tomavam a palavra” (Coelho, 2020, p. 19), permaneceram invisibilizadas porque as suas palavras e a sua experiência foram tomadas pelo Outro masculino. Deste modo, o Eu feminino transmutou-se em Outro feminino. Foi o caso de Rodrigues, cujas crônicas frequentemente teceram generalizações sobre as mulheres; de Cunha cuja mulher, Anna Ribeiro, teve um romance aceso com um tenente mais novo do que ela já depois da publicação dos *Sertões*, mas acabou os seus dias sozinha e abandonada; Balzac cuja *Comédia humana* assentou num exercício de observação que “soube ver dentro das mulheres como poucos”, nomeadamente em *A mulher de trinta anos* (Coelho, 2020, p. 121); Joyce, cujo monólogo de Molly Bloom em *Ulisses* não teria sido escrito sem a experiência do casamento de Joyce com Nora Barnacle; e Beckett, não fora a sua obsessão em se tornar num novo Joyce, poderia ter querido apaixonar-se por Lucia, filha de Joyce, que terminou os seus dias num hospício. Não obstante o poder de observação e a mestria da palavra serem inquestionáveis quando se trata de falar de qualquer destes autores e das suas obras, a questão central é que correspondem a um ponto de vista sobre a mulher que não é necessariamente *o da mulher* ou *o de todas as mulheres*. Por outro lado, o objeto observado é alvo de um julgamento social implícito:

Antigamente dizia-se tomar amante, aliás, os homens diziam. [...] Mulheres solteiras não tomavam amantes, quando tomavam eram putas, e de qualquer forma não tomavam a palavra. (Coelho, 2020, p. 19)

Esta conclusão é explanada na primeira pessoa e no que à narradora lhe diz respeito:

Assim deitada entre o mecânico e os fantasmas, dou-me conta, quase com fascínio literário, de como a minha vida pode ser observada por quem está de fora, considerando que não tenho marido, filhos, livros publicados, nem emprego fixo apesar do doutoramento. Se a observação externa depende mais da natureza do observador do que do observado, alguém com uma carreira verá em mim o fracasso, para um cínico serei neurótica e um cristão terá compaixão de mim. Tudo isso não deixa de ser filosoficamente verdade, apenas não é a parte decisiva da verdade, porque eu não me vejo assim, e ninguém está tão destinado à minha vida quanto eu. (Coelho, 2020, pp. 36-37)

Assim, no título desta narrativa, *O meu amante de domingo*, vemos a convocação da palavra em nome próprio que antecede uma escrita de alguém que não aceita nem se contenta em ser observado e que resgata com fúria o direito à expressão da sua existência na primeira pessoa, desafiando o padrão social sustentado no desafio do padrão linguístico.

Em *O meu amante de domingo*, é o olhar feminino, o da narradora, que determina o olhar sobre o mundo e sobre as restantes personagens. Desta forma, nega a possibilidade de esse olhar se reverter para si enquanto objeto de contemplação ou de desejo. Em *NCP*, o texto “O Corpo” (Barreno et al., 2010, pp. 175-176), a aparente contemplação do nu feminino que se revela no fim como contemplação de um corpo nu masculino é a inversão dos pontos de vista na relação entre sujeito observador e objeto observado indicadora do desafio à noção de identidade sexual e de papéis sexuais. Em *O meu amante de domingo*, este jogo não existe; a contemplação do corpo nu é sempre a contemplação do corpo masculino, estando o corpo feminino sempre resguardado de olhares terceiros. É a voz feminina que se permite desconstruir a masculinidade:

Era um pau com que se podia trabalhar. Não muito comprido mas grosso, pelo menos no estado apopléctico em que eu o via. Não muito comprido não quer dizer curto: era ok. Foi o que lhe disse, sem mentir (o que do ponto de vista dos gajos pode querer dizer: cruelmente sem mentir), quando ele me perguntou, já fora da cama, o que eu achava do seu *menino*. As minhas sobranceiras devem ter subido testa acima. E respondi, rindo e repetindo, como se isso dobrasse a valer: é ok, é ok. (Coelho, 2020, p. 29)

No caso particular das personagens masculinas de *O meu amante de domingo*, estas são construídas a partir de estereótipos masculinos, reverendo uma estratégia que a tradição literária mostrou ser uma constante nas obras consagradas narradas por vozes masculinas, falando pelas mulheres; tal como a narradora afirma quando se dirige a Balzac:

Com a simplicidade da alma que o caracteriza, caro amigo, estou certa de que o intervalo de séculos entre as nossas linguagens não o impedirá de tomar a minha pelo que ela é, tal como a sua sempre foi: a própria mensagem. (Coelho, 2020, p. 126)

Lembrando as palavras de Butler, “minha situação não deixa de ser minha só porque também acontece com outra pessoa, e meus atos, embora sejam individuais, reproduzem, ainda assim, a situação do meu gênero, e o fazem de diferentes maneiras” (Butler, 1988, p. 78). Em *O meu amante de domingo*, é a experiência da narradora que a habilita a expressar-se da forma como se expressa e confere autoridade à sua própria voz e à sua própria mensagem. Aqui, a voz narradora feminina fala sobre o universo masculino, por um lado, expondo a sua própria subjetividade e, por outro lado, num exercício de desconstrução, mostra como a estereotipificação de gênero é impeditiva de se ir mais além dos limites impostos por uma visão tipificada. A este propósito, a construção da personagem “mecânico” é exemplar. A sua descrição, que inicia esta narrativa, é a de um homem profundamente masculinizado, com uma tatuagem com “a cara de uma santa” que exhibe “no peito oposto ao do coração” e que, quando baixa os braços “é como se a protegesse” (Coelho, 2020, p. 13) para logo concluir que a tatuagem foi feita na prisão quando ele abandonou a Porta de Armas para ir ter com uma mulher. É definido pelo impulso sexual que desconstrói a proteção como traço de masculinidade e que igualmente define a narradora: “Vê-se que é uma mulher que aprecia sexo, disse o feroso mecânico, interrompendo o meu devaneio. Ainda bem porque eu também aprecio, sou mesmo viciado” (Coelho, 2020, p. 33). É profundamente marcado pelos traços físicos (“das mãos, da voz, da massa” (Coelho, 2020, p. 21). O casamento é definido pelos traços caracterizadores de um casamento tradicional, numa estrutura patriarcal, de uma classe média baixa, empurrada para a periferia, como tantas outras: “Têm uma boa vida, moram numa urbanização na Bobadela, ela é uma santa e gosta de sexo” (Coelho, 2020, p. 27). Tanto a atual mulher como a ex-mulher e outras com quem se relacionou são “santas” e trabalhadoras; a ex-mulher é boa mãe e faz tortas de Azeitão para fora, enquanto a atual deixa-lhe “o almocinho feito” (Coelho, 2020, p. 74), de resto como a empregada Glória do amigo de Nafarros o faz, “bem filha de sua mãe, neta da sua avó, ainda parentes da família do patrão” (Coelho, 2020, p. 74). Encontra-se implícita a ideia de um longo lastro histórico-cultural, no qual a mulher casada adquire uma aura de santidade na medida das obrigações que cumpre, que está presente também, em *NCP*, na desconstrução das vidas das muitas Marianas e Marias. Por outro lado, os que parecem ser traços fortes de masculinidade são desconstruídos

pela insegurança relativamente à *performance* sexual e ao desinteresse da narradora face à continuação dos encontros amorosos, que contrasta com a segurança da narradora.

A narrativa de Coelho vai ainda mais além quando faz assentar a construção das personagens masculinas na relação singular com a língua e com a escrita. Esta singularidade faz sobressair uma certa desadequação das vozes das personagens masculinas. O mecânico erra conjugações verbais, escrevendo “vareia” e “pacei”, e envia mensagens com reticências espaçadas, o que, nas palavras da narradora revisora, é “a chamada da selva, onde a vida e a gramática podem enfim recomeçar” (Coelho, 2020, p. 16); o amigo de Nafarros, escritor premiado e traduzido, “um poeta de audiência” (Coelho, 2020, p. 67), aspira ser considerado um marco na literatura e está dedicado à escrita cuneiforme, “lê cinco mil anos para trás, vê cinco mil anos para a frente” (Coelho, 2020, p. 69) numa relação com a literatura que pouco tem a ver com a vida que o rodeia; o Apolo trabalha na rede social Facebook e é uma personagem tão asséptica e fugaz no contacto humano como o tipo de relacionamento que se encontra numa rede social porque, para além do aspeto físico, “a verdade é que não sabemos nada sobre as taras de quem faz o Facebook” (Coelho, 2020, p.145); o caubói é dezasseis anos mais novo do que a narradora, está ligado ao teatro, e o monólogo que tem de escrever sobre o tempo absorve a experiência, as leituras e a voz da narradora, aproveitando-se do relacionamento breve entre os dois e sem lhe dar conhecimento prévio das suas intenções relativamente à sua escrita. O caubói, forma aporuguesada do inglês *cowboy*, tem os traços do estereótipo do vaqueiro que o tornaram cinematograficamente célebre nos *westerns* norte-americanos: enrola cigarros vagarosamente, olha para o fim do horizonte, tem os olhos semicerrados e sorri “de esguelha” (Coelho, 2020, p. 44). Nos filmes, o *cowboy* era o herói que vencia os índios, habitualmente os vilões nos *westerns*, assegurando a conquista das terras a oeste que lhes eram subtraídas porque os colonos necessitavam de terra. Nesta narrativa, a conquista do que existe “na cabeça de uma gaja de cinquenta anos, tanto trabalhinho” (Coelho, 2020, p. 162) não lhe confere mais do que uma coleção de insultos e desejos de vingança, pelo que se configura na narrativa como o verdadeiro ilícito: a generalização de uma voz e experiência particulares e a rasura do valor da relação pessoal, o que equivale a dizer que se tomou propriedade privada ilegalmente.

Numa discussão sobre literatura, às afirmações “Não há dor do outro. Há dor” (Coelho, 2020, p. 78) do amigo de Nafarros, a narradora contra-argumenta “Mentira, o que há mais é anemia” (Coelho, 2020, p. 78), querendo com isso dizer que à literatura deve preexistir a assunção do valor da experiência particular ou identitária sobre uma qualquer expressão universal ou generalizadora. Como na vida. Retomando o argumento inicial, o exercício social dos afetos consegue-se através da partilha da experiência individual da dor, da raiva, da compaixão e de todos os sentimentos que nos humanizam e que geram a ideia de “comum”, geradores de transformação. Conforme Butler argumenta, “A transformação das relações sociais, assim, passa mais por transformar as condições sociais hegemônicas do que atos individuais gerados por essas condições” (1988, p. 78). É assim que faz sentido o sentimento de sororidade, como relação de afeto, humanizadora, que une a narradora à nova amiga do caubói: “Vejo-a como minha próxima, não como próxima dele” (Coelho, 2020, p. 159) ou o apelo “Um minuto de compaixão, irmãs” (Coelho, 2020, p. 141), num registo muito próximo de vários textos que compõem *NCP*.

||

A narradora define-se ao longo da narrativa como “assassina”. Importa perceber a dimensão discursiva do assassinio antes que complete o argumento final de que, em *O meu amante de domingo*, o exercício de escrita é um exercício antropofágico. Torna-se claro ao longo da narrativa que, apesar das explícitas ponderações sobre diferentes formas de matar o caubói que se iniciam a partir da sua segunda página (“Roda? Garrote? Esmagamento por pata de elefante?” (Coelho, 2020, p. 14)) e continuam quase até ao fim, esta não é uma história de terror sobre o assassinio físico de uma pessoa contada pelo seu perpetrador na primeira pessoa. Por esta razão, proponho atentar em dois pequenos excertos que antecedem as páginas finais:

Claro que uma mulher não mata por direitos de autor. Não é por ele ser gatuno que o quero matar, nem sequer por ser um gatuno medíocre, que com a gatunagem não faz nada novo, próprio, seu. [...] Mas eu queria matá-lo porque afinal ele nunca me quis, e ainda fingiu que não era nada. (Coelho, 2020, p. 172)

Para os índios tupi do século XVI, não se vingar de um inimigo representava a cobardia, a vergonha, a condenação, a existência miserável na terra. [...] No fim de tudo, trata-se de escolher a melhor vingança, que pode ou não coincidir com a morte. (Coelho, 2020, p.173)

A ideia de assassínio contrapõe-se à ideia de rasura, ou seja, ao apagamento da voz, da paixão e, em suma, do vínculo que une a palavra ao afeto. O caubói usa a relação com a narradora para apresentar publicamente um texto que expressa o que mais intimamente define a narradora, “sem ver o mistério que tinha ao lado, apenas a imagem melhorada de si mesmo” (Coelho, 2020, p. 164). Deste modo, a ideia de assassínio liga-se à ideia de inscrição da voz por meio da palavra escrita. A inscrição do afeto e da solidariedade depende literalmente da voz narradora. Numa narrativa de primeira pessoa, a voz do caubói é a palavra na terceira pessoa, ou seja, a sua “morte”; a vingança é um livro que se oferece frio na primeira pessoa.

No texto de apresentação sobre *A Hora da Estrela* de Clarice Lispector, Clarisse Fukelman escreve que é a “estória do próprio ato de escrever” que promove o elo entre “[e]screver o livro, escrever Macabéa e, sobretudo, escrever a si mesmo” (Lispector, 1977, p. 4), porque é nesta relação que emerge a dramaticidade da narrativa, sendo possível interrogar-se sobre o valor e adequação da palavra escrita e perceber que “a única ‘verdade’ indiscutível são as existências individuais” porque “cada ser é um fragmento ou parte de algo” (Lispector, 1977, p. 6). Em *O meu amante de domingo*, narrar na primeira pessoa é escrever-se e inscrever-se, “cutucando o cânone” (Coelho, 2020, p. 90), corrigindo o desequilíbrio dos pratos da balança que mostram que a tradição literária se tem pautado por desigualdade e invisibilidade no que à voz da mulher diz respeito. Esta é uma narrativa de um livro que se escreve a ele próprio. Visualmente, as duas componentes, a narrativa que insufla o ato de escrita e a que mostra o que daí resulta, são distintas, com esta segunda componente em mancha cinzenta clara. A visível desproporção entre estas duas partes é em si mesma indiciadora do muito que impele a escrita e do muito que fica por escrever. Por outro lado, na dramatização do ato da escrita reside uma atitude profundamente crítica perante todo um dispositivo discursivo literário que, não sendo de rejeitar liminarmente, não deseja imitar. E aqui chegamos ao exercício de escrita como exercício antropofágico.

A ideia de antropofagia não é inédita na obra de Alexandra Lucas Coelho³. Ela está igualmente presente em *Deus-dará* (2016) e no mais recente *A nossa alegria chegou* (2018). Em *O meu amante de domingo*, a narradora considera todo o arquivo relativo ao discurso sobre a mulher para o transformar em algo seu e, por isso, inédito e particular. Aqui torna-se particularmente relevante a figura da arqueóloga, narradora de “O meu amante de domingo”, alter ego da narradora de *O meu amante de domingo*. A arqueóloga escava o cânone, revelando “frase sobreposta a frase” (Coelho, 2020, p. 113). É inevitável a associação da figura da arqueóloga nesta narrativa à prática da arqueologia *foucaultiana*:

A arqueologia procura definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se escondem ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, esses discursos enquanto práticas que obedecem a regras. [...] Confronta-se com o discurso no seu volume próprio, a título de *monumento*. (Foucault, 2016, p. 187)

Na consideração da prática discursiva, considera-se o que foi dito e porque foi dito, ou seja, a *performance* verbal e o seu rastro que permite uma reutilização outra. Assim, em *O meu amante de domingo*, o exercício antropofágico critica o dispositivo criado pelo *outro* externo, ou seja, prosas narrativas outras que se servem da voz feminina, e sem negá-las, destaca os seus aspetos positivos, mas propõe-se criar algo novo, visibilizando uma outra possibilidade do *ser*. Nesta prática, convocam-se vários autores que incluem não só os já acima referidos, mas também Oscar Wilde, Caetano Veloso, Clarice Lispector, Maria Gabriela Llansol. Para salvar o texto da idolatria do cânone, é necessária a “auto-sabotagem”, afirma a narradora-arqueóloga (Coelho, 2020, p. 99), salvando-se através da libertação da voz em relação às vozes que constituem o cânone, o que resultará na “inverossimilhança” (Coelho, 2020, p. 138).

3 A antropofagia na obra de Alexandra Lucas Coelho é um conceito muito próximo do *Manifesto Antropófago* (ou *Manifesto Antropofágico*) de Oswald de Andrade (1928), publicado na *Revista de Antropofagia* que o autor fundou juntamente com Raul Bopp e António de Alcântara Machado. Apregoando o uso de uma língua literária não catequizada, apresenta-se como uma saída para o problema da identidade brasileira e um antídoto contra o imperialismo. Tinha por objetivo a deglutição da cultura do *outro* externo (norte-americana e europeia) e do *outro* interno (ameríndio e afrodescendente) para produzir algo novo.

O meu amante de domingo cria, desta forma, um horizonte utópico: a voz e a experiência daquela mulher, semelhante a tantas outras, colocada em pé de igualdade, visibilizada, com a voz *outra* que fala pela mulher. Como bem argumenta Ana Luísa Amaral, *NCP* percorre a história literária ocidental, refletindo sobre o lugar da literatura, problematizando o discurso e a cultura hegemónicos e colocando a possibilidade de, des-hierarquizando-os, inscrever e dar voz às margens, os excluídos e sem poder (Amaral, 2013, pp. 11-12). Quarenta anos mais tarde, quando Portugal se “preparava para singrar na espuma da prosperidade” e “naufraga[va] até ao último banqueiro vivo” (Coelho, 2020, p.107), *O meu amante de domingo* olha para a literatura e, num ato de resistência e inconformismo, desconstrói o discurso hegemónico, como centro de poder, de consenso patriarcal, porque as margens não podem ficar para trás e é delas também a voz. Numa altura da história em que a crise financeira ameaça os direitos mais básicos e acentua as desigualdades e a precarização de quem já era precário, esta narrativa rompe com o tempo de concessão e do falso consenso de vozes, mostrando que “este dedo do meio é para ele” (Coelho, 2020, p.176).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaral, A. L. (2013). Literatura e mundo em *novas cartas portuguesas*: O azulejo dos tempos. *Elyra: Revista da Rede Internacional Lyraempoetics*, 1(1), 5-24. Disponível em <https://www.elyra.org/index.php/elyra/article/view/14>
- Amaral, A. L., Macedo, A. G., & Freitas, M. (2012) *Novas cartas portuguesas e os feminismos. Cadernos de Literatura Comparada*, 26/27, 8-14.
- Barreno, M. I., Horta, M. T., & Costa, M.V. (2010). *Novas cartas portuguesas*. Edição anotada, A. L. Amaral (Org.). Lisboa: Dom Quixote.
- Beauvoir, S. (1949). *Le deuxième sexe*, 2 vols. Paris: Gallimard.
- Butler, J. (1988). Performative acts and gender Constitution: An essay in phenomenology and feminist theory. *Theatre Journal*, 40(4), 519-531. [J. P. Dias. (Trad.). (2018). Os atos performativos e a constituição de gênero: Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. *Caderno de Leituras*, 78, 1-16].
- Coelho, A. L. (2016). *Deus-dará*. Lisboa: Tinta da China.
- Coelho, A. L. (2020). *O meu amante de domingo*. Alfragide: Editorial Caminho, S.A.
- Foucault, M. (2014). *A arqueologia do saber*. Lisboa: Edições 70.

- Jones, A. R. (2002) Escrever o corpo: Para uma compreensão de *l'écriture féminine*. In A.G. Macedo (Org). *Género, identidade e desejo: Antologia crítica do feminismo contemporâneo* (pp.75-95). Lisboa: Edições Cotovia
- Lispector, C. (1977). *A hora da estrela* (23ª ed.) Disponível em <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2019/08/lispector-a-hora-da-estrela.pdf>
- Organização Internacional do Trabalho. (2013). *Enfrentar a crise do emprego em Portugal: Que caminhos para o futuro?* Disponível em https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/versaofinal_OIT_Relat_EnfrentarCriseEmprego_20131101.pdf
- Ramalho, M. I. (2002). A sogra de Rute ou intersexualidades. In B. S. Santos (Org.). *A globalização e as ciências sociais*, (2ª. Ed, pp.541-572). São Paulo: Cortez.
- Seixo, M. A. (1998). Quatro razões para reler *novas cartas portuguesas*. *Ciberkiosk*, 4, Reimpr: in *Outros erros: Ensaios de Literatura*: Asa, 2001, pp.179-187.
- Vaneigem, R. (2004). *Nada é sagrado, tudo pode ser dito: Reflexões sobre a liberdade de expressão*. (trad. Marcos Marcionilo). São Paulo: Parábola.

Receção: 14/10/2020

Aceite para publicação: 16/04/2021

Estado da Questão

Instituto Patrícia Galvão:

Duas décadas de ações de comunicação em defesa dos direitos das mulheres brasileiras

INSTITUTO
PATRÍCIA GALVÃO 

MARISA SANEMATSU*

“Chegou a hora de o feminismo encarar a mídia como espaço privilegiado de sua ação política.”

Com essa frase na capa de seu folheto de apresentação, o Instituto Patrícia Galvão anunciava em 2001 a criação da primeira organização feminista brasileira focada na defesa dos direitos das mulheres por meio de ações na mídia. Uma iniciativa de cerca de 30 comunicadoras feministas que atuavam em diversas regiões do país e perceberam que os movimentos de mulheres no Brasil precisavam ampliar sua visão sobre o poder da comunicação e

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/grzw-wodh>

* Jornalista, diretora e editora, Instituto e Agência Patrícia Galvão
marisa@patriciagalvao.org.br

mudar suas estratégias. Era preciso ir além de um uso técnico e instrumental da mídia para divulgação de ações locais, passando a entendê-la como uma ferramenta política estratégica para a amplificação e qualificação do debate público sobre as demandas e direitos das brasileiras em áreas diversas, como discriminação e desigualdade em sua participação na política e no mercado de trabalho, violência doméstica e acesso a direitos sexuais e reprodutivos.

O nome do Instituto é uma homenagem à jornalista, escritora e ativista política e cultural Patrícia Rehder Galvão, a Pagu (1910-1962), pioneira e visionária brasileira que defendia que as mulheres deveriam ter um papel mais ativo na esfera pública.

Nestes vinte anos de atuação, são inúmeras as atividades exitosas de incidência no debate público sobre os temas da agenda de direitos das mulheres. A seguir, em uma viagem no tempo, algumas frentes de ação do Instituto Patrícia Galvão⁽¹⁾.

COMO TUDO COMEÇOU

Em 1997, um grupo de mulheres comunicadoras promoveu na cidade de São Paulo o *Seminário Mulher e Mídia: Uma pauta desigual?*, um encontro inédito entre jornalistas e feministas para debater a relevância da pauta mulher na agenda da imprensa e a relação das organizações de mulheres com a mídia. “*Os movimentos de mulheres precisam se apresentar na mídia com cacife, e não através de folhetos inúteis*”; “*a gente tem cada vez menos tempo de ler qualquer coisa*”; “*não dá mais para ter espaço de mulheres na mídia só no dia 8 de março*”; “*é preciso educar o movimento para falar com a mídia*”.

“UMA RELAÇÃO ENTRE IGUAIS, BASEADA EM UMA MOEDA DE TROCA QUE É A INFORMAÇÃO”

Desse encontro saiu uma lista com 21 recomendações que tinham como pano de fundo a máxima: “*Tenha sempre em mente que a relação é de troca*.”

1 Todos os produtos e conteúdos mencionados neste artigo podem ser acessados em <https://agenciapatriciagalvao.org.br/memoria-de-acoes-e-projetos/>.

Os movimentos de mulheres querem colocar suas informações e opiniões. A mídia quer notícia atraente. Os temas tratados pelos movimentos de mulheres têm, em geral, um forte conteúdo polêmico e de conflito, que é sempre atraente para a mídia. Tire proveito, chame a atenção para isso”.

A semente havia sido plantada. Nos anos seguintes algumas das feministas presentes levaram adiante essa discussão e trabalharam para envolver outras ativistas, em especial comunicadoras de outras regiões do Brasil. Com apoio da Fundação Ford, foi possível realizar em 2001 um encontro presencial em São Paulo, em que durante dois dias mais de 20 comunicadoras debateram a relevância e a pertinência de se criar uma organização feminista com foco em ações de *advocacy* na mídia. As participantes foram unânimes em aplaudir e aderir à iniciativa.

No primeiro dia do encontro ouviram-se vários relatos sobre a insensibilidade dos jornalistas para os chamados “*temas femininos*” e também sobre a falta de visão estratégica do papel da comunicação dentro das organizações de mulheres. Quando procurados, a resposta dos jornalistas era: “*Desculpe, mas o editor não vai deixar sair, isso não é uma notícia quente e não tem interesse para o nosso público*”. Mas as comunicadoras lembravam que, quando esses mesmos profissionais tinham uma pauta sobre violência sexual, por exemplo, e precisavam de uma “*personagem*”, uma mulher que houvesse sido vítima e se dispusesse a fazer o relato da violência, sempre recorriam a elas, que se sentiam usadas e nunca parceiras nessa relação.

No segundo dia, foi debatida a missão e definidos os objetivos da nova organização, suas estratégias, dinâmica de funcionamento e fontes de recursos. Assim nasceu o Instituto Patrícia Galvão, com a missão de contribuir para a qualificação do debate público sobre questões críticas para as mulheres brasileiras e com o objetivo de demandar respostas do Estado e mudanças na sociedade e na própria mídia. Desde então, o Instituto tem produzido pesquisas de opinião, campanhas educativas e dossiês temáticos para subsidiar o trabalho de jornalistas, pesquisadores, ativistas e especialistas de diversas áreas, com o objetivo de alimentar o debate público e sensibilizar os formadores de opinião e a sociedade em geral.

PRODUZINDO DADOS E INDICANDO FONTES COMO “MOEDA DE TROCA”

Ainda sem sede, o Instituto Patrícia Galvão iniciou suas atividades com oficinas de *media training* para mulheres líderes, profissionais e especialistas de todo o país, e com pesquisas de opinião sobre a feminização da epidemia de HIV/AIDS e a violência contra as mulheres. A proposta era oferecer à imprensa dados inéditos sobre a percepção da sociedade acerca desses temas e, ao mesmo tempo, capacitar porta-vozes como fontes habilitadas para contextualizar os dados e analisar o problema a partir de uma perspectiva de gênero.

Pioneiro no Brasil na realização de pesquisas de opinião sobre violência baseada no gênero, o Instituto Patrícia Galvão orgulha-se de ter contribuído com dados para o debate e a sensibilização de parlamentares, gestores e especialistas sobre a necessidade e urgência de se criar um marco legal para proteger as mulheres da violência doméstica. Em 2004, 50% dos brasileiros já apontavam que a violência doméstica era o problema que mais preocupava as mulheres, à frente do câncer de mama/útero (39%) e HIV/AIDS (26%). Em 2006, 51% dos entrevistados declararam conhecer ao menos uma mulher que era ou havia sido agredida pelo companheiro; três em cada quatro consideravam que as penas aplicadas nos casos de violência contra a mulher eram irrelevantes e que a justiça tratava o assunto como pouco importante.

Depois dessas vieram mais duas dezenas de pesquisas que captaram a opinião da população brasileira sobre a participação das mulheres na política, a sobrecarga e tensão entre trabalho remunerado e trabalho doméstico, a demanda das mulheres por creches, a representação das mulheres na propaganda, o conhecimento e os medos das grávidas em face das epidemias de zika e da covid-19, a violência e o assédio no trabalho e nos transportes e o direito ao aborto.

Ao mesmo tempo, o Instituto Patrícia Galvão já realizou oficinas de *media training* por todo o Brasil, com profissionais de saúde e justiça e ativistas que lidam com temas complexos e que muitas vezes geram polêmicas, como os direitos sexuais e reprodutivos, o racismo, a violência contra as mulheres, a homofobia e outros.

Essa estratégia conjugada de oferecer dados inéditos e fontes credenciadas para o debate público foi bem-sucedida e continua a ser adotada até hoje, em uma demonstração de que o movimento feminista pode produzir ativos preciosos para essa relação de troca e parceria com a mídia.

PENSANDO GRANDE PARA FALAR SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA TV

Em 2004 o Instituto produziu sua primeira campanha sobre violência doméstica, que inovou ao ser pensada e produzida nos moldes de uma campanha publicitária de grande porte. Em outras palavras, o Instituto recorreu a profissionais da publicidade, realizou grupos de discussão e pré-testes e pós-testes das peças de comunicação com homens, agressores e não-agressores, produziu os *spots* em parceria com a O2 Filmes, uma grande produtora de filmes publicitários, e em diálogo com a TV Globo conseguiu que os dois vídeos de 30 segundos (*Bar e Futebol*) fossem veiculados gratuitamente em todo o país. Com o sucesso dessa ação, nos dois anos seguintes foram produzidas mais duas séries de vídeos: em 2005 a mensagem foi dirigida às mulheres, na campanha *Chega de esconder*, e em 2006 voltamos a falar com os homens, desta vez mostrando o impacto da violência doméstica sobre toda a família, em especial os filhos que a presenciam.

Hoje o Instituto prioriza a realização de campanhas nas redes sociais. O exemplo mais recente foi a campanha *Armadas de informação*, em parceria com diversas organizações e coletivos de mulheres, que se contrapõe à iniciativa do atual governo de liberar a posse de armas, chamando a atenção para o risco de aumento dos casos de feminicídio.

MONITORANDO A PAUTA DAS MULHERES NA IMPRENSA

Para incidir no debate público, é fundamental acompanhar e compreender a dinâmica e as narrativas da cobertura da imprensa sobre as violações e os direitos das mulheres. Desde sua criação, o Instituto Patrícia Galvão monitora e analisa a cobertura jornalística sobre a agenda dos direitos das mulheres, com destaque para a violência baseada no gênero, a participação feminina na política e os direitos sexuais e reprodutivos. Em 2011 o Instituto produziu o relatório *Imprensa e Agenda de Direitos das Mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística*, resultado de um amplo projeto coletivo de monitoramento e análise sobre política, violência e trabalho. E, em 2019, divulgou o relatório *Imprensa e Direitos*

das Mulheres: papel social e desafios da cobertura sobre feminicídio e violência sexual.

UMA VISÃO INTERSECCIONAL DE GÊNERO, RAÇA/ ETNIA E ORIENTAÇÃO SEXUAL

Em 2003 o Instituto realizou seu primeiro *media training* com mulheres negras para capacitar ativistas como fontes para a imprensa no debate que se travava no Brasil pela implantação de ações afirmativas, entre as quais a garantia de cotas para negros nas universidades públicas era um dos pontos mais polêmicos.

Desde o início, o Instituto assumiu em suas ações uma perspectiva interseccional, priorizando a luta antirracista e a garantia dos direitos da população LGBTI, questões fundamentais em um país onde impera uma ideologia patriarcal que, além de misógina, é racista e homofóbica.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO PARA ATENDER ANTIGA DEMANDA ESTRATÉGICA

Ainda em 2004, o Instituto promoveu uma reunião sobre comunicação e violência contra mulheres, que reuniu durante dois dias ativistas, pesquisadoras e especialistas de todo o Brasil para definir prioridades comuns e desenhar uma estratégia de comunicação política, para atuação junto à mídia, ao Estado e à sociedade em geral. Como prioridades foram apontadas a criação de um observatório de mídia e de uma agência de notícias sobre direitos das mulheres.

Mas nem todas as prioridades se concretizam com a urgência necessária. Assim, passaram-se cinco anos até o lançamento da *Agência Patrícia Galvão*, que tem a ambição de ser uma referência nacional como agência de notícias e produtora de conteúdos multimídia sobre os direitos das mulheres e atuar com informações que contribuam para incidir sobre a abordagem e a narrativa do noticiário sobre problemas, propostas e prioridades que atingem 51% da população do país, as mulheres.

UMA ANDORINHA SÓ NÃO FAZ VERÃO

Ao encerrar este artigo no contexto de isolamento social imposto pela pandemia da covid-19, aproveito para prestar as homenagens do Instituto Patrícia Galvão a toda a nossa rede de parcerias – pessoais e institucionais – que tornaram possível o início e continuidade da organização, que segue atuando como mediadora para que os saberes e experiências de todas essas ativistas, especialistas, pesquisadoras, operadoras de justiça e pensadoras atinjam um público mais amplo, a ser informado, sensibilizado e educado para que sejamos um dia uma sociedade mais justa e igualitária.

Diálogos

A determinação que faz acontecer

ANA | BERNARDO

Sabendo que a capa da presente edição da revista *Faces de Eva* é dedicada à Professora Odette Ferreira, o presente diálogo^[1] pretende ser um reconhecimento à sua pessoa e obra, e também um tributo a todas/os que se sentem ameaçados/as e/ou excluídos/as.

Ana: Fui tua professora há quase 30 anos. Recordo-te “diferente” dos outros alunos. Com pouca paciência para o que ali acontecia, mas seduzido pelo que intuías nas entrelinhas do meu ser. Seria porque percebias em mim o respeito pela diferença? A condescendência com que convivias com os teus atrasos sistemáticos, compensados pela oportunidade e agudeza das tuas intervenções que se destacavam claramente das do resto da turma? O amor aos teus alunos, “os garotos”, a crença de que os podias transformar, estimulando-os intelectual e culturalmente, faziam de ti um ser que apetecia conhecer melhor. Assim começou a nossa amizade...

DOI: <https://doi.org/10.34619/xpfo-hspj>

1 Os intervenientes neste diálogo querem manter fictícia a sua identidade.

E havia o brinco... ainda não era muito comum. E tu transportava-lo com orgulho, cabeça erguida, no cimo do teu quase metro e noventa e sempre sorridente. Estavas bem contigo, eras uma lufada de ar fresco. Vivias bem, gostavas de casas e de carros e matavas-te a trabalhar para os conseguires.

Bernardo: Lembro-me muito bem... e lembro-me de estares a convencer os formandos a avançarem com temas para o trabalho a realizar para a disciplina, lançando ideias gerais na esperança de os encorajar a defini-lo rapidamente, tentando afastar as suas preocupações e ansiedades. E, no final da aula, eu descí todo aquele auditório para ir ter contigo, decidido sobre o tema que queria desenvolver (“A afetividade na relação aluno/professor e os seus efeitos no par sucesso/insucesso na aprendizagem – A boa relação afectiva aluno/professor como veículo do sucesso na aprendizagem”) e tu, depois de concordares, viraste-te para mim e perguntaste – “Está a ver como não há razão para estar ansioso?”, ao que eu respondi, divertido, “Acha que eu tenho cara de estar ansioso?”. E tu riste-te e concordaste que, definitivamente, não tinha!

Nessa altura ainda nos tratávamos por você, pois a nossa relação era meramente formal, mas já de grande empatia.

Ana: Terminada a relação académica, mantivemos uma relação de forte amizade. Encontrávamo-nos amiúde. Tinhas uma namorada, nunca ma apresentaste, mas contavas tantas coisas da vossa relação que eu até tinha alguma inveja dessa pessoa com quem partilhavas o sorriso e a felicidade. Até que um dia me convidaste para jantar e eu fiquei a perceber que tudo estava certo, só o género mudava...

Bernardo: É verdade. Nesse jantar contei-te tudo, sem segredos nem reservas.

Sou homossexual porque nasci assim e não por opção. Quando nasci, ninguém me pôs um “cardápio” à escolha para eu decidir se me atrairiam homens ou mulheres. Não foi uma escolha e nunca foi uma opção. Não me envergonho de ser quem sou e isso também moldou a minha personalidade, fazendo-me mais forte para me defender da adversidade e do preconceito imenso que a sociedade tinha contra os homossexuais.

Nasci homossexual... como nasci alourado e como há quem nasça com olhos azuis ou cabelo encaracolado. Não, vergonha não faz parte do meu vocabulário. Sou demasiado orgulhoso para me envergonhar de quem sou.

Nesse jantar começámos a tratar-nos por tu, lembras-te?

Ana: Não apenas me lembro, como esse jantar ficou gravado no meu ser como um momento transformador. Tudo o que eu intuía, mas não sabia... a abertura a um mundo que desconhecia, o privilégio de teres confiado em mim...

Bernardo: Não sou pessoa para vidas de fachada. Estando nós a construir uma relação de amizade sólida e duradoura, não faria sentido que essa relação não se alicerçasse num conhecimento real da pessoa que eu era! Não tinha nada a esconder! Nem a minha sexualidade nem a minha situação clínica, dois factos que moldaram a minha pessoa.

Ana: Recordo-te autoconfiante e determinado em seguir o rumo que tu próprio definirias. Era impossível percepcionar que aquela força e alegria de viver escondiam o espectro de uma morte precoce...

Bernardo: De facto, sempre convivi muito bem comigo próprio – nunca me queixei da vida e do que ela me trouxe. Aliás, sempre me considerei um felizardo – a vida sempre me tratou bem e encarregou-se de me dar as forças, a determinação e a oportunidade de lutar por tudo o que sonhei... e de tudo conquistar. O fantasma da morte existia, mas eu estava vivo! Nunca deixaria que me dominasse.

Sempre achei que, por muitos anos que vivesse, não conseguiria realizar todos os meus sonhos. Sabendo que morreria cedo, tive a urgência de viver ainda mais intensamente e tentar concretizar o maior número possível de sonhos no curto tempo que teria.

Fui feliz numa vida partilhada com o meu companheiro, sentindo-me bem comigo próprio e na minha pele; era aceite pela pessoa que estava comigo, com quem vivi 18 anos de aventuras fantásticas e me ensinou muito do que hoje sou. Nem tudo foi bom, em particular nos últimos anos, mas a verdade é que lhe devo muito.

Foi com ele que descobri que estava infectado com o HIV, num longínquo dia de 1989, e foi ele quem me apoiou e permaneceu sempre ao meu lado, para o que desse e viesse, numa altura em que esta infecção era uma “sentença de morte”.

Sabíamos que eu iria morrer cedo e que, muito provavelmente, não chegaria ao ano 2000, como muitos dos doentes dele, que morriam todos os dias nas camas do hospital em que trabalhava. Ele andava deprimido pela impotência de salvar as vidas que tinha jurado salvar, assistindo, todos os dias, à morte que um dia me levaria...

Todavia, e por motivos não totalmente explicados pela ciência, o HIV não ataca todos os organismos da mesma forma e a minha relação com o vírus não foi má.

Eu tinha jurado nunca tomar medicamentos, pois isso significaria ir ao hospital e “dar a cara”, assumir: “eu tenho HIV, logo sou homossexual”. Para mim era claro que nunca seria um cadáver adiado numa cama do hospital, como o eram aqueles moribundos que o meu companheiro não conseguia salvar.

E vivi oito anos e meio com o HIV sem tomar qualquer medicação, por decisão minha, que o meu companheiro, médico infecciosologista, sempre respeitou. Uma boa parte das pessoas que se haviam infectado na mesma altura já havia morrido... e eu por aqui continuava, sem efeitos visíveis da infecção.

E, sabendo que a minha vida era a prazo, decidi viver ainda com mais força e ímpeto do que até então. Poderia morrer com o HIV, mas não seria derrotado pelo HIV!

Cheguei a escrever um soneto sobre isso.

Estigma

Foi-me lida uma sentença de morte,
neste corpo vil alojou-se o mal,
que o rói, por dentro, sem que dê por tal,
e ainda tarda a cura para esta sorte!

Antevejo o dia, a hora do corte
com a vida, o meu cordão umbilical!

“Por premeditada ingestão fatal”,
escreverão na certidão de morte!
E este mal infame é um estigma social,
sou seropositivo... mas sou gente!
Não serei nunca, em fase terminal...

... um cadáver adiado num hospital,
mero farrapo de gente impotente,
à espera da libertação final!!

31/12/1997

Já as minhas defesas estavam particularmente baixas (os CD-4), em 1998, quando o meu companheiro me convenceu a começar a medicação que faz com que, hoje, eu esteja vivo e me congratule pela vida soberba que tenho!

E cheguei ao ano 2000! E hei-de conhecer os meus netos!

Ana: A infecção, afinal, não estava confinada a grupos estigmatizados e restritos... Achas que essa constatação ajudou a desocultar a homossexualidade, a torná-la mais integrada no tecido social...?

Bernardo: Não acho. Quando a infecção do HIV apareceu, chamavam-lhe o “cancro dos homossexuais”, o “castigo divino para os perversos” e outros tantos epítetos mais vernaculares...

Acontece que, numa altura em que algumas figuras públicas, a pouco e pouco, vinham assumindo publicamente a sua homossexualidade (no que se chama “sair do armário”), a estigmatização do HIV como uma doença exclusiva dos homossexuais levou a que esse movimento regressasse bastante – ninguém queria estar associado a esta doença por infecção, porque ganhava logo dois rótulos.

Nesse sentido, a morte de alguns artistas com sida (a doença originada pelo HIV), como Rock Hudson e Freddie Mercury, entre outros, no final dos anos 80 e início dos anos 90, veio estigmatizar ainda mais a doença e os homossexuais com comentários do tipo: “Estás a ver? Ele também era [homossexual]! Teve o que merecia!”, sempre com um tom depreciativo e censório.

E a verdade é que a mudança de mentalidades, que se opera muito lentamente, só se concretiza com agentes exteriores capazes de mobilizar opiniões, discussões e conversas.

Com a generalização da epidemia a outros grupos, a estigmatização dos anos 90 alterou-se substancialmente e veio favorecer a situação da comunidade LGBT.

Nesse sentido, a progressiva assunção pública da sua homossexualidade e dos(as) respectivos(as) companheiros(as) por algumas personalidades conhecidas por milhões de pessoas (Sam Smith, Elton John, George Michael, Ricky Martin, Jodie Foster, Pablo Alborán, Adam Lambert, entre outros) tem feito com que a sociedade, paulatinamente (mas mais célere do que alguma vez imaginei), encare a homossexualidade e os casais homoafectivos de uma forma bastante mais natural do que há algumas décadas.

O valor das pessoas depende do que são e do que fazem e não do género da pessoa com quem partilham a vida, os sonhos e a cama.

Pode ver-se isso mesmo nas novelas (portuguesas e brasileiras, pelo menos), nas quais existe sempre algum personagem que é homossexual e que encontra o seu par (necessário ao *happy ending* de uma novela), à semelhança dos casais heterossexuais dessa mesma novela, e também nos concursos promovendo a existência de concorrentes homossexuais; ambos contribuíram para uma maior visibilidade da comunidade LGBT e, naturalmente, para uma evolução das mentalidades na sua aceitação e na integração no tecido social.

Basta pensar que foi a Constituição de 1975 (há menos de 50 anos) que consagrou, pela primeira vez, a não discriminação dos cidadãos pela orientação sexual como um direito inalienável.

Todavia, a legislação penal continuou a fazer referência à “ilegalidade” dos actos homossexuais (por oposição aos actos heterossexuais), em particular praticados por maiores com menores entre os 14 e os 16 anos, tendo sido abolida essa distinção só em 2007 (há 14 anos apenas!). Até lá, não era um problema de pedofilia apenas – era um problema acrescido de homossexualidade.

Sim, a sociedade está bastante diferente do que era há 30 anos. E ainda bem! Tenho a certeza de que os meus filhos crescerão num mundo melhor do que aquele em que os seus pais cresceram e que, caso venham a ser homossexuais, não terão de viver os medos, os receios, as angústias e a

permanente dissimulação do seu eu perante os outros, que os pais viveram e sentiram na pele.

Ana: Depois da relação com o companheiro de 18 anos, refizeste a tua vida e hoje és casado e tens dois filhos maravilhosos. Falaste-me várias vezes na possibilidade de adoptar uma criança. Nos últimos anos, o nosso contacto foi mais esporádico, e mais uma vez me surpreendeste, quando, através de uma videochamada Whatsapp, me apresentaste o teu filho “do coração” e depois, um a seguir ao outro, os dois bebés. E também o teu marido, que sabia que existia, mas ainda não conhecia. A decisão dos filhos biológicos, a luta que encetaste e que, mais uma vez, concretizaste, a vida a quatro, todos homens, o orgulho por se estarem a sair tão bem, dependendo apenas de vocês, os vídeos que me vais enviando e que me permitem acompanhar o desenvolvimento harmonioso dos teus filhos...

Bernardo: É verdade. Refiz a minha vida várias vezes até ter conhecido a pessoa espantosa que hoje é o meu marido e o “papá” dos meus filhos (eu sou o “pai”).

Se te disser que foi “amor à primeira vista”, não estarei longe da verdade. Por acaso, num acontecimento mundano em que um amigo comum mo apresentou (o meu primeiro pensamento foi – “que homem mais bonito!”), e após algumas trocas de palavras, tentei conseguir o número de telefone dele, no sentido de descobrir melhor a pessoa por baixo daquela “capa” lindíssima. Levei uma “tampa”... mas ainda assim não desisti (sou lá pessoa de desistir...); através das redes sociais, descobri-o e o resultado foi que, em poucos meses, já partilhávamos a casa, a vida e os sonhos...

E o sonho da parentalidade, comum aos dois, apareceu através do contacto que ele foi tendo com o meu filho do coração, adoptado por um companheiro anterior, na altura em que estávamos juntos.

E quando começámos a falar seriamente sobre termos filhos, estamos juntos há apenas quatro meses. E já partilhávamos tantos sonhos!

Falámos sobre a situação e a sua efectiva possibilidade, avaliando as diferentes hipóteses – adopção ou barriga de aluguer. As diferenças eram imensas.

No que respeita à adopção, a favor era o facto de ser muito mais barato. Contra, o problema do tempo. A adopção requer um processo longo, que se

pode estender por anos a fio, sem resultado algum (poderíamos ser declarados incapazes para a adopção). Nós temos 15 anos de diferença – na altura eu tinha 55 e ele 40. Os anos até conseguirmos adoptar uma criança poderiam fazer com que eu fosse pai muito para lá dos 60. Atendendo à diferença máxima legal de idades entre adoptado e a média de idade dos adoptantes, só conseguiríamos adoptar uma criança com mais de 10 anos nessa altura.

Outro contra na adopção era o facto de ser uma terceira pessoa a decidir se éramos capazes de cuidar, educar e dar amor a uma criança. E, sobre isso, havia um outro problema – o estigma da homossexualidade e, ainda, do HIV. Ou seja, a maior decisão das nossas vidas iria ficar ao sabor do poder decisório de uma terceira pessoa que, mesmo que nos conhecesse, poderia sobrepor os seus valores ao que deveria ser o supremo interesse da criança. E, na realidade, pelo que conheço dos processos de adopção, os assistentes sociais preferem manter as crianças em instituições a entregá-las a pais “não perfeitos”. E quem é que pode dizer se nós, no futuro, seremos pais perfeitos ou não? Sou homossexual e sou HIV positivo, mas isso não me torna incapaz de criar e amar uma criança. Além do mais, somos cidadãos portugueses e a Constituição portuguesa consagra o direito à constituição de uma família a todos os cidadãos, independentemente do sexo, raça, credo, cor ou orientação sexual.

Definitivamente, a adopção deixou de ser uma hipótese. Não permito que seja um estranho a tomar decisões sobre a minha vida (e decisões deste calibre) e, além do mais, o sonho da parentalidade não poderia demorar, sob pena de, ao invés de pai, eu vir a ser o avô dos meus filhos.

A outra opção era a barriga de aluguer (ou gestação de substituição), que é uma prática criminalizada em Portugal. De facto, apesar de ter havido legislação sobre gestação de substituição que vigorou por breves meses no nosso país, a lei era claramente inconstitucional, por ser profundamente discriminatória – podiam recorrer à gestação de substituição (não remunerada) mulheres solteiras, casais heterossexuais e casais de lésbicas, ficando de fora os homens solteiros e os casais de homens homossexuais. E ainda assim, não foi por esse motivo que o Tribunal Constitucional a “chumbou”.

A falta de respostas em Portugal levou-nos a procurar respostas no estrangeiro. A favor desta opção era o tempo, que, até à concretização do sonho, era muito menor. Contra, eram a questão financeira, a questão linguística e a questão da distância.

A questão financeira, achámos que conseguiríamos ultrapassar. Acredito na minha capacidade de trabalho e sempre fui capaz de arranjar dinheiro para os objectivos que defini. A questão linguística e a questão da distância seriam obstáculos menores, quando comparados com os da adopção.

Mandámos os primeiros *mails* em Janeiro, sendo que os nossos filhos nasceram dois anos depois, em Junho.

Optámos pelos EUA porque, na altura, só este país e o Canadá emitiam certidões de nascimento com dois pais do mesmo sexo. O problema do Canadá era que a barriga de aluguer não era remunerada e, por isso, poderíamos estar anos à espera... e não tínhamos tempo.

Depois da selecção da agência que tratou do processo todo, da escolha da clínica de fertilização *in vitro* e do médico (tudo à distância e em inglês), depois da selecção da dadora dos óvulos (anónima e escolhida por catálogo, com muitas vicissitudes pelo meio), depois de uma viagem aos EUA para deixar o esperma numa instituição de investigação biomédica que ajuda pessoas HIV+ a terem filhos saudáveis, depois da escolha da gestante (também por catálogo), depois da criação dos embriões... ficámos com seis embriões, quatro meus (três rapazes e uma rapariga) e dois (rapazes) do meu marido.

Decidimos avançar com uma gravidez gemelar, implantando dois embriões do mesmo sexo – um meu e o outro do meu marido.

Tivemos a felicidade de ambos terem vingado e temos dois filhos lindos, gémeos que, geneticamente, são meios-irmãos.

E entretanto veio uma pandemia... e a proibição de viajar para os EUA quando se aproximava o nascimento dos nossos filhos... E tudo isso superámos – para lá fomos como uma família de dois e regressámos um mês depois, como uma família de quatro!

E vivemos esta alegria inextinguível, vencidos todos os obstáculos e ignorando completamente a ligação biológica deles connosco – e nem queremos saber: não temos um filho, temos dois, apesar de só um ser biológico. Mas isso não interessa nada!

E divertimo-nos com as tentativas dos familiares e amigos de tentarem adivinhar o laço biológico, sem qualquer parecença evidente – uns dizem uma coisa e outros dizem o oposto. E era isso o que queríamos!

Ana: Bom, eu posso testemunhar como estão serenos, bem tratados e são lindos esses bebês. Mais uma vez, me permites o privilégio de os ver crescer, ainda que, por enquanto, só em fotos e vídeos.

Mas sei que tu e o teu marido passaram por um processo meio kafkiano para os trazerem para Portugal...

Bernardo: É verdade. Tudo foi complicado, muito por causa da pandemia, mas não só!

Primeiro foi a ida para lá, pois precisávamos de uma autorização governamental para viajar para os EUA e essa autorização carecia de um documento passado pelo tribunal de Los Angeles... que estava fechado por causa da pandemia. E só conseguimos essa autorização uma semana antes de eles nascerem (nasceram prematuros), tendo voado para os EUA no dia seguinte ao nascimento.

Fomos para Nova Iorque, que parecia uma cidade num pós-guerra qualquer – ruas vazias, quase sem tráfico e sem gente, lojas fechadas, vazias, esvembradas ou entaipadas. E as poucas pessoas, encolhidas, a medo, como que a rastejarem pelos cantos.

Depois, foi a questão do regresso. Quando os bebês saíram do hospital, contactei várias entidades locais que emitiam passaportes americanos em 24 horas (de acordo com a lei americana, os nossos filhos são americanos, porque nasceram nos EUA), para obter a documentação necessária para a viagem. Nada feito – por causa da pandemia, a estimativa para obter passaportes americanos era de vários meses e nós tínhamos de regressar. Eu estava de licença de parentalidade, mas o meu marido estava de férias! Tinha de regressar ao trabalho e não tínhamos estrutura financeira para vivermos vários meses nos EUA.

Virei-me para o consulado português e tive de me confrontar com as vicissitudes da lei portuguesa. Para as crianças terem passaporte português tinham de ser registadas como portuguesas por filiação, uma vez que os pais são portugueses. Mas o problema é que não havia mãe... e a lei portuguesa exige uma mãe e um pai.

Para a legislação portuguesa, a parturiente é a mãe, mesmo que o pai seja incógnito. Assim, em Portugal, os bebês teriam de ser registados como filhos de um de nós apenas, sendo que o outro teria de abrir um processo de co-adoção... para adotar os seus próprios filhos!

E, nesse caso, teríamos duas hipóteses – registrar a gestante como “mãe” ou insistir tratar-se de uma mãe incógnita.

No primeiro caso, sendo a gestante a “mãe”, o processo de co-adopção só avançaria com o consentimento dela e, entretanto, tudo o que decidíssemos fazer com as crianças (nomeadamente viajar) careceria de uma autorização escrita dela. Assim, findo o laço contratual da gestação de substituição, ficávamos totalmente dependentes dela para muitas situações da vida prática, até que a lenta burocracia do Estado português resolvesse a questão (em quantos anos?).

No segundo caso, o Ministério Público abriria um processo para a identificação da mãe das crianças (como se tal fosse possível) e, no entretanto, avançaríamos com o processo de co-adopção.

Mas as duas opções criavam o mesmo dilema – caso o “pai registado” falecesse antes de concluído o processo de co-adopção, o que aconteceria às crianças? Na primeira situação seriam enviadas para a “pretensa mãe” nos EUA? E no segundo caso? Seriam entregues a uma instituição, por serem “órfãs”? É que, apesar de terem outro pai, para a lei portuguesa, esse pai não seria ninguém... até adoptar as crianças!

Fora de questão – somos os dois pais, e nenhum de nós iria abdicar do seu direito, deixando os nossos filhos à mercê da tacahez do Estado português!

Mas a verdade é que, sem a nacionalidade portuguesa, eles não tinham passaporte português para viajar, ou seja, nem passaporte português, nem passaporte americano.

Aí, tive de “bater o pé” junto do consulado português e exigir sermos repatriados para o nosso país, sendo que, de forma nenhuma deixaríamos os nossos filhos menores nos EUA. Assim, o cônsul assinou um “certificado de viagem provisório” para cada um dos nossos filhos e foi com esse documento (com a validade de cinco dias) que conseguimos regressar a Portugal. E sim, os nossos filhos vieram apátridas – ainda não eram americanos, pois ainda não tinham adquirido a nacionalidade americana oficialmente (o que só aconteceu já em Portugal, na Embaixada dos EUA, um mês depois) e não eram portugueses (e continuam sem o ser).

Neste momento, eles são americanos residentes em Portugal e, daqui a cinco anos, poderão adquirir a nacionalidade portuguesa por residência e não por filiação. Mas, nessa altura, nós os dois já seremos os pais dos

nossos filhos perante a lei portuguesa, sem qualquer processo imbecil de co-adopção!

Ana: Em muitas ocasiões, o teu percurso foi certamente doloroso, mas nunca te deixaste vencer ou perdeste o rumo. Partilhá-lo pode ser inspirador...

Bernardo: Sou um homem feliz, orgulhoso e realizado a todos os níveis. Sou HIV+ há mais de 30 anos, mas tenho tido uma vida muito boa. Tenho poucos mas grandes amigos (como tu), tenho uma família linda, sou pai de dois filhos saudáveis e não vou morrer cedo – faço tenções de conhecer os meus netos.

Ser HIV+, neste momento, é um pormenor na minha vida (sou um doente crónico, com uma esperança de vida provavelmente superior à dos diabéticos), graças a pessoas como a Professora Odette Ferreira, cujo esforço, dedicação, pesquisa e trabalho contribuíram para os avanços na medicina que me permitiram viver esta aventura fantástica... e outras que virão!

Eu e o meu marido ainda não pusemos a adopção completamente de parte, tendo, no horizonte, a adopção de um menino de cor ou seropositivo.

Entrevistas

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/yivg-szst>

* Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher
1069-061 Lisboa, Portugal
mira.rita@gmail.com



Maria José Rosado Costa

RITA MIRA*

O mar vive no pensamento e na vida de Maria José Rosado Costa desde a sua infância. Nasceu em Almada e, todos os anos, passava férias na praia, na Costa da Caparica, onde aprendeu a nadar e onde viu crescer a sua paixão pelo mar.

No seu percurso académico, optou pelo Curso de Biologia, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), realizando um estágio, no último ano, em Biologia Marinha. Nesta altura, foi convidada para monitora, e seguidamente para assistente no Departamento de Biologia Animal. Após a realização do Doutoramento, na Universidade de Paris VI, continuou o seu percurso profissional na FCUL como professora auxiliar, associada e catedrática.

Ao longo da sua carreira profissional exímia, desempenhou diversificados cargos e funções, desde o ensino e a investigação até à direcção, presidência e vice-presidência de vários organismos – o Instituto Nacional de Investigação das Pescas, o Centro de Oceanografia, a Sociedade Portuguesa

de Ciências Naturais, entre outros. Foi, igualmente, membro do Conselho Científico das Ciências do Mar e do Ambiente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Actualmente, é investigadora do MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente. É co-fundadora e assume a presidência, desde 2018, da Associação Portuguesa de Mulheres Cientistas – AMONET.

Apesar dos seus múltiplos interesses, o mar permanece como um *horizonte* muito especial na sua vida.

A partir de que momento é que a Biologia Marinha começou a fazer parte da sua vida?

A Biologia Marinha começou a fazer parte da minha vida ainda na Faculdade (FCUL). Sempre adorei o mar e, no início dos anos 70, as licenciaturas tinham a duração de cinco anos, com a necessidade de realização e defesa de uma tese, nos dois últimos anos. A minha tese centrou-se nos povoamentos de uma alga em Sesimbra, tendo identificado os animais, a maioria invertebrados, que aí se encontravam.

Quais as raízes mais profundas da sua paixão pelo mar e pelos peixes? Que influências e/ou vivências foram determinantes para esta escolha?

A minha paixão pelo mar vem de criança. Todos os anos passava um mês de férias na Costa da Caparica, onde aprendi a nadar com o banheiro. Recordo-me de que gostava de nadar até aos barcos dos pescadores, ancorados longe. Estes pescadores dedicavam-se à arte xávega e, quando puxavam as redes para o areal, tinha curiosidade em ir ver os peixes capturados.

Lembro-me de ver, no cinema, o filme “Vinte mil léguas submarinas” e adorar, de ler os livros de Júlio Verne e ficar fascinada.

A Biologia não foi a primeira escolha no seu percurso académico, foi a Medicina. O que a fez mudar de ideias?

Entrei em Medicina e, no início, gostei do curso. No segundo ano, comecei a ter alguns contactos com doentes e não suportava lidar com o seu sofrimento.

Esta mudança foi bem recebida pela sua família e amigos/as?

Os meus pais sentiram pena, talvez por a Medicina ser, na altura, uma licenciatura de prestígio e a Biologia formar sobretudo professores de liceu.

Que memórias mais marcantes guarda destes tempos de estudante?

Passei tempos maravilhosos como aluna. Embora estivéssemos a viver em ditadura, a Associação de Estudantes era de extrema-esquerda, e os alunos contestavam muito. Uma memória marcante relaciona-se com uma manifestação e greve geral de estudantes contra a ditadura, em 1972, após a morte de Ribeiro dos Santos. A polícia soltou os cães, e o dono da papelaria que se situava em frente da faculdade puxou-nos, a mim e a outra colega, para dentro da loja.

Existia uma grande diversidade de áreas; os dois primeiros anos dos Cursos de Engenharia, bem como algumas disciplinas do primeiro ano de Medicina, eram leccionados na FCUL, que funcionava na Rua da Escola Politécnica, no antigo Colégio dos Nobres. Os primeiros anos de Biologia e de Geologia eram também leccionados em conjunto. Este tempo permitiu-me fazer grandes amigos, que ainda continuam a estar muito presentes na minha vida.

A licenciatura de Biologia era frequentada sobretudo por mulheres, ao contrário de hoje em dia, em que existe um maior equilíbrio em termos de representação de homens e mulheres, e era comum estudarmos, em grupo, no Jardim Botânico.

Quais foram/são as suas grandes referências para a sua formação enquanto cientista?

Tive excelentes professores na FCUL, destacando, porém, a forte influência dos documentários de Jacques-Yves Cousteau no crescimento do meu interesse e fascínio por esta área.

Nos dois últimos anos da licenciatura, os alunos podiam escolher duas vertentes: ensino ou investigação, eu optei pela última. Os melhores alunos eram convidados, no quinto ano, para serem monitores e, depois, assistentes — foi o meu caso.

Nos anos 70, aquando do seu doutoramento, foi estudar para Paris, uma opção pouco comum e, possivelmente, na época, considerada “pouco adequada” para uma mulher. O que pesou na sua decisão? Como viveu esse tempo: sentiu-se dividida, foi alvo de críticas, recebeu apoios que considerou significativos?

Fazer o doutoramento, em Portugal, era quase impossível, pelo que não foi propriamente uma escolha. Os estudos na área da Biologia Marinha, ou eram financiados ou eram impraticáveis.

Em 1977, houve a possibilidade de fazer um estudo pioneiro sobre o estuário do Tejo, financiado pela UNESCO, e na altura existia um desconhecimento quase total das diferentes vertentes, quer biológicas, quer geológicas, quer de hidrodinamismo, quer físicas. Uma das áreas centrava-se no estudo dos peixes, de que fiquei responsável.

Sempre tive o apoio dos meus pais. Na altura, já tinha dois filhos e, embora soubesse que estavam bem, era muito duro só ter notícias por carta ou por telefone, uma vez por semana. Mas nunca me senti dividida porque estava segura do que pretendia fazer profissionalmente.

*A sua tese de doutoramento, defendida em 1980, na Universidade de Paris VI, Pierre e Marie Curie, foi subordinada ao tema *Écologie des poissons de l'estuaire du Tage*. Quais foram os principais desafios? Quais as suas principais conclusões científicas?*

Vivia em Almada e, durante dois anos, fiz colheitas mensais no estuário do Tejo, no navio de investigação *Mestre Costeiro*, onde permanecia cerca de cinco dias. Também o fazia nas zonas baixas, com pescadores locais, em Vila Franca de Xira e em Alcochete. Nessas saídas, cheguei a levar algumas vezes os meus filhos.

Nessa altura, já leccionava aulas práticas como assistente na FCUL, e, por isso, aproveitava as férias para rumar a Paris e poder discutir a tese com o meu orientador, consultar bibliografia e fazer investigação no Museu de História Natural e na Universidade. As idas a Paris eram financiadas por uma bolsa, de baixo valor, da Embaixada francesa, e por um bilhete de avião de regresso. O bilhete de ida era suportado financeiramente por mim, viajando sempre de comboio por ser mais económico.

Com a realização da tese de doutoramento, foi possível ter uma ideia clara das espécies de peixes que existiam no Tejo e a relação entre elas. Apenas se conheciam as espécies de interesse comercial. Com o contributo inestimável dos pescadores, foi possível conhecer quais as espécies que, na altura, usavam o estuário como zona de viveiro para crescerem, tais como os linguados, os robalos, as douradas, que, posteriormente, iam enriquecer os *stocks* costeiros. Investiguei o seu regime alimentar, as ligações entre eles e os invertebrados; as chamadas cadeias tróficas. Também estudei em que altura do ano saíam para o mar para se reproduzirem, as ligações aos parâmetros físicos, a idade e o crescimento. Estudei, no fundo, a sua ecologia.

De todas as investigações em que esteve envolvida, e que foram inúmeras, em quais gostou mais de participar?

Todas as investigações em que estive envolvida me entusiasmarão, destacando, porém, o estudo sobre o impacto da barragem do Alqueva, no qual fui responsável por investigar os seus efeitos nos peixes. Neste estudo, que considero o mais completo alguma vez feito em Portugal, colaboraram várias equipas de investigadores, como sociólogos, arqueólogos, botânicos, entomologistas, entre outros. Durante um ano, todos os meses, saíamos para o rio muito cedo, com os pescadores para efectuar as colheitas, ou sozinhos para fazer pesca eléctrica.

A beleza do Alentejo na Primavera em flor, os animais que observávamos na charneca, as conversas com os pescadores, os vestígios arqueológicos que observávamos, como os do Castelo da Lousa, um castelo de xisto romano que ficou submerso, mas também a pobreza ainda existente – tudo me ficou gravado na memória.

Do ponto de vista pessoal, foi muito enriquecedor, mas também do ponto de vista profissional, dado que foi a partir deste estudo que efectuei a minha agregação em Impacto Ambiental e criei a disciplina de Impacto Ambiental, na FCUL.

De todos os cargos que desempenhou, destaca algum pela sua especial gratificação pessoal?

Ajudar a criar o Centro de Oceanografia, que se transformou no MARE, um grande centro de investigação. Na altura da sua constituição, existiam

três equipas distintas: Oceanografia Física, Botânica e Zoologia; dada a sua dimensão e crescimento, o centro ocupou um edifício de raiz, no *campus* da FCUL. Durante vários anos, fui directora deste centro e continuo a fazer parte dele como investigadora.

Também gostei de desempenhar a função de vice-presidente do Instituto Nacional de Investigação das Pescas, que me permitiu compreender melhor a realidade do país.

Ao longo da sua carreira, foi assistindo a um aumento da representação das mulheres na academia. Considera que hoje a universidade constitui um meio menos hostil à participação das mulheres? Persistem oportunidades diferenciadas?

A universidade nunca foi, a meu ver, hostil à entrada das mulheres; as desigualdades encontram-se na progressão das carreiras. A percentagem de associadas com agregação e catedráticas, os lugares de topo no ensino, é ainda muito baixa.

Ao longo do seu percurso profissional, teve de lidar com preconceitos associados ao facto de ser mulher?

Tive de lidar com diferenças no processo de concurso para professora catedrática, quando me foi atribuída uma pontuação mais baixa em relação a um colega, apesar de o meu *curriculum* ser superior em todos os domínios. Na altura, a antiguidade era o critério mais importante. Como havia duas vagas, conseguimos os dois. Actualmente, esta situação não aconteceria, persistindo outros problemas que dariam para outra entrevista [*risos*].

Quando se compara com os seus pares do sexo masculino, considera que teve de fazer esforços adicionais para provar a sua competência?

Tive de fazer esforços adicionais para ser ouvida. Lembro-me de, nos anos 80, participar num *symposium*, em Hull, em Inglaterra, em que apenas duas mulheres apresentaram comunicações – uma colega francesa e eu – num grupo de 40 homens. No fundo, para serem perspectivadas como pares, as mulheres tinham de ser melhores do que os seus pares masculinos.

Fundou, em 2003, em conjunto com outras cientistas, a Associação Portuguesa de Mulheres Cientistas – AMONET. Quais foram as principais motivações para a sua criação? Essas motivações permanecem na actualidade?

A criação da AMONET constituiu um grito de revolta de muitas cientistas. Na altura, nos painéis de avaliação das áreas científicas, não existiam mulheres, apesar de haver um número razoável de mulheres cientistas nas diferentes áreas.

Quais são as principais mudanças a que tem assistido, desde a fundação da AMONET, na área da igualdade de género nas ciências?

Constata-se um esforço para as mulheres cientistas integrarem os comités de avaliação e, pela primeira vez, temos uma mulher presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Apesar de existirem cada vez mais mulheres nas ciências, por que razão continua a persistir, na nossa percepção colectiva, uma imagem masculina quando pensamos em ciência?

Durante muitos anos, nos *media*, no cinema, os cientistas eram representados por homens, ficando muitas mulheres cientistas na sombra. Por outro lado, as mulheres cientistas, quando eram representadas, tinham sempre óculos e um ar sem graça. Como se, para serem cientistas reconhecidas, as mulheres tivessem de possuir um determinado visual ou aparência.

De acordo com o “She Figures”, relatório da Comissão Europeia, publicado em 2019, que monitoriza o nível de progresso em termos de igualdade de género na investigação e inovação na União Europeia, a percentagem de mulheres na população portuguesa doutorada é de 53,5%. No entanto, as mulheres continuam sub-representadas nos campos das ciências, tecnologias, engenharias e matemática, sobretudo em lugares de topo de carreira. Como explica esta realidade?

É difícil de explicar. O problema reside nos lugares de topo. Há muitas mulheres cientistas, mas quantas mulheres catedráticas existem? E quantas

directoras de Centros de Investigação? A nível da União Europeia, estamos acima da média nos cargos públicos. O principal problema acontece nas empresas, onde só 28% dos investigadores são mulheres, sem falarmos nos lugares de topo. Quantos directores executivos são mulheres? Esta realidade também está relacionada com o papel das mulheres como mães e com o facto de serem quem efectua a maioria do trabalho doméstico. É importante existirem políticas públicas que apoiem as mulheres em geral, e as cientistas em particular.

Considera-se uma cientista feminista?

Considero-me obviamente uma feminista, independentemente de ser ou não cientista.

O que significa, para si, fazer ciência numa perspectiva feminista?

Não considero que haja uma perspectiva feminina de fazer ciência, há apenas boa e má ciência. Em processos de recrutamento, baseava-me no *curriculum*, independentemente do sexo.

Foi-lhe dedicada uma espécie nova de peixes. Como se denomina e onde vive? O que representa esta homenagem?

Foi-me dedicada uma espécie nova de peixe achatado, da família dos linguados, por um colega francês. Foi descoberto na Ilha da Reunião e chama-se *Samaris costae*. É um motivo de grande orgulho.

O que sentiu quando recebeu a notícia de que, em 2016, iria ser uma das 100 cientistas portuguesas homenageadas na exposição “Mulheres na Ciência”, pelo Museu Ciência Viva?

Fiquei muito feliz, pois tenho muita consideração pelo Ciência Viva. Mas ainda fiquei mais orgulhosa quando recebi a medalha de ouro da Ciência de Almada, a minha terra, e por ter sido colocado o meu nome numa estátua dedicada às mulheres, também em Almada.

Que trabalhos de investigação se encontra a desenvolver actualmente?

Continuo a trabalhar sempre que sou solicitada, embora oficialmente reformada. Estou, actualmente, como consultora num projecto. Publiquei, em Novembro, um livro no âmbito da Iniciativa Lisboa Verde, por solicitação do vereador Sá Fernandes: *O estuário do Tejo, onde o rio encontra o mar*.

O que mais a realiza na vida?

O simples facto de viver me realiza. Viajo muito, leio, adoro cinema, teatro, exposições, estar com amigos e família, cozinhar, estar ao pé do mar, passear pelo estuário do Tejo. E tentar contribuir para a igualdade entre homens e mulheres na Ciência.

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/ecu7-s4mj>

* Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher
1069-061 Lisboa, Portugal
machadomoreira.maria@gmail.com



©Diana de Sá

Maria Soromenho (Callaz): Música, moda e feminismo nos três “I” de Callaz

MARIA LUÍSA MOREIRA*

Maria Soromenho nasceu e cresceu em Setúbal, uma cidade com a qual diz ter uma ligação e um carinho especial. Quando lhe pergunto a que locais da capital portuguesa se devem os primórdios da sua carreira, depressa me corrige para indicar que é até à Serra da Arrábida que temos de viajar para conhecer as raízes de Callaz. Acrescenta ainda que, apesar de não surgir

na maioria das conversas sobre o seu percurso musical, esta referência aos espaços abertos e soalheiros da Arrábida tem um valor e significado insubstituível — é um sítio onde gosta sempre de voltar e que, por fazer parte de si, acaba por inconscientemente ter um papel no seu trabalho criativo.

Licenciada em Design pelo IADE, em Lisboa, e pela *École Supérieure des Arts Appliqués Duperré*, em Paris, Maria Soromenho especializou-se em Cenografia e estagiou na IGEP, em Bruxelas, integrando a equipa de design gráfico. Trabalhou depois na área de conservação de moda no *Musée de la Mode et du Textile* parisiense, colaborando na montagem da exposição *Hussein Chalayan – Récits de mode*. Esta paixão simbiótica levou-a a focar-se em design de moda e a mudar-se para Londres, cidade que lhe deu a conhecer (e a colaborar com) grandes nomes da indústria como Craig Lawrence, Peter Pilotto, Julia Pines, Richard Nicoll, Pam Hogg, Diane Von Furstenberg e Fannie Schiavoni. Aí conquista também uma colaboração na *Paris Fashion Week* e na *Wonderland Magazine*, acabando mais tarde em Nova Iorque com a marca *Slow and Steady Wins the Race*.

Em 2013, começa a sua marca Maria Soromenho, um momento decisivo naquilo que é hoje uma carreira dinâmica, multifacetada e interdisciplinar. Este seu novo projeto de criação de roupa e lenços de seda, muito ligado e inspirado pelo universo musical, permite-lhe levar as suas peças a estilistas e editoriais de revistas tais como a *Dazed & Confused*. Vendeu parte das suas coleções *online* e em Londres, na *Bethnal Green Road*; fez residência artística em Xangai na *Pantocrátor Gallery*, e expôs a solo com *Beat Me Out of Me*, em 2015. Um ano mais tarde, expôs também em Lisboa na Galeria Verso Branco, integrando a exposição coletiva *Demoiselles*.

Vive um ano em Los Angeles e é nessa altura que decide enveredar pela música, gravando a sua primeira canção na *Lolipop Records*. Volvida a Portugal, no início de 2017, decide começar Callaz, um projeto inteiramente autodidata. O seu percurso labiríntico e solista já permitiu marcar presença nos mais variados palcos, desde Lisboa, Madrid, Malmö, Reykjavík e Berlim, até Los Angeles e Nova Iorque, onde tocou nas prestigiadas salas *The Bowery Electric* e *Rockwood Music Hall*.

Em pleno confinamento, acaba de lançar o seu sexto título numa discografia em constante amadurecimento. Por enquanto encontra-se em Lisboa a planear os próximos passos do seu percurso profissional, altura em que nos sentamos virtualmente à conversa.

Maria Soromenho nasceu e cresceu em Portugal, mas cedo se aventurou pelos quatro cantos do mundo. De que forma é que os três “L” — Lisboa, Londres e Los Angeles — contribuíram para o desenvolvimento do mundo de Callaz?

Embora tenha morado e crescido primeiramente em Lisboa, é apenas em Londres que se desenham os esboços daquilo que mais tarde se transforma no projeto Callaz. É nesta cidade que começo a perceber a importância emocional que a música tem para mim, ainda que de uma maneira distante e completamente desinteressada. Sempre quis alimentar a minha vontade de trabalhar de maneira interdisciplinar, e o universo musical acabou por ser um ponto fulcral e presente no meu trabalho enquanto estudava, estagiava e trabalhava em design de moda e artes visuais. Nessa altura, a música e os artistas musicais começaram a ser uma parte crucial do meu dia. Mais tarde, em Los Angeles, decido enveredar por esse caminho e é novamente em Lisboa que inicio o meu projeto a solo. No fundo, foi em Londres que senti uma profunda liberdade criativa e um balanço simbiótico e dinâmico entre disciplina de trabalho e imaginação sem limites. Assim, é neste ambiente altamente multicultural e enérgico que começa a surgir a ideia de Callaz.

Na verdade, senti sempre uma grande diferença entre Los Angeles e a Europa. Hoje reconheço que, se não tivesse abrandado durante o período de transição entre continentes, não sei se teria tido o tempo e o espaço mental para repensar o meu percurso e lançar-me de maneira quase ingénuo noutra direção, para entrar num mundo que estava longe de dominar. De volta a Lisboa, encontrei as condições ideais para logo nas primeiras semanas começar o projeto. Foi o fechar de um ciclo e o início de outro.

Apesar de estar ainda em início de carreira, os nomes Maria Soromenho e Callaz têm vindo a ganhar cada vez mais reconhecimento. O que há por trás do seu sucesso solista, autodidata e bifaciado?

Penso que o sucesso de qualquer projeto está ligado à sua integridade, à fidelidade que tem com a identidade de quem o esboça. Tento manter a ideia da raiz e estrutura do projeto bem consolidada para que não me perca conforme os desafios que vou atravessando. Falo das aptidões para seguir a minha intuição, manter um espírito aberto e vontade de experimentar, mas também para deixar o trabalho fluir, começando com uma ideia pequena

e deixá-la crescer e seguir o seu caminho. No meu caso, apenas quando as ideias que formam a identidade do projeto são respeitadas, pode existir algum sucesso tangível. O desenvolvimento de carisma também foi extremamente importante para não ter receio de cometer erros e fomentar uma fuga constante da minha zona de conforto.

Em relação a Callaz especificamente, o facto de não ter tido uma educação musical faz com que a minha maneira de estar no mundo da música seja única — e totalmente inventada por mim —, o que consegui através de um longo processo de tentativa e erro que acabou por ser muito benéfico. Trabalhar a solo traz vários benefícios ao processo artístico, tais como celeridade e pragmatismo, mas também considero o trabalho em grupo e a colaboração com outros artistas duas atividades essenciais para a minha aprendizagem e desenvolvimento profissional.

Na verdade, nunca desprezei o conhecimento e os percursos ditos formais; procurei sempre saber mais sobre teoria musical, pois não tenho intenção de criar e fomentar um projeto inconsciente, destruturado e ingénuo. Não obstante, acredito que a minha composição ganhou a sua própria identidade com o facto de nunca ter tido uma educação musical formal, que poderia ter-me condicionado de raiz a determinados cânones e limitações criativas.

No entanto, ultimamente tenho estudado música de forma livre e espontânea, e sem a compreender por completo. Inicialmente este percurso sem rumo era algo que me alarmava, mas em 2018, na exposição retrospectiva do trabalho de Hilma af Klint, memorizei do último andar do Guggenheim a frase “*Obey intuition! Understand only in part*” (“Obedece à intuição! Compreende apenas uma parte”, em tradução livre), uma filosofia aplicada pela artista ao seu trabalho e que acabei por adotar também.

Podemos dizer que Callaz foi concebida nos ritmos do pop eletrónico, mas o seu percurso começou pelo mundo do design e pelas capitais da moda, nomeadamente Paris, Londres e Nova Iorque. De que forma tem esta simbiose entre música, design e cenografia contribuído para o seu desenvolvimento artístico?

Ao longo do meu percurso gostei sempre de imaginar as várias disciplinas de alguma maneira interligadas, e acho que isso se reflete no rumo que Callaz tomou. No início da minha carreira, quando criava objetos no contexto do

design de moda, ou quando trabalhei brevemente em artes visuais, procurava e encontrava inspiração para esses projetos nas vertentes sonoras e históricas do universo musical. De facto, a produção musical, o design e a cenografia estão presentes não só no modo como planeio os telediscos em estúdio, imagino os figurinos, decido o que acontece em palco durante o concerto, esboço as capas dos álbuns e outros materiais visuais, como também no processo criativo de produção da música em si.

Penso que a simbiose de informação variada é extremamente positiva e enriquecedora em qualquer campo profissional, e esta é uma maneira de pensar e trabalhar que me é intrínseca. Os conhecimentos que adquiri e a forma como desenvolvi trabalhos noutras áreas, assim como as várias línguas nas quais sou fluente e com as quais tenho uma ligação emocional devido ao meu percurso profissional, acabam por se refletir no meu trabalho musical, de modo consciente ou inconsciente. O conhecimento e a experiência em diferentes áreas acabam por se juntar no processo criativo, interligando-se e respondendo umas às outras para criar, possivelmente, algo interessante e único.

Enquanto artista, Callaz representa uma presença jovem, feminina e emancipada num espaço historicamente associado ao masculino. Podemos dizer que ainda existem portas a derrubar de maneira a que as mulheres assegurem a sua presença no universo da música?

Sim, sem dúvida. A indústria da música, na minha opinião, continua a ser um mundo muito masculino. Podemos afirmar que tem vindo a melhorar e que existe uma enorme diferença entre os dias de hoje e qualquer outra década do século XX, por exemplo, mas continuamos a presenciar diariamente comportamentos e atitudes subtis que revelam uma cultura machista e sexista, de cariz estrutural, e completamente institucionalizada. Falando apenas do mundo ocidental, porque é aquele em que me insiro, posso afirmar que, como tantas outras mulheres músicas, tenho experienciado aquilo que é denominado como *mansplaining* (junção de *man* (homem) e *explaining* (explicar)). O *mansplaining* designa uma atitude condescendente dos homens para com as mulheres (com quem estão em pé de igualdade) quando lhes explicam alguma coisa, e isto sucede tanto em estúdio como em salas de concerto.

A maior parte das mulheres músicas que, tal como eu, chegam sozinhas ao *soundcheck* (a preparação em palco, com técnicos de som, que acontece sempre antes do concerto) já teve de lidar com perguntas como: “Foi o teu namorado que te ensinou isso?” ou “onde está o resto da banda?”. Felizmente este tipo de discurso e estes comportamentos são cada vez mais desprezados e desconsiderados pela indústria. É importante salientar que existe também uma enorme cultura de união entre mulheres e identidades não-binárias no universo musical, que se entreejudam e protegem. Realço grupos como *Female Frequency* (comunidade dedicada a robustecer e capacitar artistas) ou *Beats by Girlz* (um coletivo educacional presente em vários sítios do mundo, Lisboa inclusive, desenhado para ensinar produção musical e engenharia de som).

Os projetos que tem vindo a desenvolver são únicos não só pelo estilo pop em que se inserem, mas também por aquilo que representam. Como caracteriza a posição de Callaz na cultura da música eletrónica, e que importância tem tido a sua aposta na glorificação de influências e referências femininas?

Respondendo à primeira pergunta, a categorização de Callaz como figura do *pop* eletrónico tem sido feita geralmente por jornalistas e críticos, como acontece com a maioria dos projetos musicais. O conceito de música *pop* agrada-me no sentido em que pode ser considerada música para toda a gente e para todos os gostos. Se esta ideia não for desenvolvida ao extremo, tanto pode ser acessível como tornar-se desafiante.

Apesar de estar ainda longe de ter conseguido criar um som próprio e único, que motive a adoção de novos nomes para o definir, quando penso no que estou a fazer, tento sempre abstrair-me de quaisquer etiquetas que possam limitar as minhas possibilidades de criação artística. Isto prende-se com o facto de acreditar veementemente que os projetos mais desafiantes e especiais nascem da interseção de diferentes correntes musicais. Por esta razão, o meu objetivo é manter sempre um espírito livre e alimentar as minhas tendências para a experimentação.

É este espírito e audácia que admiro na maior parte das mulheres que glorifico nas minhas canções. Na faixa de introdução (*Intro-Anti-Hero*) do meu último disco, começo por mencionar nomes de artistas e personalidades que, ao viverem segundo as suas próprias regras, tanto no seu

trabalho artístico como nas suas vivências pessoais, contribuíram para uma mudança tangível à sua volta. Nesta música menciono, por exemplo, Isadora Duncan, Lou Andreas-Salomé, Paula Rego, Anaïs Nin, Vali Myers, Brigitte Fontaine, Vi Subversa, Lee Miller, Elspeth Beard e Penny Arcade. Em trabalhos prévios escrevi sobre Mary Landon Baker, Romy Schneider, Florbela Espanca e Camille Claudel (esta última canção ainda não editada). Estou, neste momento, a escrever uma música inspirada por Juliette Gréco e menciono também a importância de Virginia Woolf e Judy Chicago no meu trabalho. Há uns anos, tive a oportunidade de ver a instalação *The Dinner Party*, de Judy Chicago, no Brooklyn Museum, que acabou por ser um momento crucial para mim. A necessidade de glorificar constantemente as minhas influências femininas pode ter surgido aí, embora já o fizesse antes. Interessa-me agora explorar o percurso de mulheres em áreas distintas da minha, outras culturas e outros tempos históricos.

O processo artístico baseia-se fundamentalmente na predisposição para absorver e se adaptar aos contextos que lhe dão origem. Na perspetiva do feminismo e da igualdade de género, como podemos interpretar o impacto das campanhas internacionais, nomeadamente o movimento MeToo, no mundo da produção musical?

As campanhas internacionais têm ajudado a eliminar comportamentos que estavam, e ainda estão, completamente enraizados no mundo da produção musical, ainda que este ramo artístico não tenha para já experienciado o seu próprio momento revolucionário. Até há relativamente pouco tempo, dependendo do contexto social a que nos referíamos, não havia sequer noção generalizada de que o panorama musical estava estruturalmente poluído pela desigualdade de género e pelo abuso de poder. Temos exemplos de investigações de alto perfil sobre abusos sexuais perpetuados por um prestigiado produtor musical no filme *On the Record* (2020), mas ainda não se sentiu o impacto de um movimento global e coletivo que exija sanções e responsabilização por abusos no meio musical. Numa escala menor, no entanto, têm aparecido denúncias que atraíram os holofotes no meio norte-americano. Em 2020, a editora *Burger Records* em Los Angeles, altamente reconhecida no universo musical *indie*, fechou completamente devido a várias acusações de agressões sexuais. No entanto, estas campanhas têm

vindo a tornar o universo musical num espaço mais seguro, não só no interior da indústria, para as mulheres e minorias profissionais que fazem música, como também junto do público que consome música ou gosta de ir aos concertos e apoiar a comunidade artística. As vozes das mulheres estão hoje menos silenciadas e marginalizadas, e isso é essencial no processo artístico de forma a fomentar diversidade, empoderamento e igualdade. O movimento feminista das últimas décadas tem lidado, sem dúvida alguma, com episódios extremamente traumáticos e desafiantes, e é por isso que devemos, em conjunto, impedir que se repitam através de mudanças sociais profundas.

Vivemos num mundo cada vez mais globalizado e acelerado, caracterizado também pelos excessos de informação e de estímulos. Os efeitos benéficos e maléficos destas mudanças sociais são conhecidos, mas nem sempre discutidos face àquilo que abrange os artistas. Na sua opinião, estas alterações são um fator determinante no desenvolvimento do seu percurso profissional individual, bem como nos percursos de outros jovens músicos?

A ideia de que devagar se vai ao longe pode ser aqui importante. É verdade que há muita informação e que a capacidade de concentração do público é cada vez menor. Em contrapartida, penso que a perseverança dos músicos nunca teve de ser maior, exatamente por ser tão difícil alcançar algum destaque. Existem pelo mundo fora muitos projetos bons que nunca chegam a ser reconhecidos e muitos projetos medíocres que recebem atenção excessiva. Assim, a persistência demonstrada pelos jovens músicos é essencial, mas nem sempre possível. A atual situação global de crise sanitária e económica desfavorece ainda mais os artistas, pois é virtualmente impossível começar uma carreira em qualquer capital europeia sem apoio externo. Qualquer artista, pelo menos no início e em muitos casos durante grande parte da carreira, sem bolsas ou apoio familiar, tem de exercer outra atividade para se sustentar. A ideia do artista sofredor que ultrapassa as adversidades da vida pode ser benéfica, mas as pessoas precisam de espaço e tempo para pensar e experimentar, e a falta desses dois fatores fulcrais pode tornar-se sufocante.

Em termos práticos e de soluções a longo prazo, não sei qual a melhor maneira de filtrar tanto ruído e tanta música disponível. No entanto, penso que pode também partir do consumidor a iniciativa de ir procurando novos

sons para além da esfera comercial e globalizada — que também tem, a meu ver, muitas coisas boas.

Lançou no início deste ano, em pleno confinamento, o sexto capítulo da sua carreira, o álbum Dead Flowers & Cat Piss. Que rumo poderá Callaz tomar no período pós-pandemia?

Preciso de tirar um tempo para pensar melhor no rumo do projeto. Sinto que há muito espaço para melhorar e desenvolver trabalho mais relevante e oportuno. Para tal existem algumas prioridades axiais. Quero muito retomar os concertos e repensá-los como um todo: trabalhar todos os elementos sónicos, visuais e performativos. Sinto que pela primeira vez penso na voz verdadeiramente como um instrumento que quero aperfeiçoar e usar em toda a sua capacidade. Gostaria também de explorar uma vertente performativa concebida para o concerto ao vivo, através do trabalho colaborativo que tenho vindo a desenvolver com a dançarina Inês Zinho Pinheiro, relacionado com noções de movimento contemporâneas. Quero também difundir e expandir a audiência do meu trabalho, assim como dar continuidade ao meu gosto pela pesquisa e foco no processo criativo.

Passei recentemente uma temporada em Berlim, e neste momento estou a aprender alemão com a intenção de lá regressar. As diferentes línguas e culturas influenciam a escrita e a temática das minhas músicas, e estou por isso curiosa para descobrir a repercussão que esta nova ligação à Alemanha terá no meu trabalho.

Pioneira

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/ngoi-fywq>

- * Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher
mira.rita@gmail.com



Margarida Medina Martins: uma “cidadã do mundo”

RITA MIRA*

Os Direitos Humanos das Mulheres e das Crianças são a grande missão da vida de Margarida Medina Martins.

Na concretização prática desta missão, criou e dirige, desde 1992, a Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV), uma organização não governamental que trabalha na defesa activa e no *lobby* dos Direitos Humanos das Mulheres e das Crianças. É precisamente no contexto desta associação que o seu pioneirismo se evidencia.

Para além de ser uma das primeiras organizações de mulheres em Portugal a desenvolver intervenção na área da violência contra as mulheres, a AMCV foi a primeira no país a disponibilizar, em 2000, de acordo com o Conselho da Europa, a primeira casa de abrigo especializada na área da violência doméstica, destinada ao acolhimento, seguro e temporário, de

mulheres e crianças sobreviventes de uma situação de risco grave ou em perigo de vida.

A nível internacional, a AMCV foi, em 1998, a primeira organização portuguesa de defesa dos Direitos Humanos das Mulheres acreditada com o Estatuto Consultivo Especial do Conselho Económico e Social das Nações Unidas – ECOSOC.

Constatando a ausência de uma voz colectiva por parte das mulheres sobreviventes de violência, que exprimisse as suas necessidades e interesses, a AMCV impulsionou, em 2009, a criação do primeiro grupo, a nível nacional, de mulheres auto-representantes sobreviventes de violência de género – o grupo Hipátia.

Em 2016, a AMCV protocolou, com o Ministério da Justiça e a Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade, a implementação do primeiro Centro de Crise em Portugal, destinado a sobreviventes de violência sexual.

O reconhecimento do papel de Margarida Medina Martins, na área da defesa dos direitos das mulheres em Portugal foi evidenciado pela atribuição do prémio anual da revista *Activa*, em 2013.

Desde cedo que Margarida Medina Martins se considera “uma cidadã do mundo”, adoptando, por ter raízes familiares, como lugar de maior pertença a Vila de Óbidos, cujo castelo lhe ofereceu sempre “guarda e a consciência de um mundo enorme enquanto olhava a várzea”.

Quem é Margarida Medina Martins?

Uma viajante no tempo: no tempo dos livros, do conhecimento, da descoberta. E sou uma pessoa absolutamente respeitadora do meu tempo interno.

Na sua formação enquanto pessoa, quais foram/são as suas grandes referências?

Em termos familiares, a minha avó materna, pela clareza do seu pensamento. No liceu, duas professoras, a de História e a de Matemática. Fiquei fascinada com a História da Mesopotâmia, do Egipto, da Grécia e apaixonei-me pelas figuras de Carlos Magno, Joana d’Arc, Luís de Camões. Por sua vez, fiquei deslumbrada com a Matemática quando percebi que estrutura o universo.

Mas a figura que mais me marcou foi a de Marie Curie, pelas suas descobertas e história de vida.

Ler foi sempre o mais importante. Próximo da minha escola primária, em Lisboa, existia uma biblioteca e, por volta dos 9 anos, comecei a requisitar livros para ler em casa, sobretudo sobre investigação científica.

O teatro e a música foram outras áreas de referência na minha formação, destacando Marcel Marceau, o mimo francês de quem tenho um autógrafo [risos].

Outros autores que enriqueceram a minha *viagem*: Marguerite Duras, Simone de Beauvoir, Isabel Allende, Florbela Espanca, Maria Teresa Horta, Sophia de Mello Breyner Andersen, Virginia Woolf, Samuel Beckett, Jean-Paul Sartre, Carl Sagan e Michio Kaku.

Como descreveria a sua infância? O que traz consigo desse tempo até aos dias de hoje?

Foi um período muito difícil. Nos anos 50 grassava, em Portugal e noutros países, uma epidemia de *Tinea Corporis* (tinha), constituindo um problema sanitário grave, com elevada prevalência na população infantil. Com apenas 3 anos de idade, vivi uma experiência traumatizante relacionada com o processo de tratamento que se praticava, na altura, para esta doença. Neste processo, fui completamente afastada da minha família para ser sujeita a uma terapia que envolvia a aplicação de raios-X no couro cabeludo. Lembro-me de ser colocada numa fila, com outras crianças, que choravam, para entrar num edifício e ser fechada numa espécie de caixa branca vazia, onde me foi colocado um capacete na cabeça, cuja intervenção fez cair o meu cabelo. Entrei no edifício de rabo-de-cavalo e saí completamente careca.

Nasceu em 1953. Como foi, para si, viver a sua infância e juventude numa sociedade em que imperava uma “ordem de género” que definia o lugar da mulher essencialmente no espaço privado?

A consciência de estar só surgiu na minha vida muito precocemente. Por um lado, só tinha irmãos e primos, e adoptei comportamentos considerados mais típicos de rapazes. Por outro, a mudança constante de residência devido à profissão da minha mãe, que era professora primária, não me

permitiu fazer amigas/os de infância. Na adolescência, em Lisboa, tomei consciência das questões de género, ao ser confrontada com inúmeras proibições pelo simples facto de ser rapariga: as brincadeiras, as lutas com rapazes, o subir às árvores.

A partir de que momento da sua vida começou a reflectir criticamente sobre as desigualdades sociais existentes entre as mulheres e os homens?

Quando me foi transmitida a cartilha do papel feminino, tendo de assumir, só pelo simples facto de ser mulher, as tarefas domésticas, como a confecção de refeições e a arrumação dos quartos dos meus irmãos, com a justificação de que eles iriam, no futuro, para a guerra. Esta situação revoltava-me.

Na sua perspectiva, quais são os factores determinantes que promovem e tornam possível esse questionamento?

O sentimento de injustiça que trazia da infância, a experiência de viver no campo e o sentimento de que tinha sido *promovida* a “criada da família”.

É co-fundadora e dirigente da Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV), desde 1992. Como surgiu a ideia de constituir esta Associação?

Nos anos 80, em Portugal, encontravam-se internadas, em estruturas psiquiátricas, cerca de dez mil pessoas, 60% das quais não possuíam qualquer doença mental. Nessa altura, integrei um projecto de construção de uma associação, cujo principal objectivo era a criação de respostas comunitárias de apoio a pessoas com doença mental, a AEIPS – Associação para o Estudo e Integração Psicossocial. Neste projecto, constatámos que um número significativo de pessoas integradas nestas respostas psiquiátricas eram mulheres e raparigas sobreviventes de violência, incesto, abuso sexual e violação, pelo que decidimos criar um serviço de apoio especializado destinado a mulheres e raparigas sobreviventes de violência. As primeiras situações que nos surgiram foram de vítimas de abuso sexual na infância.

Por que razão abraçou os Direitos das Mulheres e os Direitos das Crianças como a grande missão da sua vida?

Um conjunto de acontecimentos marcantes numa fase da minha vida fez-me colapsar psicologicamente. Aos 20 anos, senti a morte por perto devido a um problema grave de saúde. A minha medula óssea tinha deixado de produzir glóbulos vermelhos, sendo o quadro inflamatório crónico e doloroso. Foi-me reconhecido um quadro oncológico devido às radiações que tinha sofrido na infância. Aquele tratamento impediu-me, igualmente, de ter filhos, embora ainda tenha conseguido engravidar com apoio médico, mas perdido o bebé. Nessa mesma altura, ocorreu o falecimento do meu pai. Todo este contacto com a morte veio reforçar a necessidade de encontrar um sentido de vida, optando por fazer psicanálise. Neste processo terapêutico, percebi que era possível mudar, renascer e, com esta visão, decidi construir, em conjunto com um grupo de profissionais e de sobreviventes de violência, a Associação de Mulheres contra a Violência.

Que balanço faz destes 29 anos de intervenção nesta área?

Foram realizados imensos progressos, alcançando-se alguns pontos de não retorno. Hoje em dia, ninguém se atreve a afirmar que não há violência contra as mulheres e raparigas. No entanto, considero que só tocámos na epiderme do sistema que perpetua esta violência, podendo, a qualquer instante, existir retrocessos.

Quais os principais desafios do presente e do futuro?

Lutar contra a ignorância é o maior desafio, pelo que a especialização nas áreas dos Direitos Humanos das Mulheres e Crianças, da violência masculina contra as mulheres e raparigas, bem como a obrigatoriedade do ensino, em todos os níveis de escolaridade, dos Direitos Humanos, são as áreas de maior investimento.

Quais os principais marcos, internacionais e nacionais, da História dos Direitos das Mulheres em que esteve envolvida, enquanto cidadã e dirigente da AMCV?

A participação nas reuniões da Organização das Nações Unidas nas áreas das Mulheres e das Crianças foram sempre um espaço de grande aprendizagem,

tendo-me permitido perceber o papel dos diferentes actores que moldam as nossas vidas, como os grupos religiosos, amplamente poderosos, e compreender a existência de uma agenda política dedicada a variadíssimas áreas e acordada pelos países-membros. A este nível, destaco a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos das Nações Unidas, em 1993. A nível nacional, e em termos individuais, destaco a participação nas manifestações da Revolução de Abril, em 1974.

Relativamente à AMCV, realço o facto de ser, nessa altura, a única organização não-governamental de direitos humanos (ONGDM) do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres – CIDM, actual CIG, especializada na área da violência contra as mulheres, tendo colaborado na construção do primeiro Plano Nacional contra a Violência Doméstica, em 1999, no âmbito do Conselho Nacional da Família, em representação das ONGDM.

Teve o privilégio de ser uma das poucas portuguesas a participar na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, da ONU, realizada em 1993, que representa um momento histórico de viragem em relação à forma como a comunidade internacional perspectiva os Direitos das Mulheres. O que mais recorda deste encontro? O que sentiu e pensou nessa altura?

Recordo que fiz 40 anos, em Viena, nas vésperas desta conferência. Foi um privilégio participar neste encontro, e fiquei emocionada ao perceber que aquele momento era histórico, pois reconhecia-se, em termos internacionais e após 45 anos, que os Direitos das Mulheres eram Direitos Humanos, fazendo parte integrante da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

Conhecer a história da AMCV permite constatar que é uma organização pioneira em Portugal em vários aspectos. Quais as principais conquistas que justificam esta afirmação?

A origem da AMCV teve como ponto de partida o apoio técnico a sobreviventes e a intervenção em trauma, e não o activismo, colocando a associação numa posição diferente das restantes similares e garantindo a sua independência face a grupos religiosos e a partidos políticos.

O facto de ter sido reconhecida mais cedo a nível internacional do que nacional fez, igualmente, a diferença, com a atribuição da acreditação, em 1998, do Estatuto Especial do Conselho Económico e Social das Nações Unidas.

Gostaria ainda de destacar que recebeu, em 2001, o 1.º Prémio de Direitos Humanos Dr. Ângelo d'Almeida Ribeiro, da Ordem dos Advogados e, em 2010, *ex aequo*, o Prémio Gulbenkian Beneficência, da Fundação Calouste Gulbenkian.

Assume-se como feminista. Que importância tem esta declaração nos dias de hoje?

Assumo-me como feminista enquanto mulher que se preocupa com questões que afectam as mulheres e raparigas. As feministas são uma espécie de guardiãs de um património em risco de extinção.

Quais são os desafios mais prementes para os feminismos actuais?

Hoje em dia, vivemos tempos conturbados, em que mais uma vez o perigo reside na ignorância e na manipulação das palavras, que não são *inocentes*. A mudança que se pretende operar do “paradigma binário” para um “não paradigma” é, ela própria, um problema e um risco, partindo da ilusão de uma igualdade, ainda hoje muito longe de ser alcançada. As mulheres marcaram a História dos Direitos Humanos no Mundo, enfrentando a hegemonia masculina. O problema da desigualdade de género está na origem, na cultura prevalecente, na perpetuação da violência geracional.

Ao longo da sua vida, o que mais a realizou?

O trabalho que faço todos os dias, assumindo o lema *mission accomplished*. Gosto de “dar nome às coisas”, defendendo uma cultura de responsabilização – *accountability*.

Qual foi a mais significativa homenagem que recebeu?

Os prémios que tive a oportunidade de receber, em nome da Associação de Mulheres contra a Violência, foram muito gratificantes.

Que outros interesses lhe despertam a atenção, para além da defesa dos Direitos das Mulheres e das Crianças?

Sou profundamente curiosa, pelo que a leitura é algo constante na minha vida, sendo as temáticas de interesse muito diversificadas: as alterações climáticas, a exploração do espaço, a biomedicina, a cibernética, entre outras.

Como surgiu a pintura na sua vida? Quando está prevista a próxima exposição de pintura?

Há muito anos que tenho por hábito desenhar sempre que desperta, em mim, essa vontade, trazendo sempre comigo um caderno para esse efeito. Realizei a primeira exposição na livraria Bertrand, no Chiado, e espero ainda fazer a terceira.

Quando a conheci, em 2000, levava consigo, para todas os encontros de trabalho, uma alfofa. Ainda gosta de a usar? [Risos]

Esta alfofa tem uma forte história, era nela que transportava o meu filho, ainda bebé, para todo o lado, incluindo para reuniões de trabalho. Faz parte da minha missão [risos].

Retrato

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/y60e-rgj7>

* Principal Investigator and Research Coordinator Addiction Biology Group
tsummavi@ibmc.up.pt



Maria de Sousa e a luminosidade do esperado

TERESA SUMMAVIELLE*

Escrever sobre Maria de Sousa será sempre uma tarefa ingrata, qualquer texto ficará provavelmente aquém do que teria merecido.

Aqui, para limitar esse risco, socorrer-me-ei com frequência das suas próprias palavras. Numa homenagem a Maria de Sousa, em fevereiro deste ano, o neurocientista Rui Costa, um dos seus mais fiéis amigos e discípulos, listou algumas das palavras que caracterizavam o seu discurso: *coragem, curiosidade, liberdade, generosidade, comunidade, visão*. Eu acrescentaria *espanto*, palavra que usava com frequência para criticar as múltiplas incoerências da nossa política científica, com que se debateu até quase o seu último dia. Foi esta a Maria de Sousa que conheci, cientista, escritora, poetisa, mulher de visão e

coragem, que contribuiu como poucos para mudar a história da política de Ciência em Portugal. É sobre esta Maria de Sousa que quero escrever.

Nas suas conversas com Anabela Mota Ribeiro afirma: “Acho que nunca encolhi na vida”. É verdade, foi sempre mais longe. É interminável a lista dos que, como eu, por sua causa foram mais longe também. Referindo-se aos alunos de doutoramento ou mestrado, de quem com frequência se tornava mais tarde grande amiga, dizia: “Trato-os mal no sentido em que não os protejo, para serem eles próprios. E depois vêm a apreciar isso”. Não fui sua aluna, era doutoranda na porta ao lado, o que me valeu nessa altura um ou outro dos seus famosos “raspanetes”. Os que souberam percebê-la e merecer o seu respeito foram com certeza mais longe.

Separou sempre o eu biográfico do eu curricular. Estes dois “eus” dominaram fases diferentes do seu percurso. Em Lisboa, nos anos iniciais do seu percurso académico, foi o eu biográfico que a dividiu entre o piano e o curso de Medicina. No início dos anos 60, quando partiu para Londres, foi dominada pelo eu curricular. Depois de um breve regresso a Lisboa, que classificou como “tempo escuro num dia de sol”, partiu em 1967 para Glasgow, onde o eu biográfico foi feliz, e o curricular prolífero.

Quando se muda para Nova Iorque, é o eu curricular que volta a ser preponderante: “não tinha tempo para ser feliz”. É nesta altura, em 1975, que June Goodfield a escolhe como protagonista do seu *An Imagined World: A Story of Scientific Discovery*. Não casou e não teve filhos por opção. Viu demasiadas mulheres prometedoras deixarem de existir dominadas pelo eu biográfico. Não correria esse risco.

Regressa a Portugal em 1985, como Professora Catedrática no Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar (ICBAS), onde se dedica ao estudo da hemocromatose e onde inicia uma nova escola de pós-graduação que culmina com a criação do programa doutoral em Áreas da Biologia Aplicada e Básica que ficará conhecido como GABBA. Este programa, de sucesso indiscutível, veio mostrar como é possível ir muito mais longe quando expomos os jovens investigadores ao melhor de cada área e os deixamos escolher livremente o seu caminho. Tristemente, numa academia ferida pela autocracia e que tem medo da palavra *liberdade*, o programa não lhe sobreviveu. Resta-nos esperar que a memória desta “escola sem paredes” sobreviva em cada um dos seus antigos alunos, e que estes a disseminem dentro e fora das fronteiras das nossas escolas.

É também neste regresso a Portugal que se torna próxima de Mariano Gago, participando ativamente na emergência da ciência moderna em Portugal. É aliás esse seu papel no redesenhar de uma política científica que irá mudar o paradigma científico português, que dá título ao discurso que faz em 2017 quando recebe o Prémio Universidade de Lisboa: “Testemunho de uma testemunha”. Inspirada pela tese de doutoramento da investigadora Ângela Salgueiro, evoca a coragem de vozes como as de Bernardino Machado, Abel Salazar, Augusto Celestino da Costa, Pires de Lima, Simões Raposo e António Sérgio, que valorizaram a Ciência integrada na Universidade, aspirando construir um país respeitado pela prática da Ciência e pela projeção internacional dos seus cientistas, mas que, por constrangimentos políticos, financeiros e culturais, não conseguiram a desejada revolução. No discurso, contrasta esta primeiras vozes corajosas com a timidez das vozes atuais, que, trinta anos volvidos sobre as primeiras bolsas de doutoramento, quinze anos após os primeiros investigadores FCT (Programa Ciência 2007), e apesar da explosão de números que estes programas impulsionaram, não se revoltam face à discriminação de que são atualmente alvo os investigadores no contexto académico. Sobre estes, diz-nos: “Qualquer português medianamente inteligente terá vergonha se de facto perdermos esse grupo”, ao mesmo tempo que recorda o oportuno título de um livro de António Barreto: *Tempo de escolha*.

É também neste discurso que afirma que “a palavra precário entrou recentemente no vocabulário do mundo científico português. Mas nos anos 60 do século passado, anos em que a velha senhora que eu sou hoje saiu do país, a entidade mais precária na sociedade portuguesa, depois dos muito pobres, era a mulher”. A precariedade é de facto uma das mais tristes faces da Ciência em Portugal, mas números recentes indicam que ela atinge com maior intensidade as mulheres investigadoras. Maria de Sousa queria mais mulheres à frente das nossas instituições de ensino superior e investigação. Os seus últimos anos foram marcados por múltiplas iniciativas que, no seu conjunto, muito contribuíram para dar visibilidade ao problema da precariedade na investigação.

Numa carta enviada ao Primeiro-Ministro, Governo e grupos parlamentares, afirmava: “A prática da investigação científica teve uma expansão notável em Portugal nos últimos 30 anos... [...] Durante esses mesmos 30 anos, a Universidade envelheceu”. Defendia como essencial que, tal como os Centros de Investigação, as Universidades fossem periodicamente avaliadas

através de um processo externo e verdadeiramente independente. Sem isso, temia que a Universidade estivesse condenada a uma assimetria perversa, obsoleta, nepotista e endogâmica. (Elogiava sempre as exceções existentes.)

Considerava que, em tempos de Paz, a Ciência deveria constituir-se como um desígnio nacional. “Espera-se da Ciência que se dedique à prática e defesa de causas nobres, individuais e coletivas” – individuais no direito à liberdade, à criatividade, ao conhecimento, no direito a perguntar e no direito a duvidar; coletivas na proteção da condição humana, das outras espécies, do ambiente, sem excluir, dizia, lembrando Francisco de Assis e a NASA (com aquela gargalhada que eram tão sua), “a Lua, o Sol, a água, as estrelas e outras galáxias, com o desenvolvimento de instrumentos que se estendem dos genes, às moléculas, à proteômica, e aos mais poderosos telescópios”.

Queria uma Fundação para a Ciência e a Tecnologia independente e virada para os cientistas, deparava-se com uma Ciência refém da agenda política. Considerava os resultados soberanos; não importava quão audaciosa e atraente pudesse ser a hipótese ou os objetivos, os resultados eram sempre soberanos. E os resultados soberanos da política científica dos últimos anos, que diariamente lhe chegavam, eram penosamente diferentes daquilo que tinha ambicionado para Portugal. Numa reflexão que não chegou nunca a ser publicada dizia: “Termino repetindo que este texto é uma reflexão e não um protesto. Poderia ser isso e muito mais, mas em verdade é a reflexão de uma adepta emérita que partilhou há anos a luminosidade do esperado. Mal preparada para a escuridão do absurdo.”

Nos últimos anos vivia sobretudo em Lisboa. As suas passagens pelas “Virtudes” do Porto foram-se tornando menos frequentes, limitada pelas múltiplas sessões de diálise a que resistia com a mesma coragem com que se entregava a tudo. O eu biográfico e o eu curricular estavam reconciliados.

A nossa correspondência tornou-se quase diária. Escrevia ao romper do dia, partilhando vitórias e desalentos, discursos, cartas, poemas. Deles me socorri para escrever este texto. Um ano passado sobre a sua morte, a sua ausência é ainda demasiado presente. Para Maria de Sousa, escrever era essencial. A memória é finita, a escrita não. Escrevia para reter o momento, para “estancar o rio que tudo arrastaria”. Com frequência abro alguns dos seus *e-mails* e leio ao acaso alguns desses momentos. A 25 de março estava feliz, preparava a publicação de um novo livro de poemas: “Teresa, pode imaginar como me sinto? Que bom este partilhar de confidências!”. Partiu na madrugada de 14 de abril.

Leituras

**Artistas, artesãs, pioneiras.
Conversas singulares com
mulheres extraordinárias**
Fiadeiro, M. A. (2014)

Sintra: Edições Caixa Alta.

ISBN 978-989-33-0553-9, 575 pp.

VIRGÍNIA BAPTISTA*

A jornalista e investigadora Maria Antónia Fiadeiro tem uma extensa obra publicada, das quais saliento *Maria Lamas, Biografia* (Quetzal, 2003).

O livro *Artistas, Artesãs, Pioneiras. Conversas singulares entre mulheres extraordinárias* foi publicado em 2020 e tem 575 páginas. Na capa, uma ilustração da pintora Maria Mendes, uma das entrevistadas, que pintou mulheres. Há a sensação imediata de o livro ser uma das peças das artesãs retratadas.

De início, a jornalista Francisca Gorjão Henriques entrevista Maria Antónia Fiadeiro, sua tia. Fica-nos uma frase da entrevistada, talvez em desabafo sobre as mulheres: “acho que têm mais queixas, mais história não feita, frustrada, não terminada” (p. 17). A autora assume que foi “sempre feminista mesmo quando não sabia que o era” (p. 18).

As entrevistas ocorreram entre 1982 e 2008, geralmente em casa ou nos ateliês das entrevistadas, e

.....
DOI: <https://doi.org/10.34619/ankd-tqvb>

* Investigadora
Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto de História Contemporânea, 1069-061 Lisboa, Portugal
virbaptista@gmail.com

foram originalmente publicadas em diversos jornais.

Os nomes das entrevistadas encontram-se no índice por ordem alfabética do seu nome próprio. No total são 77 mulheres e dois coletivos de artesãs, num universo de cerca de 40 profissões. É um livro de literatura (muito bem escrito, com muitos pormenores, detalhes, cores, texturas e sabores), de história (nos contextos da ditadura salazarista e da democracia) e de antropologia (abordando vivências, culturas e a arte artesã das serras). As histórias de vida das entrevistadas ocorreram durante a segunda metade do século XX, século que Maria Antónia Fiadeiro considera ser das mulheres (p. 19).

Recua-se a mulheres que nasceram na Primeira República, como a feminista Elina Guimarães, jurista desde 1928, e entrevistada com 80 anos: “Todos os homens de bem são feministas. Devem sê-lo. Todos os homens que não são machistas são feministas. O paralelo de machismo não existe. Não é o feminismo. Seria o vampirismo, que é tirar partido de um sexo para explorar o outro sexo” (p. 169).

No testemunho da jornalista Maria Antónia Palla, percorrem-se memórias do Estado Novo (1933-1974), através dos avós republicanos, da oposição, que moravam no

Seixal e tinham um óculo virado para Lisboa, à espera de sinais da Revolução (p. 358). Há referências à censura, à repressão, à prisão política, às eleições presidenciais de 1958 com o candidato de Arlindo Vicente. Advogado e pintor, Arlindo Vicente era sogro de uma das entrevistadas, a feminista Ana Vicente, presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres entre 1992 e 1996, hoje Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (p. 85).

Também se aborda a Crise Académica de 1962, na qual Maria Antónia Fiadeiro se envolveu (p. 16) por o Estado Novo proibir a comemoração do Dia do Estudante. Está presente o exílio de várias antifascistas, como o da própria autora. A pintora Maria Mendes, que tinha formação em enfermagem por exigência da família, atravessou, com coragem e medo, as fronteiras ibéricas, depois de ter participado numa greve de enfermeiros (p. 445).

Outros temas são: o atraso na instrução que submergia o país (Cândida Neves, a carteira, “chegou a tirar a quarta classe, apesar de não ser comum as raparigas irem à escola ou ultrapassarem a terceira classe” (p. 122)), a pobreza nos campos, a vida das criadas desde meninas. Maria Arsénia, jardineira

no Seixal, contou que “com 12 anos levaram-na para uma casa de servir em Montemor... O patrão chegava a espetá-la no braço com um garfo” (p. 375). As memórias da Segunda Guerra Mundial estão também presentes (nascida na Madeira, Célia Pestana, técnica superior, andava na escola quando a guerra acabou), bem como da emigração e da Guerra Colonial. A escultora Clara Meneres, em 1973, fez a escultura de um soldado morto que intitulou “Jaz morto e Arrefece o Menino de Sua Mãe”, usando o verso de Fernando Pessoa (p. 148).

Com o 25 de Abril, houve a abertura cultural e as lutas feministas, como a da Interrupção Voluntária da Gravidez. A autora participou nessa luta, no sentido de a mulher decidir sobre a sua vida (“no tempo do aborto: era o último recurso, mas no fundo era o primeiro” (p. 18)), tal como Maria Antónia Palla, que, em 1976, enfrentou um processo disciplinar por ter tratado este tema na televisão (p. 369). Depois, a abertura das Galerias Diferença, Ratton, Quadrante, Opinião, dos Museus, da Gulbenkian às mulheres artistas.

Maria Antónia Fiadeiro confessa-nos que houve duas pessoas de referência na sua vida: Fernando Piteira Santos, seu padrasto desde

os 5 anos, antifascista obrigado ao exílio na Argélia durante 12 anos, com Stella, mãe da autora; e Maria Lamas, escritora, jornalista, feminista, presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, entre 1945 e 1947, que organizou a Exposição “Mulheres Escritoras de todo o mundo”, na Sociedade Nacional de Belas Artes, encerrada pela PIDE em 1947 (*Mulheres. Paz. Liberdade, Maria Lamas, org. Maria Margarida Moleiro, Museu Municipal Carlos Reis/Município de Torres Novas, 2017*).

Não pode deixar de se encontrar uma semelhança entre a visibilidade dada às trabalhadoras, em *As Mulheres do Meus País*, de Maria Lamas, no final dos anos 40, pelas fotografias e relatos das observações, e as conversas de Maria Antónia Fiadeiro com as mulheres artistas, artesãs, pioneiras, entre 1982 e 2008, assim se comprovando que no século XX as mulheres trabalharam. Algumas contaram mesmo as suas vidas, como Michelle Perrot (*Minha história das mulheres*, ed. Contexto, 2019) e Sylvie Schweitzer (*Les Femmes ont toujours travaillé*, Ed. Odile Jacob, 2002). Esta obra dá voz a estas mulheres.

O livro de Maria Antónia Fiadeiro merece constar das leituras atentas sobre a história das

Mulheres do século XX, o seu trabalho em diversos setores e as suas vivências. É um livro sobre universos femininos, mas também um livro feminista (mesmo que muitas ainda o não soubessem ou assim se considerassem). É sobre as mulheres do

século retratado no livro por Eliane Guben e outras autoras intitulado *Le Siècle des féminismes* (Les Éditions de l'Atelier, 2004).

**Terceiro género:
Possibilidade de reconhecimento
legal em Portugal**
Rodrigues, M. O. (2020)

Lisboa: Lisbon International Press.

ISBN, 978-989-52-8189-3, 114 pp.

ZAMIRA DE ASSIS*

O livro *Terceiro Género: Possibilidade de reconhecimento legal em Portugal* foi originalmente a tese de mestrado defendida pela autora na NOVA School of Law da Universidade Nova de Lisboa, e traz como nota distintiva o prefácio da sua orientadora, a Professora Helena Pereira de Melo, que refere que a obra propõe um repensar das questões de género e de expressão de género no plano jurídico “que permita ultrapassar obstáculos decorrentes de lógicas heteronormativas associadas a

soluções injustas (desiguais) para quem é diferente da maioria cisgénero e heterossexual”.

De facto, a jovem e promissora pesquisadora consegue, de forma simples e direta, apontar a urgência de o Direito dar respostas a vários temas relacionados com o género e o sexo e desafia a normatividade da ciência jurídica a ultrapassar o evidente apego à classificação sexual dos seres humanos a partir de dois únicos marcadores, e as razões pelas quais o direito *deve* fazê-lo – para

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/btwd-qfzs>

*

Professora

Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher, 1069-061 Lisboa, Portugal
zassis@fchsh.unl.pt

utilizar uma categoria fundamental de Direito – vão sendo acentuadas ao longo do livro.

Os avanços já obtidos em matéria de respeito pelos direitos fundamentais de pessoas que não se enquadram na dicotomia tradicional binária, e o quanto ainda falta avançar para garantir esses mesmos direitos na sua plenitude, são distribuídos nos três capítulos que compõem a obra de modo sequencial e coerente.

O primeiro capítulo trata de apontar qual é o papel do Direito, como autoridade legitimadora do dever ser, na construção binária, e ao fazê-lo mostra um Direito em flagrante homologação da realidade biológica primária, que assume a existência de dois únicos sexos e classifica de malformação qualquer realidade biológica diferente; o Direito homologa também a construção social de comportamentos considerados adequados, e portanto esperados, de cada pessoa conforme o seu sexo de nascença.

Refira-se que países há em que o Direito criminaliza comportamentos que não se ajustem a essas duas categorias, enquanto em outros países não assume qualquer dever de proteção a comportamentos diferentes do esperado, ainda que a ciência já tenha cunhado o termo

terceiro gênero “para qualificar as outras identidades e expressões de gênero para além dos binários (F e M) já reconhecidos” (p. 37).

Entretanto a proposta do livro é defender a possibilidade de reconhecimento legal do terceiro gênero em Portugal. Assim, no segundo capítulo a autora faz uma abordagem do sexo e do gênero na ordem jurídica portuguesa, evidenciando que, se de um lado a legislação portuguesa se caracteriza por adotar posições de vanguarda na matéria, de outro lado faz uso de maneira indiscriminada dos termos *sexo* e *gênero*, empregando algumas vezes o primeiro como sinónimo do segundo (p. 43).

Portugal é um dos poucos países no mundo onde a proteção contra a discriminação por orientação sexual tem *status* constitucional. Contudo, é relevante indagar o real alcance dessa proteção, e nesse capítulo, apesar dos avanços já alcançados pela legislação portuguesa com a edição, por exemplo, da Lei n.º 38/2018 que estabelece o direito à autodeterminação da identidade de gênero e expressão de gênero e à proteção das características sexuais de cada pessoa, a realidade do texto constitucional português ainda é uma realidade binária, como mostra a autora ao revelar que na Constituição da República

Portuguesa não se utiliza a expressão *gênero* ou *identidade de gênero*, mas sim *sexo*; e quando não é utilizado o termo *sexo*, opta-se por “homens e mulheres”. Além disso, o texto constitucional relaciona a proteção da não discriminação com o princípio da igualdade sem harmonizar esse comando normativo com o princípio da liberdade e autonomia pessoal. Sem essa harmonização, fica a descoberto de proteção o “direito à individualidade enquanto manifestação do eu em relação aos outros” (p. 55) inerente a toda a pessoa. Nada é mais natural ao indivíduo, ressalta Mariana Oliveira, “que a maneira como este se vê e reconhece a si próprio (identidade) e pretende que os outros o reconheçam (expressão)” (p. 60), sublinhando aqui os passos seguintes da obra, quais sejam, uma incursão no Direito Europeu e Internacional em busca de subsídios normativos que deem sustento à possibilidade legislativa de reconhecimento do terceiro gênero em Portugal.

Com efeito, no terceiro e último capítulo encontra-se uma análise dos três mais importantes sistemas de Direito Internacional – o Sistema Universal, desenvolvido pela ONU, o Sistema Europeu, protagonizado pelo Conselho da Europa, e o Sistema da União Europeia, da

responsabilidade da mesma União Europeia –, em que os principais instrumentos internacionais de direitos passam por forte escrutínio na sua capacidade de condenar, conscientizar e sobretudo incentivar a comunidade internacional a desenvolver mecanismos de proteção especial no que se refere à orientação sexual e/ou identidade de gênero contra atos de discriminação.

A defesa da possibilidade de reconhecimento legal do terceiro gênero em Portugal advém especialmente dos Sistemas Europeu e da União Europeia, possuidores de diversos instrumentos legais contra a discriminação, e mais do que isso, a favor da proteção da identidade de gênero. A este respeito destacam-se especialmente os Princípios de Yogyakarta, documento apontado como tendo menos limitações textuais, justamente por ser o instrumento internacional de Direitos Humanos mais específico em matéria de identidade e expressão de gênero e orientação sexual.

E será possível o reconhecimento de um terceiro gênero em Portugal? Mariana Rodrigues responde-nos que a realidade social e jurídica ainda se encontra muito longe desta possibilidade, apesar da vinculação do país a todos os instrumentos internacionais, europeus e

da União Europeia analisados, notadamente por haver argumentações contrárias a essa via como solução para a discriminação. Entretanto, a discriminação permanece e é preciso dar pleno cumprimento aos Direitos Fundamentais das pessoas. A essa necessidade a autora responde, em conclusão, que, quando menos, o terceiro género cumpriria um papel de consciencialização social para a existência de identidades de género não binárias (p. 102); e, quando

muito, “ao reconhecer estas identidades, o Estado está a dar-lhes legitimidade, dignidade e proteção, contribuindo para a desconstrução do sistema binário, dicotómico e heteronormativo, e talvez ‘abrindo caminho’ para um futuro em que o sexo e género de cada um serão características indiferentes para o Direito” (p. 102). Esta obra é, sem dúvida, um excelente contributo nesse sentido.

Linha Editorial

Normas de Publicação

LINHA EDITORIAL

Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher dá o seu primeiro número à estampa em 1999, sendo a sua publicação semestral.

É promovida pelo grupo de investigação com o mesmo nome, integrado no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA).

Aceita e publica artigos em português, espanhol, francês e inglês, visando, desse modo, a internacionalização. Abrange um leque variado de rubricas, sendo os “estudos” sujeitos a avaliação por especialistas, em regime de anonimato. Somente a secção *Estudos* está sujeita a arbitragem científica.

Através da pluralidade de perspectivas e da diversidade de temas abordados, *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* pretende divulgar trabalhos no âmbito dos Estudos sobre as Mulheres, dos Estudos Feministas e dos Estudos de Género, que possam contribuir para a transformação das práticas relacionais e dos simbolismos que as suportam. Emergindo da academia e a ela também se destinando, constitui-se como proposta de diálogo científico cada vez mais afirmado nas universidades portuguesas.

PROCEDIMENTO DE ARBITRAGEM

Os artigos propostos à revista *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* são submetidos, sob anonimato, ao parecer por dois especialistas – *blind referees* – nacionais e/ou internacionais, garantindo a imparcialidade da avaliação. Os pareceres deverão ter em conta a adequação e enquadramento do artigo nos objectivos da revista *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, a sua qualidade científica, a pertinência, a originalidade, a clareza e a coerência de conteúdos, a explicitação da metodologia, o rigor da escrita e o equilíbrio formal.

Os pareceres deverão explicitar: aceite sem restrições; aceite com restrições (indicando quais); rejeitado. Será ainda solicitada a indicação de sugestões e sua justificação, contribuindo para a possível melhoria da qualidade científica do artigo a ser enviado, sob anonimato, ao/à respectivo/a autor/a. Para a publicação, o artigo deve contar com dois pareceres favoráveis.

PEER REVIEWING PROCESS

Articles forwarded to *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* are submitted, anonymously, for peer reviewing by two national and/or international specialists – *blind referees* – therefore allowing for the impartiality of the review process. The peer reviewing process must hold into account how the article corresponds to the overall goals of the journal *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*; its scientific quality; the relevance, originality, clarity and coherence of its contents; the delineation of its methodology; the clarity of writing and its formal coherence and balance.

Only the articles in the section *Estudos* are submitted for peer reviewing.

Reviews must be explicit in their considerations for publishing: accepted without restrictions; accepted with restrictions (indicating which); rejected. Further suggestions that may be seen as pertinent in terms of changes to the article may also be requested, in order to be transmitted, anonymously, to the author(s). In order to be published, the article must hold two favourable reviews.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS NA REVISTA *FACES DE EVA. ESTUDOS SOBRE A MULHER*

1. O/A(s) autor(es)/a(s) devem entregar um exemplar digital em formatos word e pdf, letra Times New Roman, fonte 12, espaço e meio. Todos os textos devem vir acompanhados de folha de rosto com a identificação, endereço do currículo em plataforma digital (exs: ORCID/CIÊNCIA ID, LATTES) e afiliação institucional (máximo duas) do/a(s) autor(es)/a(s), isto é, Universidade, Faculdade, Departamento/Centro, código postal, cidade, país e endereço de e-mail, de preferência institucional. É importante evitar abreviaturas e acrónimos sem especificação do nome por extenso.

2. Os *Estudos*, originais, não podem ultrapassar 40000 caracteres (incluindo espaços) e devem conter título, resumo e palavras-chave no idioma do texto do artigo e nos idiomas português e inglês (exemplo: para um artigo escrito em espanhol devem aparecer título, resumo e palavras-chave em espanhol, português e em inglês). No caso de o artigo ser escrito em inglês, esses elementos deverão surgir em inglês e em português. Cada resumo deve ter no máximo 650 caracteres (incluindo espaços) e até 5 palavras-chave.

Os *Estudos* originais propostos para publicação são submetidos a parecer de especialistas das áreas respectivas como indicado no procedimento de arbitragem.

3. Antes de iniciar o processo de arbitragem científica, todos os textos serão objecto de uma primeira triagem para verificação de que cumprem os objectivos e os requisitos textuais e científicos bem como as normas aqui apresentadas.

4. Os nomes e endereços de autores de artigos submetidos a esta revista que não sejam aceites para publicação não serão disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

5. Apenas são aceites referências bibliográficas das obras citadas, que deverão ser colocadas no fim do respectivo artigo. Nas citações directas no corpo do texto, deverá aparecer o apelido do autor, o ano e a página da referência. As transcrições devem abrir e fechar com aspas, quando não excederem as

4 linhas; no caso de citações mais longas deverão ser entalhadas e transcritas sem aspas. Nas citações indirectas, deverá indicar-se somente o apelido do autor e o ano.

Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher utiliza as normas APA, versão 6. (Mais informação em <https://apastyle.apa.org/style-grammar-guidelines/references/examples>).

Referências bibliográficas

Exemplos:

Um autor:

Beleza, T. P. (2010). *Direito das mulheres e da igualdade social*. Coimbra: Almedina.

Mais do que um autor:

Schmidt, L., Truninger, M., Guerra, J., & Prista, P. (2018). *Sustentabilidade: Primeiro grande inquérito em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Mesmo autor e mesma data:

Bourdieu, P. (2011a). O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 5, 193-216.
Bourdieu, P. (2011b). *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus.

Capítulo em livro editado:

Bystrom, D. G. (2004). Women as Political Communication Sources and Audiences. In L. L. Kaid (Ed.). *Handbook of Political Communication Research* (pp. 435-459). Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Artigos em jornal:

Pereira, A. C. (2019, Setembro 26). Greta “é uma criança a ralar com adultos” e isso irrita muita gente. Público.

Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/09/26/sociedade/noticia/greta-ralha-adultos-irrita-gente-1888042>

Pusich, A. G. (1858, Novembro 1). A Portugal. *A Cruzada*, pp. 1-2.

Artigos em periódico (com DOI):

Priebe, S., Sandhu, S., Dias, S., Gaddini, A., Greacen, T., Ioannidis, E., ... Bogic, M. (2011). Good practice in health care for migrants: Views and experiences of care pro-

professionals in 16 European countries. *BMC Public Health*, 11(1), 187. <https://doi.org/10.1186/1471-2458-11-187>

Resurrección, B. P. (2013). Persistent women and environment linkages in climate change and sustainable development agendas. *Women's Studies International Forum*, 40, 33-43. <http://doi.org/10.1016/j.wsif.2013.03.011>

Organizações:

United Nations. (2019). *Sustainable development goals report* <https://www.un.org/sustainabledevelopment/progress-report/> (Acedido em 01.05.2020)

Documentos de arquivos:

Bourbon y Saxe, M. J. (1781, Julio 27). [*Carta de D. Maria Josefa de Bourbon y Saxe, Infanta de Espanha, para D. Maria I*]. Biblioteca da Ajuda (*Manuscritos*, 54-V-20, nº 5c), Lisboa.

6. Enviar textos em formatos word e pdf para:

Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher

E-mail: facesdeeva@fcsh.unl.pt

Website: <https://facesdeeva.fcsh.unl.pt>

7. O *Estado da Questão*, *Pioneira* e *Retrato* não devem ultrapassar os 12000 caracteres (incluindo espaços). O *Estado da Questão* deve vir acompanhado do respectivo logótipo (em formato jpg/gif). *Pioneira* e *Retrato* devem ser acompanhados de uma fotografia (em formato jpg/gif).

8. Os *Diálogos* não devem ultrapassar os 20000 caracteres (incluindo espaços).

9. As *Entrevistas* não devem ultrapassar os 20000 caracteres (incluindo espaços) e devem vir acompanhadas de uma fotografia (em formato jpg/gif).

10. As *Leituras* de livros, filmes, ou de qualquer outro suporte de carácter cultural e/ou artístico não devem ultrapassar os 6000 caracteres (incluindo espaços) e são aceites desde que tenham sido publicados/apresentados, no máximo, no ano anterior.

11. A regra ortográfica de cada artigo respeita a opção de autoras/es.

PUBLICATION NORMS FOR ARTICLES FOR THE JOURNAL *FACES DE EVA. ESTUDOS SOBRE A MULHER*

1. The author(s) must send a digital copy in both word and pdf format. Please use Times New Roman, size 12, at a space and a half. All manuscripts must have a cover page with the following information: identity, CV in digital platform address (e.g. ORCID/CIÊNCIA ID, Lattes) and affiliation (e.g., University, College, Department/Research Center) of the author(s); city, country; e-mail address. Acronyms must only be used after providing the full name(s) to which they refer.

2. Original manuscripts submitted for the *Estudos* (Studies) section may not exceed 40000 characters (including spaces) and must contain title, abstract and keywords in the language in which the article is written, but also in English and Portuguese (example: an article written in Spanish must contain title, abstract and keywords in Spanish, Portuguese and English). For articles written in English, the aforementioned elements must also be in English and Portuguese. Abstracts must not exceed 650 characters (including spaces) and must have up to 5 keywords.

Original Manuscripts submitted for consideration in the *Estudos* (Studies) section are submitted to a review process by two specialists in the respective scientific areas, as indicated in the peer reviewing process.

3. Before initiating the peer reviewing process, all manuscripts will be subjected to a screening so as to ascertain that all publishing norms are duly followed.

4. Personal information regarding authors who submit manuscripts for the journal, namely their names and addresses, will be used solely for the purposes of the publication of scientific work, and will not be used for other ends or made available to third parties.

5. Only bibliographical references of works cited shall be accepted. These must be placed at the end of the article. Works must be cited in the text, with the following format: (author surname, year, page). Short quotations, not exceeding 4 lines, should be enclosed within quotation marks in the

text. Longer quotations must be separated from the text and not be enclosed within quotation marks.

Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher follows the norms provided by APA, version 6.

(Further information in <https://apastyle.apa.org/style-grammar-guidelines/references/examples>)

References:

Examples:

One work by one author:

Beleza, T. P. (2010). *Direito das mulheres e da igualdade social*. Almedina.

One work by multiple authors:

Schmidt, L., Truninger, M., Guerra, J., & Prista, P. (2018). *Sustentabilidade: Primeiro grande inquérito em Portugal*. Imprensa de Ciências Sociais.

Same author and same publication date:

Bourdieu, P. (2011a). O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 5, 193-216.

Bourdieu, P. (2011b). *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus.

Chapter in a book:

Bystrom, D. G. (2004). Women as Political Communication Sources and Audiences. In L. L. Kaid (Ed.). *Handbook of Political Communication Research* (pp. 435-459). Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Serial/journal article (online):

Pereira, A. C. (2019, Setembro 26). Greta “é uma criança a ralar com adultos” e isso irrita muita gente. Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/09/26/sociedade/noticia/greta-ralha-adultos-irrita-gente-1888042>

Serial/journal article (DOI):

Priebe, S., Sandhu, S., Dias, S., Gaddini, A., Greacen, T., Ioannidis, E., ... Bogic, M. (2011). Good practice in health care for migrants: Views and experiences of care professionals in 16 European countries. *BMC Public Health*, 11(1), 187. <https://doi.org/10.1186/1471-2458-11-187>

Resurrección, B. P. (2013). Persistent women and environment linkages in climate change and sustainable development agendas. *Women's Studies International Forum*, 40, 33-43. <http://doi.org/10.1016/j.wsif.2013.03.011>

Organisation/Corporate author:

United Nations. (2019). *Sustainable development goals report* <https://www.un.org/sustainabledevelopment/progress-report/> (Retrieved in 01.05.2020)

Archival Documents:

Bourbon y Saxe, M. J. (1781, Julio 27). [*Carta de D. Maria Josefa de Bourbon y Saxe, Infanta de Espanha, para D. Maria I.*]. Biblioteca da Ajuda (*Manuscritos*, 54-V-20, nº 5c), Lisboa.

6. Address for manuscript submission in word and pdf format:

Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher

E-mail: facesdeeva@fcsh.unl.pt

Website: <https://facesdeeva.fcsh.unl.pt>

7. The sections *Estado da Questão* (State of the Art), *Pioneira* (Pioneer) and *Retrato* (Portrait) must not exceed 12000 characters (including spaces). The section *Estado da Questão* (State of the Art) must include the respective institutional logo (in jpg/gif format). The others sections must include a photograph (in jpg/gif format).

8. The section *Diálogos* (Dialogues) must not exceed 20000 characters (including spaces).

9. The section *Entrevistas* (Interviews) must not exceed 20000 characters (including spaces) and must include a photograph (in jpg/gif format).

10. The section *Leituras* (Reviews) includes appraisals of books, movies, or any other type of cultural and/or artistic production. Submissions must not exceed 6000 characters (including spaces) and must focus on materials that were published or released twelve months prior to the expected date of publication of the number of the journal.



Maria Odette Santos Ferreira

(1925-2018)

Museu da Farmácia

NOTA DE ABERTURA

Romper com o “masculino por defeito”

Isabel Henriques de Jesus

POEMA

Love letter in a viral pandemic

Maria de Sousa

HOMENAGEM

Professora Odette Santos Ferreira

Maria de Belém Roseira

Maria Odette Santos Ferreira:

Uma mulher da Ciência que a Saúde Pública imortalizou

Ana Paula Martins

Maria Odette Santos Ferreira

Dulce Salzedas

ESTUDOS

Figurações do feminino e da paisagem em Raul Brandão:

Outras formas de habitar o mundo

Anabela Galhardo Couto

Opinión del profesorado sobre el clima de género en la Universidad de Évora y la

Universidad de Sevilla

Concepción Mimbreno

Ana Guil Bozal

Susana Cámara

Clarinda Pomar

Corpos para casar: Ginástica, beleza e sedução em uma

revista para as mulheres brasileiras (1930 a 1950)

Lígia Antunes de Siqueira

Jussara Mannes

Carolina Fernandes da Silva

As portas abertas: O que sabemos sobre o serviço doméstico em Portugal?

Manuel Abrantes

Mulher, o poder da sua voz como contestação ao poder estabelecido: Uma

leitura de *O meu amante de domingo* (2014) de Alexandra

Lucas Coelho

Margarida Rendeiro

ESTADO DA QUESTÃO

Instituto Patrícia Galvão:

Duas décadas de ações

de comunicação em

defesa dos direitos das mulheres brasileiras

Marisa Sanematsu

DIÁLOGOS

A determinação que faz acontecer

Ana | Bernardo

ENTREVISTAS

Maria José Rosado Costa

Rita Mira

Maria Soromenho (Callaz):

Música, moda e feminismo nos três “I” de Callaz

Maria Luísa Moreira

PIONEIRA

Margarida Medina Martins:

Uma “cidadã do mundo”

Rita Mira

RETRATO

Maria de Sousa e a

luminosidade do esperado

Teresa Summavielle

LEITURAS

Artistas, artesãs, pioneiras:

Conversas singulares com mulheres extraordinárias

Virgínia Baptista

Terceiro género: Possibilidade de reconhecimento legal em Portugal

Zamira de Assis

